

REVISTA CULTURAL | 2019

*Orpheu
paredes*

FIGHA TÉCNICA

Revista Cultural de Paredes

Direção

Alexandre Almeida,
Presidente da Câmara
Municipal de Paredes

Coordenação

Beatriz Meireles, Vereadora
da Cultura da CM Paredes

Coordenação Editorial

Maria Antónia Silva
Rui Carvalho

Propriedade

Município de Paredes
Parque José Guilherme
4580-130 Paredes
Telefone 255 788 800
Fax 255 782 155
cmparedes@cm-paredes.pt
www.cm-paredes.pt

Concepção e Paginação

Rui Carvalho

Impressão

Gráfica de Paredes, Lda.

Depósito Legal

452562/19

Tiragem

1.000 exemplares

Capa e Contracapa

Ana Maria Fernandes

Convidados *

Adelino Sousa
Aires Montenegro
Alda Neto
Ana Maria Fernandes
Ângelo Neto
António Aresta
António Quadros Ferreira
Artur Micael Amaral
Beatriz Meireles
Cristiano Marques da Costa
Donzília Martins
Fernanda Malheiro
Fernanda Maria C. Pereira
Fernando Salvador

Fernando Soares
Henedina Barbosa
Hernâni Gomes
Ivo Rafael
M. Conceição L. Bessa
Mafalda Ruão
Maria Antónia Silva
Marisa Leal
Nelson Melo
Nuno F. Silva
Rui Carvalho
Rui Guedes
Serafim Rocha Ferreira

* Os textos são da responsabilidade dos autores,
que podem não seguir as normas do novo acordo ortográfico

ÍNDICE

- 3 EDITORIAL
- 4 ORPHEU PAREDES
- 6 DE ENCONTRO A UM “CAFÉ LITERÁRIO”
- 8 HENRIQUE SILVA: “HISTÓRIAS DE UM PAREDENSE EMIGRADO”
- 11 A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÓNIO NA DINAMIZAÇÃO TURÍSTICA/CULTURAL
- 14 WORKSHOP PATRIMÓNIO E PINTURA NA CASA DA CULTURA DE PAREDES
- 16 “CANTAR AS JANEIRAS”: UMA TRADIÇÃO EM PAREDES COM RAÍZES
- 18 NYCKELHARPA EM PAREDES
- 20 NOITES NEGRAS: “A MULHER VOLTOU TARDE”
- 22 O LINHO NO CONTEXTO ECONÓMICO, CULTURAL, SOCIAL E MORAL
- 25 RECEPÇÃO A JORNALISTAS PORTUGUESES E GALEGOS DE VISITA A PAREDES
- 28 CASA DA CULTURA DE PAREDES
- 29 BIBLIOTECA MUNICIPAL DE PAREDES
- 30 ARQUIVO MUNICIPAL DE PAREDES
- 32 “CAMINHAR PELO PATRIMÓNIO”
- 36 OS BRASILEIROS DE TORNA-VIAGEM E AS ESCOLAS NO NORTE DE PORTUGAL
- 42 AS CAMÉLIAS CENTENÁRIAS
- 46 JOSÉ GUILHERME PACHECO
- 51 JOSÉ BARBOSA LEÃO
- 54 SÉRGIO DE MORAIS ALÃO
- 57 PAREDES NO REINO DA «TRAULITÂNIA»
- 61 O CONCELHO DE PAREDES E AS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS
- 65 “LINHA D’OURO”
- 69 “LIVROS, UMA PAIXÃO”
- 72 EPILEPSY DANCE: (DANCE TO THE RADIO)
- 73 TAMBÉM UMA MAGNÓLIA
- 74 À CONVERSA COM LOUREDO DA SERRA
- 76 PRÉMIO DE ARTES PLÁSTICAS “HENRIQUE SILVA”
- 78 PRÉMIO LITERÁRIO “ANTÓNIO MENDES MOREIRA”

EDITORIAL



Nasceu a Revista Cultural “Orpheu” para dar a conhecer o melhor da cultura de Paredes!

A Revista Cultural de Paredes contém história, contos, poesia, pensamento, património, crítica, reflexão cultural, social e política, abordando todas as áreas da cultura.

“Orpheu Paredes” é uma revista onde procuramos promover os saberes humanísticos, estabelecendo diálogos entre teorias e práticas culturais diversas do nosso Concelho de Paredes.

Com a Revista Cultural de Paredes, o Município responde à necessidade e expectativa da existência de uma revista cultural com a ambição de dar a conhecer o melhor que se faz a nível da cultura em Paredes. Cada vez mais investimos na captação e fidelização de públicos e procuramos encontrar mecenas das artes para os nossos futuros projetos culturais.

Esta revista anual conta com conteúdos e contributos de figuras paredenses de relevo nas vertentes da história, tradições, artes, literatura, música e eventos culturais que refletem a identidade e o pensamento deste território.

A “Orpheu Paredes” é uma revista plural nas suas ideias, conteúdos e colaboradores.

Este projeto insere-se na ampla atividade cultural da Câmara Municipal de Paredes, do seu Arquivo Municipal e do seu Pelouro da Cultura, que, em simultâneo, procura alargar a produção cultural a todas as Freguesias.

Alexandre Almeida

Presidente da Câmara Municipal de Paredes

ORPHEU PAREDES

UMA NOVA GERAÇÃO DE CULTURA

Beatriz Meireles

Vereadora dos Pelouros de Dinamização Cultural e Turismo,
Património Cultural, Biblioteca e Arquivo, Ação Social

*"Eu sou uma menina (...).
(...) Não sei onde nasci. Um dia uma gaivota trouxe-me no bico para esta praia. Pôs-me numa rocha na maré vazante e o polvo, o caranguejo e o peixe tomaram conta de mim. Vivemos os quatro numa gruta muito bonita. O polvo arruma a casa, alisa a areia, vai buscar a comida. (...) O caranguejo é o cozinheiro. Faz caldo verde com limos, sorvetes de espuma, e salada de algas, sopa de tartaruga, caviar e muitas outras receitas. (...) O peixe não faz nada porque não tem mãos, nem braços com ventosas como o polvo, nem braços com tenazes como o caranguejo. Só tem barbatanas e as barbatanas servem só para nadar. Mas é o meu melhor amigo. (...) É com ele que eu brinco."*

*Sophia de Mello Breyner Andresen,
A Menina do Mar*

Chegamos ao fim de um primeiro ano de trabalho cultural intenso! Conquistamos terreno que estava perdido, atingindo finalmente, no último trimestre do ano, números mais aceitáveis de público cultural.

Desde a primeira hora, quisemos levar a cultura a mais gente, diversificando a oferta (mesmo que, por vezes, algumas das escolhas não tenham sido as mais acertadas), pois estamos, juntamente com os paredenses, a aprender a gostar de cultura, a saber como devemos valorizar o nosso património, a nossa história e as nossas tradições. Estamos, também, a desenvolver estratégias para unir todo o concelho, aceitando as

diferenças que são comuns a todos.

Conseguimos rir e chorar com as conquistas, muitas vezes difíceis, ficando verdadeiramente inspirados ao conhecermos tantas pessoas diferentes, intensas e únicas, tal como é a menina da capa e contra-capas, na versão tão real da artista Ana Maria Fernandes. Alguém que, por hábito, não tem acesso à arte e à cultura, mas, com o Orpheu Paredes Social, um programa desenvolvido pelos Pelouros da Acção Social e da Cultura do Município de Paredes, entre muitas outras entidades concelhias, possibilitou-se essa facilitação.

A menina surge, na capa, simbolicamente de costas com os cabelos como as ondas do mar de Sophia Mello Breyner Andresen (no ano em que se comemora o centenário do seu nascimento), a olhar como que para um espelho. Para além de se ver a si, de muitas formas que só a cultura permite, vê, de verdade, todas as histórias destas páginas que até então lhe eram indiferentes e desconhecidas. Na contra-capas, depois de despertar para o conhecimento cultural, começa a desenvolver uma identidade, fazendo parte integrante da sociedade, como uma pessoa de Paredes que se vai construindo.

Faremos, para além deste programa, muitos outros de integração social, em simbiose perfeita com a cultura. É para isto que serve a política! Os resultados sentem-se pela expressão do rosto da menina e



nunca deverão ser por nós, atores com responsabilidades políticas, esquecidos.

Desde a primeira hora, quisemos, pelas razões já aduzidas anteriormente, fazer uma revista cultural com a mesma marca – Orpheu Paredes.

Fomos buscar as reminiscências da revista de Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro ou Almada Negreiros – uma geração de vanguardistas que quiseram renovar a literatura e a cultura.

A isso nos predispomos, a renovar Paredes pela cultura, convidando muitos amigos da cultura para o efeito. Não têm motivações políticas, nem receberam contra-partidas, mas ajudaram-nos, com toda a competência e arte, com opiniões relevantes e pensamentos dignos de uma nova geração de cultura (não opiniões injustas ou desmoralizadoras) na construção desta revista comum.

Nas pessoas de Adelino Sousa, António Quadros Ferreira, Aires Montenegro, Alda Neto, Ana Maria Fernandes, Ângelo Neto, António Aresta, Artur Micael Amaral, Cristiano Marques, Donzília Martins, Fernando Soares, Henedina Barbosa, Ivo Rafael, Mafalda Ruão, M. Conceição Bessa, Nélon Melo, Nuno F. Silva, Rui Guedes e Serafim Rocha Ferreira, agradecemos profundamente o empenho descomprometido.

Estendemos os agradecimentos a todos os outros que desenvolveram, juntamente conosco, projetos culturais relevantes durante o ano, os “Cafés Literários”, onde lançamos esta revista anual comemorativa do primeiro aniversário; o “Caminhar pelo Património” e a “Rota dos Brasileiros de torna-viagem” (trilho de Louredo da Serra); todas as exposições patentes nas infraestruturas culturais, Casa da Cultura, Biblioteca, Loja Interativa do Turismo, relembando, entre muitas, a de Henrique Silva e as suas “Histórias de um Paredense Emigrado”; o “Encontro de Janeiras”; o

“Espalhar Magia por Paredes”; as “Festas do Concelho” e o “Desfile Concelhio”; os “Fins-de-semana gastronómicos” e a “Recepção a jornalistas portugueses e galegos de visita ao concelho de Paredes”; as “Noites Negras”; o workshop “Património e Pintura”; a valorização das camélias centenárias da Casa da Cultura com o “Primavera Festival da Flor”; o “Paredes Nyckelharpa Metting” entre muitos outros.

Não podemos deixar de salientar e de agradecer, igualmente, o papel dos colaboradores do Município que naturalmente contribuíram e contribuem para a concretização dos nossos objectivos, quer no que se refere à revista cultural propriamente dita, quer no que se refere aos projetos mencionados anteriormente e outros (como é o caso, a título exemplificativo, dos reavivados prémios “António Mendes Moreira” e “Henrique Silva”), assim como na reestruturação e funcionamento da Casa da Cultura, Biblioteca e Arquivo Municipais (num trabalho árduo de catalogação, entre muitos outros que temos em curso).

Expressamos, neste texto singelo e nos rostos que aqui juntamos, a nossa sentida homenagem. Desde a primeira hora, acolheram-nos de braços abertos e nós a eles, criando-se amizades, um salutar ambiente de trabalho, novas oportunidades e trocas de ideias importantes na defesa da cultura paredense.

Nas pessoas dos que trabalharam mais ativamente na revista, Antónia Silva, Rui Carvalho, Fernanda Pereira, Fernanda Queiroz Malheiro, Fernando Salvador, Hernâni Gomes, Marisa Leal, agradecemos a todos sem qualquer exceção (mesmo os que não constam nas imagens).

Por último, mas não menos importante, a referência aos leitores. Esperamos que sintam esta revista como a menina da capa. Juntos, faremos parte da nova geração de cultura!



Vereadora e alguns dos colaboradores dos Pelouros de Dinamização Cultural e Turismo, Património Cultural, Biblioteca e Arquivo, Ação Social



NOVAS PRÁTICAS DE DINAMIZAÇÃO DE LEITURA DE ENCONTRO A UM “CAFÉ LITERÁRIO”

Fernando Salvador, Técnico Superior de Ciências Históricas



No atual mundo da rápida informação, onde todos querem que o conhecimento chegue no imediato, a conceção das bibliotecas municipais, enquanto equipamento cultural público, que tem como missão promover, incentivar e facilitar o livre acesso à informação e conhecimento, tem como grande desafio no presente, saber como poderá fidelizar os seus utilizadores, dando-lhe incentivos para que a procura física da instituição e respetivo acervo não se perca ou caia no desinteresse.

Para que o papel informativo, formativo e cultural das bibliotecas se mantenha vivo, a implementação de diferentes projetos e dinâmicas no quotidiano destas instituições poderá ser um dos caminhos no combate à iliteracia e exclusão social.

Uma das novas dinâmicas de incentivo à leitura

e promoção do livro foi a implementação, na Biblioteca Municipal de Paredes, do projeto Café Literário.

Porquê Café Literário?

O objetivo principal deste projeto é dar a conhecer os autores locais e respetiva produção literária, muita das vezes desconhecida dos nossos munícipes, através de um ambiente descomprometido, informal, onde as tertúlias de debate e reflexão sobre temáticas diversas têm sempre como ponto de partida a obra literária do autor.

O Café Literário acontece na primeira sexta-feira de cada mês, onde se pretende que a regularidade da atividade, também, se constitua como uma das referências do evento, criando, desta forma,



hábitos de consumo de atividades culturais, bem como na perspetiva da formação de públicos e leitores.

Tem início com a apresentação da biografia do autor e uma abordagem à sua obra literária, onde

se pretende que o público intervenha no debate, sob orientação do moderador da atividade. As temáticas abordadas podem ser as mais diversas, desde que



estejam em conformidade com os objetivos do projeto. Tratando-se de uma atividade de cariz literário, e aproveitando para introduzir novos conceitos e dinâmicas ao projeto, é lançado em cada edição do Café Literário um desafio ao público, onde são entregues diversos excertos de textos, com o objetivo de identificarem qual o autor da obra, contribuindo para “espicaçar” o estímulo intelectual



e literário dos presentes. Pretende-se que este projeto contribua para a implementação de hábitos de leitura e escrita, apelando a momentos de descontração, ao ritmo da degustação de um café, associando a prática da leitura a um estímulo de prazer e relaxamento.



O cheiro do livro, o manusear e folhear do papel, o aroma do café, a descoberta de diferentes e novas criações literárias, é tudo isto que poderá encontrar na próxima edição do Café Literário.

Um ano de Café Literário...

Escritores convidados

Aires Montenegro
 Nuno F. Silva
 Ivo Rafael
 Rui Guedes
 Donzília Martins
 José Orlando Rocha
 Serafim Ferreira
 Fernanda de Queyroz
 Marisa Pedrosa
 Madalena Oliveira

HENRIQUE SILVA: “HISTÓRIAS DE UM PAREDENSE EMIGRADO”

* **António Quadros Ferreira**, Professor Catedrático Aposentado

*O caminho é o que importa, não o seu fim.
Se viajar depressa demais, vai perder aquilo que o fez
viajar.*
Louis L'Amour

Histórias de um Paredense Emigrado é a mais recente exposição de Henrique Silva. Exposição que acontece em Paredes, neste seu regresso à sua terra natal, e que nos faz revisitado, na sua pintura, as suas memórias de vida e de caminho. Não se tratando de uma exposição retrospectiva, mostra, a exposição, uma espécie de caleidoscópio sobre um tempo inquieto mas sereno. De um tempo, que já não é o tempo de um paredense emigrado. Com efeito, a exposição mostra-nos 30 obras datadas compreendidas entre 1996 e 2017.

Por isso, e sem que se esteja perante uma exposição



antológica ou retrospectiva, a verdade é que o trabalho apresentado corresponde ao produzido nos últimos vinte anos. De um tempo parcial, por isso, mas mesmo assim, é possível percebermos que existe uma espécie de micro revisitação a temas e assuntos que são recorrentes e sistemáticos no ideário ou no programa de acção de Henrique Silva, que o mesmo é dizer, num corpus imaginado, mas realizado, num reportório definido, mas interpretado. O que existe, verdadeiramente, nesta exposição é a mostra de trabalho realizado no atelier de Gondar. Por isso, estamos também perante uma obra que, sendo do tempo actual de Cerveira, não deixa de ser um reflexo do que para trás começou, desde Paris, e enquanto caminho de diáspora e de emigrante, de caminho sem fim mas de construção e de definição de uma estratégia

singular de acção artística.

O caminho de Henrique, feito de muitos caminhos e lugares, é o caminho que se recentra, sempre, no atelier



e a partir do atelier para que, desse modo, seja possível a construção de uma narrativa artística enquanto reinvenção permanente. Então o atelier, enquanto útero que alimenta a criação artística, permite ao artista orientar reflexões, silêncios, acalmias, e exultações, ou o atelier como uma espécie de fábrica de objectos feitos, representados e apresentados, que invadem a sua arte plena de construções e desconstruções metódicas e alucinadas. Na sua casa-atelier de Gondar (ou organic house) Henrique Silva obteve o justo e necessário sedentarismo para reconhecer a sua vida de permanente nómada do mundo, dos lugares e das memórias (em Gondar Henrique Silva será uma espécie de nómada sedentário).

Ao longo de uma vida, que também foi de emigrado, Henrique Silva diz-nos que o caminho é o mais importante. Caminho de pintor e de pintura, caminho de um pensamento pictórico fundado numa acção artística radical e absoluta no que diz respeito a uma imprescindível e implícita dimensão autobiográfica. Tempo de serenidade, abandonada que foi a diáspora, o tempo de Gondar é o tempo de uma radical serenidade, mas é também o tempo de uma revisitação interior às memórias da vida e das migrações em Henrique Silva. Por isso, para além de um trabalho de acção artística que se constrói muito nas memórias mais fundas

e profundas da vida e do caminho, existe o mesmo trabalho pictórico que parece dar-nos respostas, amplas, em torno de conceitos muito abrangentes do que é uma pintura de autor, ou do que pode ser uma pintura maior, independentemente dos lugares percorridos e vividos. Pelo que, o trabalho de Henrique Silva é também o reflexo da sua vida e do seu viver – o reflexo inteiro de um pensamento que sendo artístico é sobretudo um pensamento político.

Então vemos na obra de Henrique Silva uma pintura pluridimensional: tanto pintura bidimensional



como pintura tridimensional. Isto é, pintura que encontra no seu suporte, ou no seu objecto, um lugar de contenção ou fixação, ou um lugar de expansão ou libertação. Estas qualidades da pintura de Henrique Silva acontecem de um modo indiferenciado, pois a pintura existe seja na pintura dita de cavalete, seja na pintura em estado de instalação. Esta circulação cruzada entre dimensões permite compreender melhor a flexibilidade de trânsitos entre processos e meios, fazendo com que a situação de Henrique Silva seja de uma enorme originalidade. Pintura portanto de objectos, de personagens, e de assuntos. Henrique Silva faz do atelier – deste seu atelier de Gondar, uma espécie de fábrica de vida ou o lugar de fusão e de construção coerentes do seu enunciado estético. Onde o assunto ou o tema existem, no plano conceptual, a partir de princípios que nos dão a ver dimensões figurativas de representação (mesmo quando existe expressão geométrica do pintado) de objectos e de figuras, de cenários e de figurinos, de narrativas e de acontecimentos. Isto é, dimensões de representação definidas no palco de Gondar, e onde, entre uma pintura bidimensional de objectos normais, e uma pintura tridimensional de figuras femininas, nomeadamente, decorre o essencial deste caminho, ou deste itinerário, que Henrique Silva vive, serenamente, e com o propósito, sempre equacionado,

de o viver em simplicidade mas em plenitude. Por isso, o resultado artístico que a investigação artística supõe, é o resultado adequado a uma ideia, a um tema, a um assunto. Muitas vezes é recorrente, outras em estado de inusitada reinvenção. Mas, entre a pintura bidimensional – ou de cavalete, e a pintura tridimensional – ou de instalação temos um processo em exacerbada animação que permite a Henrique Silva dizer a sua obra de um modo compulsivo e radical – o seu ser mais íntimo, a sua inquietação mais profunda e, para esse efeito, exorciza os seus fantasmas e medos, as suas memórias e futuros, as suas dúvidas e as suas certezas, a sua serenidade absoluta, e desarmante, de nos dar a conhecer, todo, o seu pensamento – um pensamento íntegro, e de acção.

Inusitadamente Henrique Silva atribui títulos aos assuntos da sua pintura. Sempre com o intuito de tornar a sua pintura ainda mais legível, o que quer dizer, mais simples e mais directa. O que Henrique Silva faz com o seu trabalho de pintor, é o de nos dar a ver o seu singular testemunho – o seu sentido do mundo, de mundos, da sua vida, das suas vidas, da sua memória, das suas memórias, em singularidade permanente de uma forte apologia autobiográfica. Henrique Silva é um artista verdadeiro, e um artista total. A sua obra toda, e muito dessa obra está aqui exposta, revela-nos o propósito de nos dar a conhecer, e de nos dar a partilhar, uma experiência de vida e uma partilha de mundo. Pelo caminho de Henrique Silva, é certo: sendo um caminho de sensibilidade plena, é também um caminho de natureza erótica na sua acepção mais ampla e livre. Mas o referido erotismo, que na pintura existe, não se restringe apenas à vida das suas personagens ou figuras femininas que habitam o interior da sua pintura, seja em estado de pintura impressiva e expressiva, seja em estado de pintura-objecto ou instalação. Mesmo a sua pintura não habitada por figuras não deixa de ser erótica. Aliás, o erotismo, que é natural



em Henrique Silva, contamina e transcende todo o seu trabalho, toda a sua acção, toda a sua vida. A pintura de Henrique Silva, sendo uma pintura de solidão, de sombra,

e de desejo, é uma pintura de corpo e erótica, uma pintura convocada pelo atelier em tonsterra.

Pintura então simples, crua e directa, habitada e densa, manifesta-se muitas vezes em silhuetas de claro-escuro, e em que se faz coabitar em técnica mista as mil possibilidades de junção do corpo e do desejo, da mulher e do objecto, do atelier e do dizer.

Pintura do dizer a obra. De um dizer erótico, e político, de uma acção artística que se manifesta em óbvia insularidade enquanto lugar e refúgio de uma ligação à ruralidade da paisagem e da natureza que esculpe a memória serena de Henrique Silva. Também por isso, pintura povoada de objectos, de objectos que constituem narrativas de teor geométrico, de narrativas de silêncio e de tempo, e onde se privilegia uma certa densidade objectual.

Consequentemente, Henrique Silva transporta na sua pintura verdade e mundo, isto é, transporta um estado de criação enquanto estado de alerta, enquanto estado de absoluta lucidez. Henrique Silva tem tido, ao longo da sua vida, um comportamento e uma compreensão da função operária do ser artista e pintor. Artista-operário da arte e da pintura (com efeito não é perceptível as fronteiras entre ambas, se bem que Henrique Silva não deixa de ser pintor em todas as latitudes da arte), Henrique Silva constrói um património artístico em sede de atelier. Isto é, o seu trabalho encontra no atelier o lugar seminal do fazer que se pensa, e do pensar que se faz. Mas o pensar que se faz, em Henrique Silva, é principalmente o fazer que se faz.

Henrique Silva mostra-nos uma pintura que é duplamente uma pintura de diáspora, condensando no caminho a sua sede de serenidade e de paragem, e uma pintura de migração, que funde na sua vida uma coerente proposta de construção e de afirmação do que pode ser a arte verdadeiramente implicada, séria, e assumida em inquestionável contemporaneidade um estado de relação absoluta com a vida. Por isso, Histórias de um Paredense Emigrado, sendo mais uma das dezenas de exposições individuais realizadas por Henrique Silva, é uma exposição especial, pois corresponde a um momento simbólico, possibilitando aos visitantes o privilégio de reconhecer num seu conterrâneo um artista que sendo ilustre é do mundo, onde a diáspora do artista emigrado permitiu ser um artista maior, de uma memória maior, de um caminho maior, e onde Henrique Silva soube guardar uma espécie de memória transversal, inteira, e total.

Henrique Silva é um criador artístico compulsivo e total, na medida em que assume a natureza experimental do fazer artístico como estratégia-mãe de toda a investigação artística. Mas, justamente, a natureza dessa investigação artística, bem maior do que a natureza da

criação artística (confessa-nos Henrique) é a que permitirá entender a acção artística como uma acção absoluta, libertadora e redentora. No sentido em que é possível redescobrir na sua obra mundos novos e aparentemente diversos - , mundos de um movimento da diáspora. Então, Henrique Silva, homem e artista de fronteiras e de margens, é portador de um programa de acção onde a sua pintura culta quer dizer isso mesmo, que contempla a tradição com a modernidade, e a história com a recepção. Portador de um programa de acção enquanto programa vital, Henrique constrói o seu testemunho numa utopia dedicada, onde o desígnio do homem em permanente peregrinação (de um paredense emigrado) faz dele um permanente descobridor do mundo e de si próprio.



Henrique Silva, nascido em 1933 na Cidade de Paredes, Portugal - artista plástico, foi Director executivo da Árvore, Coop. Actividades artísticas de 1978 a 1995, Presidente da Projecto, Núcleo de Desenvolvimento Cultural, co-fundador e director da Bienal de Cerveira, de 1995 a 2008, director do Museu de Arte Contemporânea da Bienal de Cerveira desde 2003. É director do Curso Superior de Artes e Multimédia da Escola Superior Gallaecia, desde 2009.

É Co-Fundador da Fundação da Bienal de Arte de Cerveira e Presidente do mesmo Conselho.

É Presidente do Conselho Científico da Escola Superior Gallaecia.

Foi bolseiro da Fundação Gulbenkian, em Paris, de 1961 a 1963, frequentando a École Supérieur de Beux-Arts de Paris. Licenciou-se pela Université de Paris VIII, em 1977, em Artes Plásticas para o Ensino, tendo-se doutorado em Média-Arte Digital na Universidade Aberta e Universidade do Algarve em 2015.

Director Geral e Pedagógico da Escola Profissional de Economia Social em 1989/91 e 1998/2000, participou em seminários e reuniões internacionais em Varsóvia - 1983, Bruxelas - 1986, Creta - 1987, entre outras, sobre políticas de desenvolvimento territorial e cultural.

Expôs em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Estados Unidos, etc. desde 1958, com mais de 50 exposições individuais e 200 exposições colectivas.

* Texto publicado no Catálogo "Histórias de um Paredense Emigrado". Exposição de Pintura de Henrique Silva. Paredes, julho de 2018.

A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÓNIO CULTURAL NA PERSPETIVA DA DINAMIZAÇÃO TURÍSTICA/CULTURAL

Fernanda Maria da Costa Pereira, Técnica Superior de Turismo



A identidade de um território é feita do património material e imaterial que compõem esse espaço. Cada região possui património, que lhe foi legado pelos seus antepassados e que de alguma forma é a sustentabilidade das gerações que ocupam, na atualidade, o território. Estas gerações caracterizam-se pelo que receberam dessa herança patrimonial e pela capacidade que tem de a usar num novo contexto que é o seu presente. MARTINS diz que:

Temos, por isso, de entender o «espírito dos lugares»

e de transformar essa compreensão num modo de nos enriquecermos culturalmente a partir do diálogo entre o que recebemos dos nossos antepassados, correspondente ao Património material e imaterial, e o que criamos de novo, a contemporaneidade – que nos insere na História, onde tudo se transforma. (2011, 14)

O presente faz-se do passado e de tudo que foi legado pelos homens que nos antecederam. Este legado materializa-se em imóveis como: igrejas, templos, palácios, histórias, costumes e tradições, entre outros, que acabam por representar a forma de vida dos que nos antecederam, como nos referem BALLART, 2007 e MARTINS, 2011.

Neste contexto, é fundamental que se pense no património de forma abrangente, ou seja, tudo aquilo que nos pode ajudar a caracterizar e identificar um local e um povo, por isso é que falamos em património cultural imaterial, ou seja, tudo que constitua práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências, assim como instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais, conforme o definido pela UNESCO na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003. Por isso impõe-se, cada vez mais, que o património seja oferecido às pessoas, de modo a permitir a sua reutilização em cada época, para que se mantenha vivo, funcional e útil. Ao fazermos isto com o nosso património material e imaterial, estamos a contribuir para a sua preservação e manutenção, permitindo criar laços de identidade com a população.

ASHWORTH (1997) de alguma forma reforça esta posição quando nos diz que o uso do passado pode ser uma forma de expressão da identidade de um lugar, contribuindo, deste modo, para o reforço de políticas locais que coloquem o enfoque na temática daquilo que pode distinguir os lugares. No entanto, importa ter presente que o uso do património que nos foi legado pelos nossos antepassados, no presente e no futuro, tem forçosamente de se adaptar

à evolução tecnológica, científica e do conhecimento.

A este propósito podemos falar da transformação do valor e uso do nosso património que se vai alterando em função desta evolução temporal e geracional. APPADURAI (1986) refere que a trajetória das coisas e dos objetos ao longo dos tempos é que nos vai permitir interpretar a evolução humana, assim como o próprio valor de cada coisa.

Segundo este autor, o valor que atribuímos às coisas



vária de acordo com a sua utilidade em determinado período temporal, deste modo podemos pensar no valor económico pela função e uso de determinado bem, assim como podemos pensar num valor simbólico e emocional numa fase posterior, em que estes bens, fruto da evolução, deixem de cumprir a função a que inicialmente se destinaram.

É necessário desenvolver condições para que as pessoas possam interagir com o património que as rodeia, permitindo-lhes identificarem-se com o mesmo e, assim, sentirem que esse património é seu.

Segundo BALLART (2007) os indivíduos necessitam de ter referências concretas no mundo em que vivem de forma a construírem a sua própria identidade. Para isso é fundamental a memória das coisas, pois é esta que nos vai ajudar a construir o nosso futuro, tendo por base o nosso passado, que é o maior tesouro que podemos possuir, na medida em que ela faz a ligação entre o passado, o presente e o



futuro, construindo assim a essência da vida.

O conceito de turismo cultural surge por volta da década de 70 do século vinte, quando vários países começam a despertar para as novas tendências do turismo, e sobretudo, para aquilo que começa a ser procurado pelos turistas, sentindo, por isso necessidade de desenvolver outros recursos endógenos. Esta mudança faz-se sentir devido à melhoria nas condições de vida das populações, assim como do seu nível educacional e melhoria dos meios de transporte, o que conduz à alteração dos interesses. Desta forma, nasce a ideia de converter o património em recursos económicos, cuja qualidade é altamente reconhecida pelos consumidores.

O turismo cultural assume aqui um papel fundamental na medida em que tem a função de promover o desenvolvimento local e, por consequência, os recursos de que o mesmo dispõe, assim como deve contribuir para a promoção e divulgação da cultura e identidade de cada região e sua população. A cultura deverá ser vista como uma forma de informar, dar a conhecer e saber através das vivências sociais e das suas interpretações.

A ação do homem sobre o meio ao longo dos tempos resulta em manifestações de cultura que pretendem reproduzir representações de poder, posições sociais face a um determinado período, que por sua vez deverá ser contextualizado pelo meio no qual se insere.

El paso del tiempo produce en los hombres la noción de pasado, noción que se contrapone a la presente. Del pasado llegan objetos y, claro está, informaciones e ideas. Los objetos en concreto sirven muy especialmente para poner de manifiesto claramente ante las personas las nociones de continuidad y cambio entre pasado y presente, porque son evidentes por sí mismos y porque duran. (BALLART 2007,17)

São, portanto, estas manifestações que se devem transformar num produto turístico/cultural que permita impulsionar o desenvolvimento local, tendo sempre em atenção o seu correto uso e capacidade de articulação com a população local, que deve ser a primeira a poder usufruir destes recursos.

O desfile concelhio e a recuperação de tradições

O Município de Paredes ao fim de vários anos procurou recuperar uma tradição muito antiga, nas Festas em Honra do Divino Salvador, com a introdução do desfile



andor alusivo ao Santo Padroeiro.

Em 2018, o Município recupera a tradição de um desfile que procurou promover as tradições e aquilo que melhor identifica cada localidade e, no seu conjunto o concelho de Paredes. De acordo com a memória de alguns Paredenses, no passado fazia parte do programa das Festas um desfile, onde participavam os ranchos e as freguesias do concelho de forma a animar as ruas da Vila. No intuito de recuperar esta tradição foram convidadas todas as freguesias a participar neste momento.

A este apelo do Município responderam 12 freguesias (Aguiar de Sousa, Astromil, Beire, Cristelo, Gandra, Louredo, Paredes, Rebordosa, Sobreira, Sobrosa, Vandoma, Vilela). Cada uma delas procurou criar encenações e quadros que melhor representassem



aquilo que são as suas tradições e costumes.

Como se pode observar pelas imagens, houve uma preocupação em recriar momentos como malhar o

concelho no último dia das Festas. Tradicionalmente, as Festas para além da sua vertente lúdica têm uma forte componente religiosa, cujo momento alto é a procissão com saída da Igreja Matriz e onde participam todas as freguesias do concelho com um

milho ou centeio, assim como o trabalho do marceneiro e do cadeireiro que recuperam desta forma a principal atividade económica do concelho, o mobiliário. Esta arte que se iniciou em finais do século XIX, segundo dados recolhidos no Inquérito Industrial de 1890, abrangia neste período em Paredes 104 marceneiros, 3 mestres e contramestres, 100 operários e 1 aprendiz (as cited in PEREIRA 2011), e chegou até aos nossos dias, fazendo do concelho um dos maiores produtores de mobiliário a nível nacional.

Entre os momentos que retratam este ofício, destaca-se a representação da mulher “Cadeireira ou Carreteira”, que assumiu um papel determinante para a divulgação e promoção do mobiliário produzido no concelho, pois foi graças ao seu empenho e esforço que muito daquilo que se ia produzindo nas pequenas oficinas, localizadas a norte do concelho de Paredes, foi chegando aos grandes centros como o Porto. Podemos, ainda, destacar a representação do ciclo do Linho, a tradição do Leilão no coreto ou o cultivo e venda do tremoço, elementos tão característicos deste território.

Numa fase em que se vive num mundo cada vez mais globalizado e em que se procura promover a coesão cultural dos países, torna-se fundamental não perder a identidade de cada povo e aquilo que o distingue entre os demais, permitindo desta forma incrementar a diversidade cultural de cada país, e deste modo, contribuir para a melhoria da qualidade de oferta turística dos territórios.

Conforme nos refere ASHWORTH, a indústria turística busca satisfazer uma procura que é hoje cada vez mais seletiva, sofisticada e inconstante (2000).

Paredes, ao procurar envolver as diferentes Associações locais na realização das Festas do concelho, através da tentativa de recuperar a identidade do território, estará certamente a contribuir para a revitalização desta identidade local que importa preservar e promover, e ao mesmo tempo, está a tirar partido da herança cultural do território para a promoção turística do concelho.

Referências Bibliográficas:

- APPADURAI, A. (1986) - *The Social Life of Things. Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge, CUP.
- ASHWORTH, G. J. (2000) - *Heritage, Tourism and Places: A Review. Tourism Recreation Research*, 25:1; 19-29 <https://doi.org/10.1080/02508281.2000.11014897>
- BALLART, J. (2007) - *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Editorial Ariel, S. A. Barcelona
- MARTINS, G. O. (2011) - *Património, Herança e Memória. A cultura como criação*. Gradiva Editor: Guilherme Valente. Lisboa
- PEREIRA, F. M. C. (2011) - *A Indústria de Mobiliário no Concelho de Paredes* (Unpublished master's thesis). Universidade do Minho, Braga.

WORKSHOP PATRIMÓNIO E PINTURA NA CASA DA CULTURA DE PAREDES

Ana Maria Fernandes, Formadora e Pintora
Mafalda Ruão, Créditos Fotográficos



Figura 1

Workshop – “Património e Pintura” foi uma iniciativa do Município de Paredes, através do Pelouro da Cultura, como forma de fomentar práticas de produção artística a partir de diversos registos culturais.

Pretenderam proporcionar o contacto direto com os diferentes patrimónios e a sua história, ao mesmo tempo que se despertava para o conhecimento e criatividade através de um novo olhar, materializado na expressão plástica com recurso a técnicas distintas.

– Pintar com pastel seco – fazia parte dos quatro workshops abertos ao público em geral e é sobre ele que me pronuncio como formadora.

Nos dias 16 e 23 de julho de 2018, realizaram-se duas oficinas de trabalho e o local escolhido para o efeito foi a Casa de Cultura da Cidade de Paredes, também conhecido

pelo Palacete da Granja.

Iniciamos o primeiro dia com uma breve apresentação dos elementos do grupo presente, após esta foi feita a contextualização do espaço para o objetivo das oficinas.

Numa sucinta abordagem histórica, desde a sua origem à contemporaneidade da Casa de Cultura de Paredes, foi realizado

o papel importante que o edifício tem como espaço público onde a cultura da cidade pode ser vista e apreciada— este seria o nosso Património a pintar.

De seguida, o grupo espalhou-se para uma visita ao jardim e ao interior da Casa da Cultura e, encontradas as inspirações, os formandos avançaram para as mesas colocadas no jardim, estrategicamente debaixo das Camélias, para proteger do calor

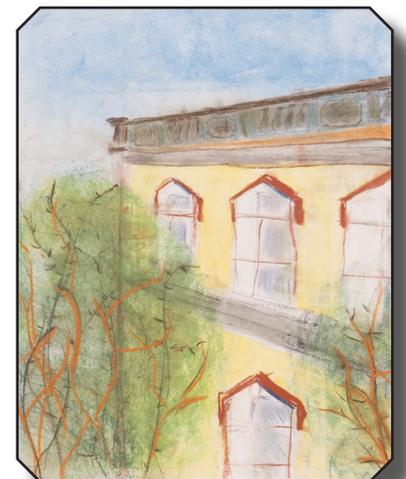


Figura 2

que fazia e também pela beleza das árvores. Após uma abordagem sobre a técnica de pintura pastel seco, deu-se início aos trabalhos e com grande entusiasmo. Telas, papel, paus de giz e muita cor surgiram em cima das mesas de trabalho onde tudo acontecia e se pintava, até as caras. Os dias estiveram muito quentes, o verde e o amarelo da casa formaram um contraste de frescura e sol muito apreciado pelo grupo, até pelos passantes do momento. E, foi debaixo das Camélias que iniciamos o workshop.

A formanda Inês optou, no primeiro dia, por registrar no seu papel de desenho a parte da história que ouviu e mais lhe interessou; assim, a sua primeira pintura transporta-nos para o passado, quando a realeza

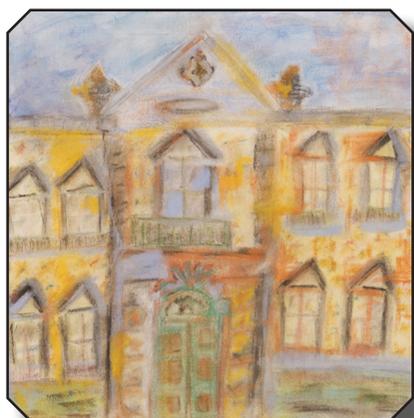


Figura 3

passava em frente da Casa da Cultura, no coche puxado por belos cavalos pretos (Fig.1). Uma pintura simples, mas claramente expressiva e contextualizada.



Figura 4

No segundo sábado, dia 23 de Junho, escolheu para pintar uma das partes laterais da Casa da Cultura. Um trabalho na procura do realismo, mais preciso e geométrico. Uma tela feliz, cheia e muito colorida (Fig.2). A formanda Eulália optou por desenhar a fachada principal da Casa da Cultura (Fig.3), escolheu pastéis de cores vivas e muitos verdes, foi criativa e diferente da realidade em termos de cores, mas sem perder a identidade do seu objetivo. No segundo dia do workshop, optou pelo registo do mirante (Fig. 4) e, mais uma vez, usou cores diferentes

das que o mirante tem; contudo, em comparação com a natureza do jardim e da tela, facilmente se identifica o mirante como parte do jardim da casa da cultura. Dois trabalhos muito conseguidos para quem não tinha conhecimentos na técnica de pastel seco. Por fim, a formanda Carlota! – a mais nova do grupo, mas a mais experiente na

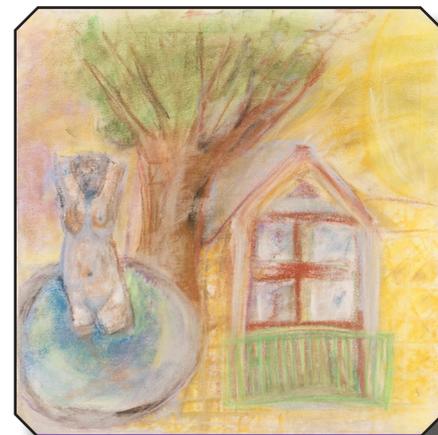


Figura 5

técnica. No primeiro dia, pintou uma tela com pontos de referência que trouxe da sua visita feita ao jardim, no início da manhã.

Uma fonte, uma árvore e uma janela da Casa da Cultura (Fig.5), encheram a tela da Carlota e ficou uma bonita composição.



Figura 6

Já no segundo dia, a sua imaginação ficou nos animais, no gato preto que dormia, ali, junto à fonte (Fig. 6) e ainda juntou outros, que se lembrou e confessou gostar de pintar. O procedimento do workshop nada dizia em contrário; pois estavam todos no jardim da casa e perto da fonte de pedra que bem retratou na sua tela. O resultado final das oficinas foram os trabalhos criativos que os alunos fizeram e levaram para casa.

Resta-me agradecer o convite aos mentores do projeto e aos participantes.

“CANTAR AS JANEIRAS” UMA TRADIÇÃO EM PAREDES COM RAÍZES

Fernanda Maria Ruão Fontoura de Queiroz Malheiro Mesquita, Psicóloga, Arte Terapeuta



Num mundo cada vez mais globalizado, terão as tradições de cumprir o seu papel de manter fundas as raízes identitárias de um país. “As Janeiras”, ainda hoje uma tradição forte um pouco por toda a Europa, são agora associadas à época natalícia, ainda que a sua origem possa remontar a práticas pagãs romanas alusivas ao deus Jano, o deus dos portais e das entradas. A este deus foram-lhe dados dois rostos que se opõem, um olhando para a frente e o outro para trás, estando desta forma simbolicamente associado ao passado e ao futuro, à transição e a inícios, a mudanças e a começos. Apesar de certas mudanças de ordem religiosa, a finalidade dos peditórios cantados em janeiro não se alterou muito ao longo dos séculos, mantendo-se o propósito de obter benesses simbólicas e de trazer bom augúrio no início de cada ano. Sabemos que na idade média estas tradições com origens pagãs eram praticadas no território português:

«Prolongavam-se os ritos do calendário pagão e ainda nos séculos XIV e XV se cantavam as Janeiras e as Maias. As Janeiras, como porta do ano novo, na sequência do solstício do Inverno, celebravam o nascimento do Sol, na permanência do culto à divindade do “Sol Invictus”.» (MATTOSO 2011, 142)

Em Portugal, grupos de homens e mulheres de todas as

idades juntavam-se em janeiro um pouco por todo o país e celebravam “As Janeiras” com cânticos religiosos, de natureza popular e festiva, entoando-os de porta em porta com a finalidade de desejar um bom ano novo às pessoas que os recebiam. As remunerações, de natureza simbólica, serviam muitas vezes como uma ajuda menor à subsistência daqueles que viviam de forma menos abastada, como podemos ver nesta partitura de uma cantiga entoada em Braga por duas crianças pedintes. As cantigas invocavam frequentemente os nomes dos senhores das casas, estando estes sujeitos, na eventualidade de ignorarem as cantorias, a canções de escárnio entoadas em tom mordaz. Formalmente livres nos seus versos e temáticas, estas canções surpreendem pela sua franqueza emocional:

«Janeiras, lindas Janeiras,
Senhores, vimos cantar
Boas Festas e alegrias
Vos queremos desejar.

Sopram os ventos da serra
Caem estrelas dos céus
Alegre-se toda a terra:
Nasceu o Menino Deus

Senhores, não demoreis
Que é muito frio o luar,
Vinde-nos dar as Janeiras
Que temos de caminhar

Levantai-vos da lareira
E vinde depressa ver
A grandiosa fogueira
Que o menino há-de aquecer

A mensagem de Natal
A todos dê luz e amor
Oxalá por toda a vida
Vos guie com seu fulgor

Boas noites meus senhores
Até p’ró ano que vem
Alegria e paz em Deus
E na Virgem, Sua Mãe.»
(GOMES 1985, 65)

Estas canções populares influenciaram artistas ao longo dos séculos. “O Natal dos Simples” de Zeca Afonso e certos poemas de Fernando Pessoa são exemplos significativos da forte influência que estas canções tiveram em grandes escritores portugueses do século XX.

O género poético, muito ligado à tradição oral dos cancioneiros, esteve sempre associado às atividades coletivas do povo português, como nota Fernando Lopes Graça, no seu prefácio ao “Cancioneiro Popular Português”:

«A sua interferência em ritos de trabalho (as já mencionadas cantigas das segadas e, também, das malhas, da apanha das ervas, da fição e tecelagem do linho, etc.), em datas consagradas no calendário cristão (Janeiras, Reis, Quaresma) ou, ainda, em horas devocionais do dia e da noite, assegura-lhe um lugar de predileção na memória (e no gosto) popular. Tanto assim é que sobrevive nas narrações circunstanciais de cegos andantes e poetas vagabundos a testemunharem as suas sempre renovadas florações.» (LOPES-GRAÇA 1981, 9)



Esta tradição secular que é cantar as Janeiras não perdeu nenhum do seu vigor. Atualmente, podemos ainda encontrar, nos primeiros dias de Janeiro, grupos de amigos e amigas que espontaneamente se formam, ou ranchos folclóricos que se agrupam, de forma a trazer bom augúrio com as suas cantigas de porta em porta.

Também hoje as remunerações continuam a ser de ordem simbólica: desde os enchidos e o vinho até ao menos tradicional chocolate, as pessoas procuram, assim, manter viva esta tradição que tem o seu cerne na reciprocidade entre o cantor e o ouvinte, entre aquele que pede e aquele que ajuda.

Foi neste sentido que a Casa da Cultura de Paredes organizou, em fevereiro de 2018, o “Primeiro Encontro das Janeiras”, reunindo dezoito grupos folclóricos

de Paredes com o intuito de manter viva esta tradição. A iniciativa levada a cabo pelo Pelouro da Cultura do Município de Paredes procurou, acima de tudo, preservar as tradições, os usos, os costumes locais e a identidade de um povo, o “Povo da terra Verde” (NEVES 1971, 22), como o definiu no seu cancionero “Terra Verde” o muito ilustre Padre Moreira das Neves. Este encontro, que se irá repetir em 2019, e o intuito por parte desta entidade de coligir as letras das canções dos dezoito grupos participantes numa obra a ser publicada, vêm comprovar que as tradições em Portugal se mantêm inalteradas e que continuam a ser valorizadas por muitos, desde os mais velhos até aos mais jovens.

Levou-me à escrita deste artigo não apenas a minha profunda afinidade pela terra de Paredes - terra que

continua até aos dias de hoje a ser para mim o mais puro dos berços - mas também o meu marcado interesse na tradição poética, que se estende desde os primórdios da civilização portuguesa, com os seus cancioneros populares, até poetas como Daniel Faria, conterrâneo nosso e poeta maior. Cantar sempre me pareceu o equilíbrio entre o corpo e a mente e, uma vez que, nas

palavras do padre Moreira das Neves, as gentes da Terra Verde sempre cantavam, termino com um pequeno poema da minha autoria:

«Assim cantava-se
a certeza, a incerteza
na alegria e na tristeza
no trabalho e no descanso,
na felicidade e na dor
com saudade
e com esperança
amava-se cantando
pelas Janeiras esperando.»

Referências Bibliográficas:

GOMES, A. Costa (1985) - *Colectânea de Canções*. Editado na Tipografia Oliveira Braga
LOPES-GRAÇA Fernando, (1981) - *Cancioneiro Popular Português*. Lisboa: Edição Círculo de Leitores
MATTOSO José, (2011) - *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Edição Temas e Debates
NEVES, Moreira das (1971) - *Terra Verde*. Paredes: Edição da Câmara Municipal de Paredes

NYCKELHARPA EM PAREDES

- MEMÓRIAS DE UM NOVEMBRO AINDA POUCO DISTANTE -

Hernâni Gomes, Técnico Superior de Assessoria e Tradução



Da Esquerda para a direita: Agostinho Rodrigues, Diretor Pedagógico do Conservatório de Música de Paredes; Aires Montenegro, Mentor do Projeto; Beatriz Meireles, Vereadora da Cultura; Sérgio Calisto, Músico e Professor; Alex Pillz, Construtor de NyckelHarpa; Marco Ambrosini, Músico e Professor; Eva Rushe, Pianista; Karsten Evers, Diretor Pedagógico da Akademie BURG FÜRSTENECK, Alemanha, Marco Bartolini, Diretor Pedagógico da Scuola di Musica Popolare di Forlimpopoli, Itália; Adão Carvalho, Mentor do Projeto;

No passado novembro, tivemos em Paredes um evento relacionado com um instrumento que remonta aos tempos medievais: nyckelharpa. Embora de origem sueca, o contacto com a sua sonoridade ressoa em nós um sentimento de familiaridade, talvez por essa musicalidade medieval em que se insere, ter chegado de alguma forma via memória coletiva, ao longo dos séculos, há um sentimento de passado, no som deste instrumento.

Tocar nyckelharpa é uma arte, exige talento do tocador. Tivemos neste evento um dos melhores do mundo: Marco Ambrosini.

Ele veio partilhar a sua arte com tocadores do instrumento e atuar para nós em concerto.

Dominar tecnicamente um instrumento não é suficiente, mesmo num elevado nível de excelência como o dele.

É necessário um aperfeiçoamento constante ao longo do tempo com mais estudos e performance. Há que saber elevar a arte, despindo o pretensiosismo e o culto da personalidade; autorizando que a música se sobreponha ao resto, há que assumir e reconhecer



o papel de canal pelo qual a arte flui, de forma pura e não egocêntrica.



E assim foi com Marco Ambrosini. Foi raro, singular e belo.

Além de nos regalar com um concerto no Mosteiro de Cete, monumento integrante da Rota do Românico e fundamental à história e cultura do nosso município, Marco Ambrosini também deu masterclasses de nyckelharpa ao longo de três dias.

Os inscritos tiveram oportunidade de contactar e aprender diretamente com o mestre; mas não só esses inscritos se favoreceram em acréscimo, pois também os espaços dessas sessões se enriqueceram com o som



do instrumento a ecoar pelas paredes da Casa da Cultura e do Conservatório de Música de Paredes (edifícios que, também eles, têm história).

A nyckelharpa é um instrumento especial, infelizmente largamente desconhecido.

Com estas atividades e eventos pretende-se contrariar esse desconhecimento. E o nosso município possui duas características que “casam” bem com a nyckelharpa: o existente património histórico da época medieval a cuja época o instrumento remonta, bem como a arte de trabalhar a madeira, pois construir uma nyckelharpa é um trabalho de artesão, que implica rigor e talento.

No passado novembro, deu-se o primeiro passo para dar a conhecer a nyckelharpa, através de atividades e concertos, estabeleceram-se bons contactos com entidades externas, idealizaram-se projetos e proporcionaram-se momentos de partilha e arte.

Deram-se os primeiros passos do que se espera ser uma longa e agradável caminhada.



NOITES NEGRAS

“A MULHER VOLTOU TARDE”

Marisa Leal, Técnico Superior de Educação Social

Textos e poemas de: **Beatriz Meireles | Fernanda de Queyroz | Florbela Espanca
Liev Tostoi | Vasco Graça Moura | Vinicius de Moraes**

Em outubro, acendem-se as luzes ténues daquelas que prometem ser as duas noites mais culturais e enigmáticas da cidade de Paredes. Contando, apenas, com uma I edição no currículo, estas noites atrevem-se a desafiar as pessoas a sair à rua, durante a noite, em pleno outono, para juntas acordarem a cidade para uma nova dinamização cultural.

Este evento pretende proporcionar aos Paredenses vários espetáculos de música, dança, encenação e outras formas de arte e cultura, que terão como palco os vários bares da cidade, as ruas e o património municipal. Entre as várias atividades artísticas, que aquecem estas noites frias, emergem atuações envoltas em misticismo e suspense, que vão surpreendendo os visitantes que por ali se aventuram.

Para o público mais intrépido para quem o frio não é um obstáculo, as noites negras, também, abrem portas a uma gastronomia criativa e enquadrada na sublimidade do tema. Imbuídas de uma diversidade cultural, as noites negras pretendem tornar-se num encontro intergeracional, sem limites de idade, onde a arte, o espetáculo e a música se combinam numa dança, sem ressalvas, num envolvente cenário de mistério.

Vêm para ficar e para acrescentar à cidade de Paredes uma identidade própria, que proporcione aos seus habitantes verdadeiros momentos de deslumbramento.

“A mulher voltou tarde.” Passara, com a empregada, uma noite no hospital perto de casa. Há muito que o ópio deixara de possibilitar a articulação dos dedos. Os tempos de figurinista na prestigiosa companhia de bailado fecharam-se, tal como a vida que conhecia.

“Até perto das três horas, permaneceu imersa num penoso entorpecimento.” Vagueou pelos corredores, com o auxílio do andarilho. Olhou-se ao espelho da entrada. Continuava bela como os cisnes brancos de Tchaikovsky. Dali, bailou com graciosidade até à salinha de costura. Sentou-se no banco junto à máquina

e fechou os olhos. Delirante, recitou poetas amigos.

*“Morte vem de longe
Do fundo dos céus
Vem para os meus olhos
Virá para os teus
Desce das estrelas
Das brancas estrelas
As loucas estrelas
Trânsfugas de Deus
Chega impressentida
Nunca esperada
Ela que é na vida
a grande esperada!
A desesperada
Do amor fratricida
Dos homens, ai! dos homens
Que matam a morte
Por medo da vida!”*

*“quando eu morrer murmura esta canção
que escrevo para ti. quando eu morrer
fica junto de mim, não queiras ver
as aves pardas do anoitecer
a revoar na minha solidão.*

*quando eu morrer segura a minha mão,
põe os olhos nos meus se puder ser,
se inda neles a luz esmorecer,
e diz do nosso amor como se não*

*tivesse de acabar, sempre a doer,
sempre a doer de tanta perfeição
que ao deixar de bater-me o coração
fique por nós o teu inda a bater,
quando eu morrer segura a minha mão.”*

*“Morte, minha Senhora Dona Morte,
Tão bom que deve ser o teu abraço!
Lânguido e doce como um doce lago*



Cisne negro
Fragmentado
princesa virgem enfeitada
fim da maldição,
mergulho de água purificada,
exorcizada
em cisne branco,
transformada livre canta
morre cantando
nobreza.
morte amorosa.
canta morrendo.
para viver a morte.”

É “COISA DE DEUS”.
Algo tormentoso.
Belas as poesias,
tantos poetas
momento, algum
pensaram na linguagem
para o sono negro
Assim, a morte
continua um mistério,
revelações
a homens e mulheres
o que depois vier,

E, como uma raiz, sereno e forte.

*Não há mal que não sare ou não conforte
Tua mão que nos guia passo a passo,
Em ti, dentro de ti, no teu regaço
Não há triste destino nem má morte.*

*Dona Morte dos dedos de veludo,
Fecha-me os olhos que já viram tudo!
Prende-me as asas que voaram tanto!*

*Vim da Moirama, sou filha de rei,
má fada me encantou e aqui fiquei
à tua espera... quebra-me o encanto!”*

*“Fragmentos
Cisne Branco
graça, leveza
e brancura imaculada,
epifania da luz,
solar e lunar,
andrógino,
aura de mistério sagrado.
feminilidade e contemplação.
volatilidade nas asas.*

*e assim lhe aprouver
Assim, a morte
questão de minha fé.
princípios,
verdades
religiosas ou não,
acredito no final
catecúmena oração
Credo da minha presença
Creio no Espírito Santo,
na Santa Igreja Católica,
na Comunhão dos Santos
na Remissão dos Pecados,
na Ressurreição da Carne,
na Vida Eterna.
Amém.*

*“Acabou a morte. A Morte já não mais existe!”, ainda
pensou. Aspirou profundamente, deteve-se a meio,
inteiriçou-se e morreu.”*

*No dia seguinte, a empregada procurou a senhora no
quarto. Encontrou-a fria no chão da salinha de costura.
Na máquina, uma saia de tule negro, primorosamente
acabada, igual à dos cisnes.*

O LINHO NO CONTEXTO ECONÓMICO, CULTURAL, SOCIAL E MORAL

Serafim Rocha Ferreira, Aposentado

Perde-se na mais remota esquina do tempo, a data em que o homem descobriu que uma pequena e singela sementinha, ao germinar na terra, produzia uma planta herbácea da família das lináceas a qual se veio a denominar planta do linho.

Tinha e tem essa planta a particularidade de produzir no seu interior uma fibra com a qual o homem, com arte e engenho, procurou dar não só uma aplicação prática como fundamental para a sua vida naqueles idos tempos e que ainda hoje na nossa sociedade se mantém: o tecido de linho produzido através da fibra que compõe organicamente essa planta. Este tecido, para além de ser usado no vestuário, servia e serve também para as mais diversas práticas da vida comunitária, muito embora, hoje em dia, com a evolução de tecnologias e materiais mais acessíveis tem vindo a perder muita da notoriedade que o alcançou aos mais altos patamares da sociedade pelos custos inerentes à sua mão-de-obra muito complexa e morosa.

Começou assim uma “viagem” que chegou aos nossos dias. A sementinha de linhaça e, concomitantemente, o linho foram, ao longo dos tempos, um forte motor económico na sociedade.

Se a sua importância prática e social na vida da sociedade em geral foi preponderante para o seu/nosso desenvolvimento, a sua relação cultural não lhe ficou atrás. Desde os tempos mais remotos podemos observar a importância deste tecido nos mais variados eventos e nas mais díspares situações. Reis e Rainhas do “velho” mundo cobriam-se orgulhosamente com este produto e não o dispensavam até na morte e para além desta, como atestam os lenços funerários que chegaram aos nossos dias, vindos de séculos Antes de Cristo, (A.C.) e cujo documento saído na imprensa on-line se transcreve:

“Peça”

Lenço de linho funerário egípcio vendido por 374 mil euros em Paris

Um lenço de linho funerário egípcio, datado de entre 1400-1300 antes de Cristo e utilizado para colocar sob a mortalha dos defuntos, foi hoje vendido em leilão por

374 mil euros em Paris.

O pano, com cores vivas que ainda se conservam, foi destinado a “Ta-Nedjem”, que morreu no Vale dos Reis, há cerca de 3.400 anos durante a XVIII Dinastia.”

(Lusa 18/06/2015)



Num passado ainda não muito distante, todo o Concelho de Paredes, mercê da sua ruralidade natural, foi um Concelho fortemente vocacionado para o cultivo e manufatura desta espécie, com especial enfoque para uma freguesia situada mais a sul do Concelho - Recarei.

A sustentar esta afirmação podemos observar na heráldica do Brasão desta Freguesia três (3) espadas simbolicamente representadas ao centro, o que, por si só, configura motivo óbvio duma prática acentuadamente forte desta cultura milenar. Era uma prática corrente das suas gentes, quer fossem grandes proprietários, ou simples arrendatários, em grandes propriedades, ou pequenas courelas, o cultivo anual do linho e a sua consequente transformação.

Com a evolução dos tempos e o abandono progressivo e sistemático das práticas agrícolas, também esta cultura sofreu um revés ao ponto de hoje já quase ninguém o fazer, restando apenas um ou dois focos resistentes que ainda mantêm viva esta tradição, mas que se revela

manifestamente insuficiente para a continuidade desta prática e a sua consequente propagação e conhecimento às gerações futuras. E é pena que assim seja, porque um Povo é tanto mais forte, quanto mais fortemente preservar as suas tradições e as suas origens ancestrais.

Desse trabalho ficam aqui umas breves notas dum processo longo, árduo e complicado em alguns momentos, mas belo e apaixonante. De referir que estas práticas se referem à Nossa zona geográfica porque, noutras zonas do país, o processo difere em pequenos pormenores, se bem que o resultado final seja o mesmo.

Sementeira: como o vocábulo indica, esta consiste no ato de semear a linhaça, - semente do linho - depois de a terra ser devidamente preparada para esse fim. O seu desenvolvimento e maturação duram aproximadamente três meses, há quem lhe chame até a cultura dos cem (100) dias, e deve ser semeado na lua velha, em fins de março ou princípios de abril.



Arranca: depois de maduro, fins de junho, é arrancado e levado em molhos para a eira onde lhe é retirada a baganha, - bola onde se alojam as sementes - num ripo de ferro colocado sobre a cabeçalha do carro de bois.

Demolho: de seguida é novamente atado em molhos e levado a mergulhar em água corrente, durante nove dias. Se não houver a possibilidade de água corrente este é colocado num tanque mas a água deve ser mudada dia sim, dia não, para que não fique apodrecida e apodreça

também a fibra.



Secagem: ao fim desse tempo, é novamente retirado e colocado a secar ao sol, bem estendido num local limpo de quaisquer detritos.

Moagem: depois de seco, é recolhido e levado para o engenho para ser ralado e a sua casca (arestas) ficar partida para ser separada da fibra. Há duas espécies de engenhos: um, movido a tracção animal e outro pela força motriz das águas. De referir que este artefacto não é de todo conhecido em grande parte do território Português, assim, onde isso acontece, o processo faz-se recorrendo-se ao esmagamento da planta através de cepos de madeira nas eiras ou então em cima dum tronco largo, colocado de pé.

Espadelagem: esta função consiste na retirada da casca que foi ralada pelo engenho, usando-se uma espadela, uma espécie de faca larga de madeira e um espadelouro



ou um cortiço. Aos resíduos de fibra de linho que saem nesta operação, que serão aproveitados depois, dá-se o nome de tomentos.

Assedar: esta operação faz-se passando a fibra do linho, agora limpo das cascas, no sedeiro. O sedeiro é um pequeno banco de madeira com uma espécie de escova virada para cima em pregos de aço, onde se passa o linho para lhe retirar o resto da fibra mais moída que ainda resta. A esta fibra chama-se estopa. Ao restante, já limpo de todas as impurezas, chama-se estriga.

Fiar. É o ato de fazer o fio através da roca e do fuso. A roca é uma cana aberta na ponta de cima em quatro segmentos com uma rodela de cortiça no seu interior, para formar uma espécie de barriga, onde se coloca o linho à sua volta, impedindo assim de, ao puxar para ser fiado, correr pela cana abaixo. O fuso é composto por uma parte em madeira e uma parte em metal estriado na ponta. A esta parte em metal chama-se mainça.

Ensarilhar: o sarilho é um objecto em madeira colocado na horizontal onde se vai enrolando o linho depois de fiado para ser feita a meada. Esta, depois de concluída terá de ser encadilhada ou encabrestada. Esta operação consiste na passagem dum fio ao longo da meada, envolvendo pequenos grupos de 10, 12, fios para que, quando se retirar a meada do sarilho e nas operações seguintes, estes não fiquem emaranhados.

Barrela: a barrela é feita da seguinte forma - embora esta não seja feita da mesma maneira em todas as localidades o resultado pretende-se que seja o mesmo - metem-se as meadas numa panela de ferro ou num pote com água a ferver e mistura-se cinza da mais fininha e algumas raspas de sabão. Com esta operação o linho vai ficar com uma brancura acentuada que atingirá o seu auge depois no coradoiro ao sol.

Dobar: a dobadoira é outro objecto em madeira, parecido com o sarilho na vertical onde se coloca a meada para agora ser desfeita e transformada em novelos.

Tecer: esta operação final consiste na transformação do fio de linho na trama da qual vai sair o tecido para ser utilizado nos mais diversos fins da vida do homem. Mas este relato não estaria completo se dele não retirássemos três grandes Lições de Vida que esta pequena e humilde sementinha nos transmite. Fica então aqui essa reflexão.

Sonho/Determinação/ Objectivo:

Esta pequena sementinha acalentava dentro de si

um sonho. Sonhava viver em Palácios, dormir com Príncipes e Princesas, comer à mesa com Reis e Rainhas, partilhar com a Nobreza todos os prazeres da vida e da sua existência, assim, partiu em busca do seu sonho, em busca do seu objectivo. Sabia que não seria fácil, sabia que o caminho seria longo e penoso, sabia das dificuldades que iria encontrar para atingir o seu tão almejado sonho, mas não temeu as dificuldades, não se escusou a trabalhos, não regateou sacrifícios, esses, só existem para serem enfrentados com coragem e determinação e superados com trabalho e esforço. Com esta determinação, começou a sua longa e atribulada viagem em direcção ao seu objectivo.

Humildade / Modéstia / Grandeza:

Sendo a flor destasementinha uma das flores mais belas e delicadas com que a Natureza nos pode presentear, ela, com modéstia e humildade, não quer evidenciar-se perante outras de menor beleza e, assim, apenas se encontra esplendorosamente aberta e exposta nas primeiras horas do dia. Quando o Sol começa a incidir mais fortemente sobre as suas pétalas, ela como que se encolhe para não ofuscar com a sua beleza todas as outras que a rodeiam, porque ela sabe que a sua Força, a sua Razão de ser, o seu SER maior, não está na sua beleza efémera, mas sim, no seu interior, na sua Fibra. É dentro de si que está todo o seu valor e a razão da sua existência.

Nobreza de Carácter:

Mesmo depois de atingidos os seus objectivos, viver em Palácios como era o seu sonho, dormir com Príncipes e Princesas como era seu desejo, esta sementinha não se deixou ofuscar pela vaidade e continuou a ser o mesmo ser humilde que outrora fora. Serve um Rei com dignidade, mas também é com dignidade que, em cima de dois tijolos numa Obra em construção, serve um Operário. E em cima dum carro de bois, serve um trabalhador de enxada com a mesma gentileza com que serve um Doutor. Cobre um Príncipe com honra e nobreza. Mas é também com honra e Nobreza que cobre um Mendigo ou um Sem-abrigo. O seu carácter não se deixa influenciar pela vaidade ou pelo orgulho de servir um Nobre em detrimento dum ser mais desfavorecido, a todos serve com gentileza, nobreza e igualdade.

Referências Bibliográficas:

Lusa on-line 18/6/2115

RECEPÇÃO A JORNALISTAS PORTUGUESES E GALEGOS DE VISITA AO CONCELHO DE PAREDES

Fernando Soares , Ator e Encenador

“O que une a Galiza ao Noroeste de Portugal não é apenas a semelhança das paisagens, do clima, da luz, da língua, dos costumes e das crenças religiosas. É uma sensibilidade peculiar, melancólica, que acaba por apagar as diferenças entre ambos no contrastado mosaico da Península Ibérica, e impor uma identidade tácita, alicerçada numa mesma matriz cultural. As gentes que hoje contemplam as águas do mesmo rio e que Teixeira de Pascoas considerava genuinamente saudosas e devotas da Virgem, descendem afinal, daquelas outras que, em finais do século XII, ainda estavam ligadas por laços familiares “que tornavam solidários os de cá e os de lá do rio Minho”, não obstante a divisão operada por uma vontade política que oito séculos de história vieram confirmar.” (Maria João Reynaud - extrato do prefácio do livro: «O son das águas lentas» de Xosé Lois Garcia).

E o criador de todas as coisas, havia determinado que ali haveria um rio e ali uma serra. Muitas serras. E assim foi. Ali estava o rio. Ali estavam as serras. Depois havia também determinado que em seu tempo certo, ali estaria o homem. E assim foi. De um lado e do outro do rio estavam os homens. O rio olhava os homens. Os homens olhavam para o rio. Num tempo, os homens de um e de outro lado ouviam-se e viam-se, mas tocar-se não podiam. Depois num outro tempo, os homens ouviam-se, viam-se e puderam tocar-se.

Assim estava certo. O rio os levava em seu colo de um, para o outro lado, e os homens entendiam-se assim em seu falar e em seu entendimento. E de seu entendimento, parecia pensar-se que namoravam em sua forma de dizer.

E num dia – era Abril o mês - as gentes, de um, e de outro lado do rio, naquele falar que só as gentes têm, juntaram suas vozes à música das águas e do vento e se ouviu uma voz que era única em seu dizer: Rosalía de Castro:

“Dizem que as plantas não falam, nem as fontes, nem os pássaros, nem as ondas com seus rumores, nem com seu brilho os astros. Dizem, mas não é certo; pois sempre quando eu passo, de mim murmuram e exclamam: aí vai a louca a sonhar com a eterna

Primavera da vida e dos campos, e bem cedo, cedinho, terá os cabelos brancos e vê a tremer, que a geada cobre o prado.

Tenho brancas na cabeça, há geada nos prados, mas eu continuo sonhando, pobre, sonâmbula, incurável, com a eterna Primavera da vida que se apaga, e a perene frescura dos campos e das almas, mesmo que uns estiolem, mesmo que as outras abrasem.

Astros e fontes e flores não murcheis nos meus sonhos, sem eles, como admirar-vos, ou como viver sem eles.?”

E num tempo preciso, Miguel Torga, que o era por devoção a Unamuno, Cervantes e ao Reino Maravilhoso, por de Trás-os-Montes respondeu:

“Se eu me esquecesse das tuas angústias e tu das minhas, seríamos ambos traidores a uma solidariedade de berço, umbilical e cósmica. Se amanhã não estivéssemos unidos, nos factos fundamentais que a posteridade há-de considerar, estes factos decorridos ficariam sem qualquer significação, porque onde está, ou tenha estado um homem, é preciso que esteja, ou tenha estado, toda a humanidade”.

E mais ele disse: *“a voz do poeta não pode ter dono”.*

Rosalía meditou, depois de ouvir e falou assim:

“Eu não quero cumprir as regras da arte! Meus pensamentos são vagabundos; (...), Nunca a esperança da glória dominou na minha alma, (...). Somente cantos de independência e liberdade sussurraram meus lábios, embora já estivesse sentindo, desde o berço, o ruído das correntes que deveriam me aprisionar para sempre, (...) Eu, no entanto, sou livre, livre como pássaros, como brisas; (...)”

E Rosalía de Castro, é este o seu nome, que se não esqueça, continuou seu falar:

“Uma vez tive um cravo cravado no coração, e não me recordo já se era aquele cravo de ouro, de ferro ou de amor. Só sei que um mal tão fundo, tanto me atormentou, que eu chorava dia e noite sem parar, como chorou Madalena na Paixão: «senhor que tudo podes - pedi uma vez a Deus - dai-me poder para arrancar de um golpe cravo de tal condição».

E deu-mo Deus, arranquei-o, mas que imaginara? Depois já não sentia mais tormentos, nem soube o que era a dor.

E Torga lhe dá resposta que o vento transportou:

“É num poema que em ultimo recurso se condensa a história de cada homem, e por alargamento, a história da humanidade.”

Depois, Xosé Luis Garcia, amigo nosso, português galego, que tudo ouvia em atenção, reverenciando Rosalía e Torga se fez ouvir assim:

“Estais partilhados da mesma sorte; são mesmo os atributos do fardo quem vos acompanha nesta vida.

Descalços, ides para a maresia no contacto essencial da manhã, para serdes mais íntegros um para o outro, na terra que desperta no vosso grito.

Toda a carne grita no fóssil estridente do que sois, e a terra continua móvel, como no poema de Whitman.

Olhais sempre à frente, e a alva bebe o sol que em vosso cabelo amanhece.”

Os ouvidos de Rosalía e Torga escutavam como os dos demais:

“Pararam as rodas; a espiral continua porque tu, mulher, és o centro onde tudo se submete ao repouso, e ninguém pode entrar na matéria do silêncio sem a tua vontade. (...)”

E se levantando, como quem parte sem sair dali disse ainda Garcia, amigo nosso português galego como dito:

“Tensa era a música do orvalho, quando os muros cresceram com harmonia sob os impulsos de Pero Galego,

que procurou a longínqua rota do Minho ou a elegia que estremece os nomes em toda a exaltação que tem a pedra,

nesta íntima brisa de Caminha. (...)”

E quando acabou seu falar, nova voz se ouviu: era Manuel Maria em sua voz de poeta filho da Galiza ancestral.

“Galicia docemente está ollando o mar:

ten bales e montañas e terras para labrar!

Ten portos, mariñeiros, cidades e labregos

cargados de traballos, cargados de tráfêgos!

Galicia, é unha nai velliña, soñadora:

na voz da gaita rise, na voz da gaita xora!

Galicia é o que vemos: a terra, o mar, o vento...

Pero hai outra Galicia que bai no sentimento!

Galicia somos nós: a xente e mai-la fala.

Se buscas a Galicia, en ti, tes que atopala!”

E continuou Manuel Maria de encanto marcado em suas palavras:

“Non sei o que me falta: se é a casa, a infancia tan lonxana, os devanceiros, ou aqueles ensoñares verdadeiros que o tempo co seu paso pisa e arrasa.

Unha frexa mortal, fire e traspasa os nosos matinares ventureros, deixando sombra, cinza, intres baleiros, unha ilusión que murcha e fracasa.

Cecais casa e lembranza, son o mesmo: a teima que me tem, e na que cismo sen poder acougar nesta porfía ...

O cego aquel, son eu, que me descrismo contra a roxa da propia teimosia, e que, ás roladas, vou cara o abismo”.

E nova voz se fez ouvir: era tempo de se falar enquanto o Minho calmo de águas espelhava um e outro lado da terra que é a mesma.

“Fiandeira namorada, que fías detralo lume cós ollos postos nas chamas roxiñas brancas i azules.

Fiandieriña que fías nas noites do longo inverno, as liñas máis delgadiñas que o fío do pensamento.

Cai a neve branca fora riba dos teitos, calada mentras ti fías e soñas, nunha cousiña lonxana...

Se o pasado é pasado i o presente é o urgente, por qué inda busca a xente aquil soño clausurado?

Vido visto ben Santiago i esa cuestión non resolta.

Fago camiño de volta, camiño de volta fago.

Camiño de volta fago volvo do cabo do Mundo.

Terra ... sólo en ti me fundo: é a certeza que trago”.

Assim falou Uxío Novoneyra . era tempo de se escutar

“Vivemos numa terra chamada Galiza, tão rica e apacível que nos quedamos a dormir e agora chamam-nos Espanha.

Uma fermosa língua nós falamos e outra nos empuseram e outra nos empuseram ...

Nas nossas carvalheiras eucaliptos plantaram e o monte arde, o monte arde ...

Demasiada cota leiteira: o nosso leite é ilegal e as bacas toleiam ... e as bacas toleiam ...

Como podemos pescar, asphaltam-nos o mar, chapapote no mar. Emigrarrrr ... emigrarrrr ... emigrarrrr, soa nas nossas cabeças. (...)

Sáímos a protestar; mandaram-nos calar, pero tanto berramos, que a Galiza despertamos (...)”

Mistura Teis na companhia de Xavier Zarco, eram as vozes que chegavam com recados de se ouvir.

“Ouço Galiza, o choro, o grito de quem nasce ... e nas asas traz uma ferida de morte.

Não esta, que o destino nos legou, a que é fim de nosso caminho de viandantes, mas a que nos oprime,

a que nos prende, nos amarra com suas negras garras.

É noite que cai sobre o mar de pão, sobre a semente do futuro.

Ouve, Galiza, não há breu que nos oculte, se no olhar o sonho habite e não há vento que resista, se na pedra que erguemos, esculpirmos a face da esperança.”

E Nelson Ferraz, nome novo, poeta novo, deste lado do rio, em sua vontade e pedindo permissão falou:

“Fomos Iberos pastores de verde, e tínhamos um milhão de deuses no olhar. Fomos celtas, lavradores de jóias e de terra, e tínhamos colmo e granito na vontade.

Fomos Lusitanos, pescadores de História e coragem, e tínhamos a lua, o sol e a família na alma.

Fomos Romanos, guerreiros do progresso e tínhamos aquedutos e pontes nas calçadas das mãos.

Fomos ideia. Gesto. Negócio. Prolongamento. Experiência. Molhámos a vida com ondas de água, longe.

Fomos carícia, guerra e paixão, defendemos a memória com espadas e letras.

(...)

Fomos muita gente de muitas lendas. Fomos o mapa, a trincheira, o tiro.

Fomos o discurso. O corte da fita. Fomos a grade de não pensar.

Fomos a febre de antes de agora; e agora, temos a força do depois.”

E nova voz se lhes junta; sabia-se, por seu modo de falar, que era voz de aqui, deste torrão “do Sousa”, que pisamos. Era Miguel Gomes em sua altura alta:

“Entre paredes, o que nos segura? O tempo em tudo perdura. Nas raízes de um abraço na natureza rendida a um românico ascendido. A paisagem envidraçada do tudo que nunca esteve perdido. (...)

Dominámos montes, vales, escarpas, o passado vislumbrado num momento. (...)

No ouro cravamos o trilho, minando o leito de um mundo.

O Sol inclina-se e debulha-se; há caminhos a percorrer de olhos cerrados, cumes, arquivoltas voltadas ao íntimo de um reduto. Aqui, cada um, é de si mesmo fruto.

O sorriso amassa-se numa regueifa, a romaria traz da fé a sua ceifa. (...)

Um harmónio escuta-se a cada dedilhar nas paredes do património, quem nos disse que o passado não seduz? (...)

A juventude prostra-se num salto, há um limbo escondido no alto. (...). As paredes que ensombrecem os passos romanos, as pontes onde ao silêncio se confessam os divinos profanos. (...)

Onde mil, ergueram muros, cá nascem puros, sem paredes.

Agora, o braço ascende, e a trémula claridade no gume de um formão adormece sob serrim, um beijo cândido e inocente, entre o não e o sim. Escreve-se bem a direito a linha de um destino, final da tarde anunciada pelo sino, dobrado na alvorada de um futuro chegado.

Entre paredes, habita-se a liberdade do que se sente; porque cá, há mais, muito mais, do que gente”.

Miguel Torga, que tudo ouvia como quem está, sem se ver, dirigiu-se a todos como se de um se tratasse.

“Recomeça se puderes sem angústia e sem pressa, e os passos que deres nesse caminho duro do futuro dá-os em liberdade. Enquanto não alcances, não descanses; de nenhum fruto queiras só metade, e nunca saciado vai colhendo ilusões sucessivas do pomar, sempre a sonhar e vendo acordado o logro da aventura. (...). Só é tua a loucura, onde com lucidez te reconheças.”

E no tempo certo, que o era de todos, todos cantaram com Paulo Bragança:

“Das terras de Rosalia às terras de Torga, percorre o ar a cantiga que todo o povo recorda: das Beiras a Trás-os-Montes, dos rios Mondego e Minho, o perfume da Galiza, de giesta e flor de pinho. Mil anos do mesmo sangue, num passado sem fronteiras (...) gaita de foles Galega, Adufeiras da Idanha. (...) Sou galego sou galego, sou galego até ao Mondego, mouro escuro tarrenego, da Galiza até ao Mondego. Guitarra de Coimbra, gaita de foles galega, são os sons da nossa alma aos quais o norte se apegou. Caminhos de S. Tiago, trilhos verdes, veredas, clareiras, cantamos ao desafio ao fim da tarde nas eiras.

Sou galego sou galego, sou galego até ao Mondego, mouro escuro tarrenego, da Galiza até ao Mondego.”

Foi assim foi que aconteceu. Ainda hoje, pelas margens do Minho se ouvem, a horas certas, murmúrios de vozes cantando dizendo destas palavras e outras ainda, que dizem, sendo, a mesma vontade. Assim foi e é, porque assim os poetas o disseram e dizem. E assim está certo.

Referências Bibliográficas:

Os textos/poemas em itálico são dos autores/poetas mencionados. Miguel Gomes, Nelson Ferraz e Xosé Lois Garcia.

A “NOSSA” CASA TEM UMA NOVA DINÂMICA. . . VISITE-NOS!!

CASA DA CULTURA DE PAREDES

Fernando Salvador, Técnico Superior de Ciências Históricas

Dando continuidade à estratégia da implementação de novos projetos e dinâmicas culturais no concelho, o principal equipamento cultural municipal, a Casa da Cultura de Paredes, como não poderia deixar de ser, também foi sujeito a uma reflexão, abrindo as suas portas à valorização da cultura local, promovendo o acesso dos diferentes registos de arte à população em geral.

A pensar na regularidade da programação de eventos diversos, desde o público infantil ao público sénior, foram idealizados novos projetos, numa programação que vai de encontro às solicitações dos munícipes, democratizando o acesso da cultura a todos, contribuindo para a inclusão social e formação de públicos.

Como temos a noção de que os hábitos de consumo de atividades culturais devem ser desde a primeira idade, vão ser disponibilizados programas para bebés, para que as crianças tenham a possibilidade de ter contacto com diferentes estímulos sensoriais.

As atividades vocacionadas para as famílias, também, não foram esquecidas, com o programa “Da Casa para as Famílias”, promovendo o convívio entre pais e filhos, num ambiente apelativo ao consumo de diversos registos do mundo das artes performativas.

“Os Concertos na Casa” estarão à disposição no auditório, com diferentes sonoridades, desde a música clássica, popular e comercial. A oferta de atividades culturais, neste espaço, não se esgota nos concertos, uma vez que está previsto serem programados espetáculos de dança, teatro, conferências, colóquios e promoção de oficinas artísticas.

As salas expositivas ganharam uma nova “vida”, onde a luz dos jardins exteriores da Casa da Cultura convidam a ver as diversas exposições mensais, desde a pintura, escultura, desenho, fotografia, instalações, entre outras



expressões artísticas.

E, como a “Nossa” casa, também se pretende que seja um espaço vocacionado para momentos de descontração e relaxamento, o bar irá ser remodelado, para proporcionar um ambiente acolhedor e menos impessoal, onde poderá desfrutar de um café, da leitura de um livro ou duma conversa entre amigos.

A criação dos “Amigos da Cultura” será uma realidade, onde a comunidade paredense será convidada, em concertação com os serviços do Pelouro da Cultura, a partilhar e concretizar atividades de manifesto interesse cultural/recreativo ou social, de forma não esporádica, que serão inseridas na programação cultural do Município de Paredes.

Aprofundar a descentralização da oferta cultural, estimulando a intervenção artística e a criatividade junto de diferentes grupos etários, incrementando a oferta de atividades de educação e formação, através da arte, são os desafios propostos para aquela que é a Sua, a Nossa, a casa de Todos nós.

UM ESPAÇO DE E PARA TODOS NÓS
VENHA CONHECER!

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE PAREDES

Hernâni Gomes, Técnico Superior de Assessoria e Tradução



A Biblioteca Municipal de Paredes, à semelhança das demais bibliotecas, tem como missão a guarda de livros, a sua conservação e organização através de regras.

Localizada num edifício que teve diversas utilidades ao longo dos tempos. Há quem se lembre dela quando era uma antiga escola, sendo ainda hoje alvo da visita de alguns paredenses que, por exemplo, aqui fizeram o seu exame de admissão. Ou por aqueles que se lembram de a ter visitado quando teve a função de museu.

Hoje é um espaço diferente, com o tempo tudo muda; menos a vontade de tornar este espaço cada vez mais acolhedor para quem o utiliza e de o fomentar como uma fonte de acesso local ao conhecimento.

Desta forma, tem como objetivo estimular hábitos de leitura em todas as classes etárias; ser uma mais-valia para a evolução educativa, formação e criatividade dos seus utilizadores; promover o conhecimento referente

à herança cultural; por forma a desenvolver cidadãos mais informados e íntegros para a nossa sociedade.

Atualmente dispõe nas suas instalações de duas salas de leitura, uma sala de periódicos, um depósito de documentação e um auditório, tendo como público-alvo qualquer cidadão independentemente da sua idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Este é um espaço de troca de ideias, de tomada de opinião e de abertura de horizontes

para, citando Fernando Pessoa, sermos “plural como o universo”.

Um dos projetos mais emergentes nos passos a dar para alcançar estes objetivos é a disponibilização de um catálogo em rede das obras que são pertença da biblioteca, abrindo-se aos utilizadores a possibilidade de pesquisar conteúdos e facilitar o seu acesso à informação. De momento, o foco incide nas obras referentes a literatura (portuguesa e estrangeira).

Pese o facto de a biblioteca ter livros e documentação de diferentes áreas de forma a cobrir os mais variados interesses dos seus utilizadores, pretende-se também efetuar uma atualização e renovação desses conteúdos para ir de encontro ao seu público-alvo.

Além destas metas, também há atividades e eventos a decorrer que dinamizam a biblioteca como, por exemplo, a hora do conto para as crianças, o café literário que ocorre mensalmente e onde um autor apresenta um livro da sua autoria e ações de formação no auditório.

UMA NOVA IDENTIDADE
ARQUIVO MUNICIPAL DE PAREDES COM NOVAS VALÊNCIAS
HISTÓRIA ACESSÍVEL A TODOS

ARQUIVO MUNICIPAL DE PAREDES

Rui Carvalho, Técnico Superior de Comunicação

A Câmara Municipal de Paredes iniciou a revitalização do Arquivo Municipal. Pretende-se que o Arquivo ultrapasse a tradicional função de salvaguarda do património histórico assumindo cada vez mais o seu contributo para a introdução de uma nova dinâmica ao nível da modernização administrativa e da interação/comunicação entre o município e o munícipe, desta forma, vai contribuir para a prestação de serviços de qualidade ao cidadão e para garantir a preservação e o acesso continuado à informação, através da implementação de uma conjunto de boas práticas e de estratégias apropriadas que visam a perenidade dos suportes em que a informação se encontra registada (analógico e digital).

O Arquivo Municipal é responsável pela coordenação de todas as ações e tarefas adstritas ao Setor de Arquivo da Repartição Administrativa e Desenvolvimento Municipal, bem como, no plano cultural, pela defesa e salvaguarda dos arquivos, coleções e mais documentos com valor histórico e patrimonial e de outros organismos, pessoas ou serviços existentes no concelho.

É igualmente responsável por assegurar a transferência de documentos produzidos pelos diversos serviços do Município, bem como recolher arquivos e conjuntos documentais pertencentes a outras entidades com interesse histórico, patrimonial, arquivístico e/ou informativo e proceder ao tratamento arquivístico dos documentos de forma a torná-los acessíveis aos utilizadores através do front office, localizado na Biblioteca Municipal.

A renovação que se pretende implementar no Arquivo Municipal de Paredes passa por assumir cada vez mais o seu contributo para a introdução de uma nova dinâmica ao nível da modernização administrativa e da interação/comunicação entre a Câmara Municipal e o munícipe e,

desta forma, contribuir para a prestação de serviços de qualidade ao cidadão.

É objetivo do Arquivo Municipal a gestão da memória do passado e do presente, mantendo-a acessível para o futuro, salvaguardando o património histórico de Paredes.

DIVULGADAS FOTOS COM MAIS DE 100 ANOS

Recentemente, o Arquivo Municipal de Paredes divulgou o seu mais antigo álbum fotográfico, datado de 1894. A publicação das fotos serve para assinalar um pouco da história do concelho de Paredes. São mais de 60 fotografias que perpetuam vários momentos do Concelho de Paredes e de concelhos vizinhos, assim como assinalam datas históricas, como as comemorações na Cidade do Porto do Centenário do Infante D. Henrique, entre outros.

A gestão da memória do passado e do presente, mantendo-a acessível para o futuro, salvaguardando o património histórico de Paredes é um dos principais objetivos do Arquivo Municipal de Paredes.

DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS EM PDF

Para além de um depósito fotográfico e audiovisual histórico, começam a ser publicitadas algumas das obras do acervo da Câmara Municipal em formato digital. No acervo documental digital podemos encontrar documentação produzida e/ou recebida pela Câmara Municipal no exercício da sua actividade, do início do séc. XIX até à actualidade, documentação da Administração do Concelho.

Num futuro próximo é intenção do Arquivo Municipal disponibilizar online as actas, os testamentos, os registos, as escrituras entre outros documentos.



Foto: Antigas Bombas de Gasolina na Avenida da República

“CAMINHAR PELO PATRIMÓNIO”

Adelino Sousa, Docente aposentado
Ângelo César Neto, Docente do Ensino Básico



“Aquele que caminha é mais saudável, vive mais tempo, tem melhor memória, maior criatividade, tensão arterial mais baixa, menos padecimentos físicos - é, sobretudo, mais feliz. Além de que desgasta menos o planeta Terra.” (KAGGE, E., 2018)

O caminho faz-se caminhando. O projeto “Caminhar pelo Património”, promovido pelo município de Paredes, resulta de uma iniciativa de cidadãos proativos em parceria com diferentes instituições locais, desde Juntas de Freguesia, escolas e associações, inspirado no repto do Ano Europeu do Património Cultural 2018. Dessa iniciativa, bebeu-se a vontade do diálogo intercultural e diversidade cultural locais, assim como as possibilidades de através do pedestrianismo de ocupação do tempo de lazer, contribuir de forma integrada para o desenvolvimento social e económico ou mesmo da coesão social. Por outro lado, relembramos Varine (2012, 20-21) que nos definiu “o património (natural e cultural, vivo ou consagrado) como um recurso local que não tem outra

razão de ser para além da sua integração nas dinâmicas de desenvolvimento”.

Assim, desde o seu início que este projeto tem como principal objetivo tornar visível para todos os valores patrimoniais da região, nem sempre bem conhecidos ou valorizados. Outro dos objetivos presente desde o seu início foi tentar apelar aos sentimentos, acreditando-se que será possível (re)criar afetivamente um conjunto de percursos que poderão ter feito parte do nosso dia a dia, mas com ênfase no seu interesse transversal a diferentes sensibilidades e gostos, onde o passado encontrará um futuro!

Por outro lado, percecionou-se a urgência de se criar Pequenas Rotas de grande valor desportivo, com impacto no âmbito da atividade promotora de bem-estar e saúde. Mais tarde, pensou-se pertinentemente incluir trilhos de orientação pedagógica e escolares, em torno de conceitos como trilhos da ciência ou

do ambiente como, por exemplo as ideias dos dois primeiros grupos de trabalho, do Agrupamento de Escolas de Vilela e do Agrupamento de Escolas de Cristelo.

Com este projeto, urge incorporar nesta nossa



comunidade uma noção de património dinâmica e progressista, pois “[...] não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma selecção consciente, um grupo significativo de pessoas deseja legar ao futuro” (PERALTA 2000, 218). Ao envolvermos a comunidade, gostaríamos de assistir e testemunhar “[...]” ao alargamento da noção de património, para conferir universalidade não só aos bens culturais únicos e insubstituíveis, de grande valor monumental, mas também a objectos considerados pela sua singularidade, pelo seu conjunto ou pela sua possibilidade de extinção (REIS 1999)”.

Foi desde logo que se criou uma equipa de base multidisciplinar aberta, com vários representantes oportuna e mobilizados a participar, promovendo-se momentos para “[...] o despertar da sociedade em geral, sua integração e participação ativa nos assuntos relacionados com o património cultural e natural e a memória social, estimulando o desenvolvimento do senso crítico e de juízo de valor da própria sociedade em relação a estas questões” (FIO 2016, 1).

No que respeita às Grandes Rotas pensadas, começou-

-se pela Rota dos Brasileiros de *Torna-viagem*, pois o legado desta comunidade é valiosíssimo e ainda terá muito a dar a conhecer, tanto em termos de arquitetura como noutras áreas. Ao selecionarmos algumas áreas de intervenção e divulgação, tal como refere Magalhães (2009, 71) “não há como pensarmos em preservação efetiva sem antes intensificar uma consciência crítica que leve ao conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural, estimulando a reflexão acerca da identidade cultural e do seu reconhecimento. A educação patrimonial deve proporcionar o conhecimento crítico e levando em consideração a diversidade sociocultural e as possibilidades de apropriação consciente, compreensão e preservação do património”.

Já as futuras Pequenas Rotas, do género de trilhos circulares nas diferentes freguesias, foram lançadas com o Trilho experimental de Louredo da Serra, uma das freguesias de Paredes.

Relativamente ao envolvimento dos agrupamentos de escolas, potenciando os seus projetos idealizados no interior das dinâmicas educativas, está-se a tentar “[...] neste tipo de processo educacional, tal como referem Horta *et al.* (1999, 6), que o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu património são factores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como



no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”. Este tipo de parcerias catalisam dinâmicas dos próprios professores e alunos, assim como de vários projetos sediados no interior do processo educacional



(Ecoescolas, Erasmus+, Clubes, etc...), envolvendo um conjunto de agentes criativos e inovadores, não raras vezes clarividentes do que é necessário agregar em torno do seu processo formativo, recorrendo-se a uma educação patrimonial sustentável.

A educação patrimonial “é um processo permanente e sistemático de trabalho educativo centrado sobre o património cultural como fonte primária de conhecimento e de enriquecimento individual e colectivo”. Horta et al continua afirmando que “A partir da experiência e do contacto direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de educação patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança



cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural” (HORTA et al. 1999, 6)”.
Gradualmente, à medida que se vai calcorreando o terreno, a necessidade de certificação e homologação emerge a médio prazo, havendo necessidade de organizar

todo o trabalho esboçado num recurso concelhio de excelência a longo prazo, uma aposta na projeção das singularidades, das potencialidades de Paredes a curto prazo, assim como a sua interface com concelhos vizinhos nacionais e não só, podendo estender extra fronteiras, alinhando numa perspetiva de gestão integrada dos valores patrimoniais e “...sempre com um pé a seguir ao outro, porque o mais importante não é a partida nem a chegada. O que interessa é o caminho.” (JUDAS 2017).

Bibliografia:

ECOESCOLAS, Eco-trilhos, consultado em <https://ecoescolas.abae.pt/projetos-2018-2019/2018-19-projetos-trilhos/>, 15 de dezembro de 2018.

FCMPortugal, Manutenção e qualidade de percursos pedestres homologados – folheto, consultado em <http://www.fcmportugal.com/Percursos.aspx>, em 16 de dezembro de 2018.

FCMPortugal, Eco-vigilância – folheto, consultado em <http://www.fcmportugal.com/Percursos.aspx>, em 16 de dezembro de 2018.

FERREIRA, F. (2015) - *Manual de boas práticas ambientais PNED. Ética ambiental*. Lisboa, Instituto Luso-Ilírio para o Desenvolvimento Humano - ILIDH/IPDJ, acedido no sítio PNED a 17 de dezembro de 2018

FERREIRA, N. (2015) - *Portugal de perto* Porto: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

FIO, H.M. A. (2016) - *Educação patrimonial: o património cultural e a escola no município do Lubango* Lisboa, FCSH/UNL.

GOMES, H. e ROCHA, M. (2018) - *ECOVIA - Estudo do charco, in Autonomia, flexibilidade e gestão curricular: relatos e práticas* (Coord. Rui Trindade) Lisboa: Leya Educação, pp. 83-95.

GUIA - *Rota do Românico* (S/D) Lousada: Rota do Românico

HORTA, M. de L. P. et al. (1999) - *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial.

JUDAS, M. (2017) - *200 melhores percursos de trekking de Portugal* Lisboa, Porto Salvo: Edições Saída de Emergência.

KAGGE, Erling (2018) - *A arte de caminhar* Lisboa: Quetzal Editores.

LOURENÇO, A. Et al (2008) - *Guia de Percursos naturais das Terras do Sousa*. Felgueiras: Ader-Sousa.

MAGALHÃES, L. H. et al. (2009) - *Educação Patrimonial: Da Teoria à Prática* Londrina. Ed. UniFil.

PERALTA, E. (2000) - Património e Identidade: Os Desafios do Turismo Cultural In *Antropológicas*. nº 4, pp.217-224.

REIS, P. et al (2015) - *Ciclovias, ecopistas e ecovias: Norte de Portugal* Viana do Castelo: Turismo do Porto e Norte de Portugal.

RODRIGUES, D. (S/D) - Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica, Univ. Beira Interior/ Center of Research in *Anthropology* - Lisboa, consultado on-line a 18 de dezembro de 2018 e disponível em <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizetepatrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>.

SERRÃO, L. (Trad. 1997) - *Trekking - Canyonning - B. Jumping*. Lisboa: Ed. Temas & Debates.

VARINE, H. (2012) - *As Raízes do Futuro - O Património ao Serviço do Desenvolvimento Local*. Brasil, Porto Alegre: Medianiz.

VIEIRA, J.L. (2010) - *O guia prático da caminhada* Lisboa: Ed. Fonte da Palavra.

TRILHO DE LOUREDO DA SERRA

Rota dos Brasileiros de *Torna-viagem*

Faça-se ao caminho. Caminhe pelo Património, de Paredes.

Fique a conhecer Louredo da Serra, que foi honra, couto, *beetria* e vila.



Retroceda mais de 100 anos e veja/ouça a Castrália (casa de um brasileiro de *torna-viagem*).

Veja os animais da Quinta de Miragaia e os azulejos da Casa da Venda, a antiga Estância de Saúde de Louredo.

Aprecie o Parque de Lazer do Rio Asmes, afluente do Rio Sousa e a Serra de Santiago.

Deixe-se guiar pelo seu santo e visite o interior da Igreja de S. Cristóvão e o da Capela de Santiago.



Passe pela Cozinha da Terra e pelo Solar da Brita.

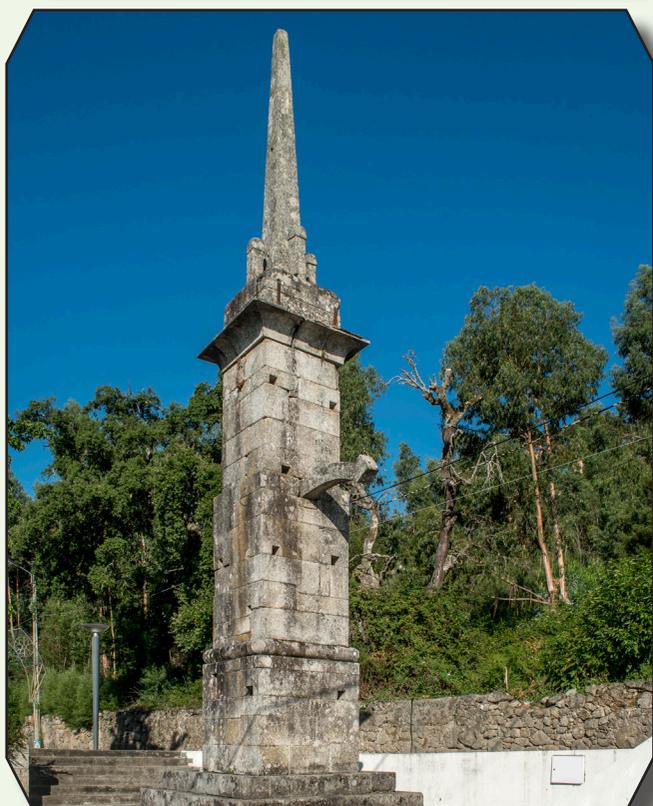
Descubra onde ficava o antigo Tribunal e a antiga Câmara e onde fica a Forca e o Pelourinho.

Entre na Quinta de Cima para ver os seus fontanários e recorde a história de amor de Pedro e Inês, entrando na Quinta de Baixo.

Recorde a “Feira do Pelourinho”.

Participe na caminhada (gratuita).

Convide familiares e amigos.



Mais informações:

arqueologia@cm-paredes.pt | 255788973/4

Junta de Freguesia de Louredo



OS BRASILEIROS DE *TORNA-VIAGEM* E AS ESCOLAS NO NORTE DE PORTUGAL

Alda Neto , Docente e Investigadora do CEPSE

“Mas o emigrante do Brasil, homem de ação e menos de palavras, passou aos atos e contribuiu generosamente para a implementação de escolas e/ou sua sustentação.”

A educação e a sua evolução nos séculos XIX e XX

“A educação é um instrumento nas mãos da classe dominante que determina o seu caráter adequadamente aos interesses de classe, assim como o âmbito que o ensino abrange para a sua própria classe e para as classes oprimidas.”

B. Suchodolski

A escola, de acordo com Aquilino Ribeiro, «era uma enorme e velha casa, tomada de aluguer ao sr. Procurador, um homem rico e de chapéu branco, que tinha residência ao pé».

De acordo com Elise Freinet, ao longo dos tempos, nomeadamente nos séculos XIX e inícios do século XX, o conceito de escola foi-se alterando. «A escola é como a igreja. Vamos lá para proceder a práticas rituais que não têm nada a ver com a vida exterior. Como a igreja atual, a escola não é mais que um acidente na vida do homem.

A criança vai à igreja até à sua primeira comunhão, à escola até ao certificado de estudos, depois a vida começa.» Como se verifica, a cultura não vivia paredes meias como povoado, destacava-se, afastava-se... tinha o seu tempo próprio.

Normalmente construído numa arquitetura bem diferenciada da maioria dos edifícios locais, situando-se em locais sobranceiros, afastados do tecido urbano existente, o edifício escolar deste período é o símbolo revelador de um modo de conceções pedagógicas, que descobre nos seus métodos as suas finalidades!

De acordo com a reforma do ensino apresentada em 15 de novembro de 1836, pelo ministro Passos Manuel, «o monopólio exercido pela grande burguesia sobre o novo Estado liberal atirou para a vala comum do descontentamento público as restantes camadas burguesas empenhadas na expansão económica dos setores produtivos a que estavam ligados.»

Estes interesses estavam patentes no fomento da indústria, na criação de um mercado nacional através do

desenvolvimento das vias de comunicação e transporte. Esta reforma abrangeu quer o ensino primário quer o ensino secundário. Nesta época, considerava-se que o ensino deveria ser generalizado para as grandes massas de cidadãos, que não aspiravam aos estudos superiores, e «ministrar os elementos científicos e técnicos indispensáveis aos usos da vida no estado atual das sociedades».

O caso do Conde de Ferreira

Ao longo da segunda metade do século XIX e durante o período da 1ª República (1910-1926), a instrução viveu da caridade e do filantropismo burguês.

Um dos casos mais paradigmáticos é o do Conde de Ferreira, um importante emigrante *torna-viagem* português. Este brasileiro de *torna-viagem*, Joaquim Ferreira dos Santos, natural da freguesia de Campanhã, cidade do Porto, nasceu a 04 de outubro de 1782, numa família de lavradores. Começou por ser caixeiro no Porto, seguidamente embarcou jovem para o Rio de Janeiro (cerca de 1800), com uma carta de recomendação, um elemento que lhe garantia a possibilidade de um posto no comércio na cidade carioca.

Durante a sua permanência no Brasil, estabeleceu um grande contacto com a elite comercial brasileira relacionada com a atividade alimentar, criando-se, assim, ligações entre a cidade do Porto e as cidades brasileiras.

Em 1832 partiu para Portugal, após ter enviado remessas para Londres.

Em 1833, fixou residência na cidade do Porto, tendo, a partir desta cidade reativado o seu comércio no Brasil. Dispondo de capital, experimentou novas propostas de negócios como a aquisição de ações da Companhia das Lezírias e a co-fundação do Banco Comercial do Porto. A 24 de março de 1866, com 84 anos de idade, faleceu na freguesia do Bonfim, iniciando-se assim uma nova etapa de ascensão social, isto é a sua consagração como benemérito nacional. Em vida, o Conde de Ferreira auxiliou confrarias, hospitais e asilos, ou subscrevia ofertas com conotação política, como a do monumento

de Pampelido ao desembarque liberal ou da estátua de D. Pedro.

Mas o testamento que deixou, influenciado pelo seu amigo, Domingos de Almeida Ribeiro, surpreendeu o país, transformando-o num importante protetor da instrução popular, através da criação de escolas. Nesse sentido, o Conde de Ferreira deixa um legado de 144 000\$00 reis para se construírem 120 edifícios para escolas primárias, entre elas a localizada em Paredes, a serem construídas nas localidades cabeças de concelho, dando origem a um tipo arquitetónico específico, em que a casa anexa para o professor estava incluída, numa previsão das dificuldades de alojamento dos agentes de ensino deslocados.

Como refere no seu testamento:

“Convencido de que a instrução pública é um elemento essencial para o bem da sociedade, quero que meus testamenteiros mandem construir e mobilar cento e vinte casas para escolas primárias de ambos os sexos nas terras que forem cabeças de concelho (...)”.

Assim a Carta de lei, de 27 de junho de 1866, vem a declarar «de utilidade pública a expropriação de casas ou terrenos necessários para a construção de edifícios e para os acessórios destes, destinados para a fundação de escolas públicas de ensino primário». O governo criou legislação que permitia às Juntas de Paróquia expropriarem terrenos baldios para a construção das



Figura 1 - Escola do Conde de Ferreira em Paredes (fotografia da autora)

referidas escolas ou venderem esses mesmos terrenos para aplicarem o produto na construção e reparação dos edifícios escolares. Para além das escolas, deixou legados a numerosos asilos, hospitais, confrarias e misericórdias, em especial as do Porto e Rio de Janeiro. Mandou, ainda, construir e dotar o Hospital dos Alienados a que foi dado o seu nome, instituição modelar que constituiu uma verdadeira escola de psiquiatria.

As escolas dos brasileiros no Vale do Sousa (Norte de Portugal)

No entanto, outros «brasileiros de torna-viagem»

destacaram-se no desenvolvimento de condições para a educação nas suas terras de origem. Estes homens levaram a cabo uma intensa atividade pedagógica, quer através da imprensa, quer mesmo junto do poder político, na defesa da alfabetização, assim como na criação de condições para uma emigração qualificada, que poderia trazer inúmeras vantagens ao país.

As escolas dos brasileiros foram construídas maioritariamente na região nortenha de Portugal e, sobretudo nas áreas onde o retorno foi um retorno de sucesso. Os edifícios escolares existentes são testemunho dessas iniciativas, pois contemplaram diferentes áreas de ensino, desde as primeiras letras até ao ensino profissional (agrícola e industrial), como foi o caso da Escola Asilo Agrícola do Conde de São Bento, em São Tirso, ou o Asilo da Gandarinha, criado em Aveiro, com o objetivo



Figura 2 - Escola do Verdeal, Cete, erigida por Vitorino Leão Ramos

de promover a instrução entre os mais necessitados. É de salientar que esta atitude filantrópica não era tão desinteressada quanto aparentava, na medida em que muitos dos emigrantes doavam edifícios ou auxiliavam na criação de cursos de alfabetização, com o objetivo de obtenção de uma comenda ou mesmo de um título nobiliárquico.

Apesar de termos destacado o caso do Conde de Ferreira, outros brasileiros fizeram doações mais modestas, mas importantes, na medida em que contribuíram para a criação de um parque escolar e para o desenvolvimento da instrução.

As escolas construídas pelos brasileiros não apresentam um modelo tipo, apesar de se destacarem algumas características, como o facto de apresentarem o busto do seu fundador ou uma lápide na fachada principal. Uma outra característica está relacionada com o aspeto apalaçado ou de alguma imponência demonstrado por algumas escolas, na medida em que por vezes, uma casa de habitação era transformada em escola. As escolas apresentam, na sua maioria, um frontão com uma estrela de cinco pontas, elemento demonstrativo da filiação maçónica do seu patrono. Durante as décadas de 1930 e 1940, as escolas apresentavam um aspeto mais austero,

sobressaindo, por vezes, um ornamento em cerâmica. É de notar que as escolas melhor equipadas quer em material didático quer em mobília, eram aquelas que tinham sido doadas pelos brasileiros. Quando as escolas eram construídas durante a vida dos brasileiros, estas eram equipadas com material que evocava o Brasil, como era o caso dos grandes painéis de botânica e de zoologia do Brasil. Por vezes, instituíam donativos anuais para a compra de livros e material escolar ou mesmo bolsas para os melhores alunos de cada ano. No concelho de Paredes, destacaram-se alguns brasileiros como Adriano Moreira



Figura 3 - Escola de Casconha, Sobreira, mandada construir por José da Cunha Braz

de Castro, Zeferino Lourenço Martins, Victorino Leão Ramos, José Ferreira de Castro Araújo e José da Cunha Braz.

Adriano Moreira de Castro e a Escola de Louredo

Adriano Moreira de Castro nasceu em 1858, no lugar de Sobradelo, na freguesia de Louredo, concelho de Paredes. Emigrou bastante jovem para o Brasil, com 14 anos de idade, em 1872. Desembarcou na cidade de Belém do Pará, tornando-se um importante comerciante nesta cidade. No início do século XX [1901] regressou a Portugal, vindo instalar-se na sua terra natal. Em 1912, foi eleito Presidente da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Paredes, vindo a pedir a exoneração do cargo nesse mesmo ano. Este brasileiro traduziu o seu regresso no constante auxílio aos mais necessitados, com constantes doações à Santa Casa da Misericórdia de Paredes (construção do Hospital) e aos mais desfavorecidos da sua aldeia.

Adriano Moreira de Castro foi um constante impulsionador da imprensa regional, destacando-se como colaborador, mas também como principal financiador. Este brasileiro destacou-se entre a comunidade local e a nível nacional pela demonstração dos seus ideais políticos e pelos vários textos que redigiu, quer para o jornal *A Behetria* de Louredo, quer para o *Almanaque Luso-Brasileiro*, editado

por Parceria A. M. Pereira.

Relativamente ao jornal *A Behetria* de Louredo, publicado entre os anos de 1921 e 1922, Adriano Moreira de Castro foi um dos principais financiadores. Os textos redigidos constituem apologias ao Estado do Pará e ao rio Amazonas e, também, verdadeiros enigmas alusivos quer à sua terra natal quer à sua terra de eleição.

A sua filantropia estendia-se às festas populares, quer no concelho de Paredes, quer no concelho vizinho de Penafiel. Veja-se o exemplo da Festa em honra de São Sebastião (Louredo – Paredes) ou a Festa de Nossa Senhora da Saúde (Bustelo – Penafiel) cujas despesas foram suportadas integralmente por este emigrante. Do ponto de vista ideológico, Adriano Moreira de Castro era um fervoroso defensor dos ideais republicanos, tendo inclusive patrocinado a realização de vários comícios no concelho de Paredes, nomeadamente, na sua vivenda Castrália. Os ideais republicanos eram uma constante, como podemos constatar pela inscrição (já desaparecida) colocada na frontaria da escola de Louredo: *Depois do pão, a educação a primeira necessidade do povo.*

A 29 de abril de 1911, foi organizado um importante comício republicano em Louredo da Serra, como podemos constatar pela notícia publicada no periódico penafidense *O Comércio de Penafiel*:

“Em Louredo da serra, concelho de Paredes, efectuou-se no domingo um comício de propaganda eleitoral. O comício realizou-se n’uma propriedade do nosso amigo sr. Adriano Moreira de Castro, digno vice-presidente da Câmara, sendo grande a concorrência de cidadãos. O local estava



Figura 4 - Escola n.º1 de Louredo, Paredes (fotografia da autora)

embandeirado e uma banda de música tocava alternadamente a «Portuguesa» e a «Maria da Fonte». (...) O snr. Cerdeira propôz que fosse enviado ao sr. Dr. Affonso Costa um telegramma de saudação, o que foi aprovado por aclamação. Findo o comício foi oferecido pelo snr. Adriano Moreira de Castro um banquete aos oradores, trocando-se entusiasticos brindes.”

Para além do seu profundo envolvimento na atividade beneficente do concelho ou na apologia dos ideais republicanos, Adriano Moreira de Castro procurou criar os meios para que as crianças da sua aldeia natal pudessem frequentar as escolas. Para além das condições monetárias criadas, doou à sua freguesia natal uma escola para a aprendizagem das primeiras letras por ambos os sexos.

Em 1912, a Câmara Municipal de Paredes recebeu a doação de cerca de 3 000 m² do passal da freguesia de Louredo, para a construção de uma escola. No entanto, a Câmara não possuía meios económicos que lhe permitissem levar a cabo este projeto.

A 26 de setembro foi publicado no Diário do Governo a cedência do terreno na freguesia de Louredo para a construção de uma escola, conforme referido: *“(...) 2694 metros quadrados de terreno do passal da freguesia de Louredo, (...) pela quantia de 5 escudos, 338 milésimas, para ahi se construir um edifício destinado à escola pública de ensino oficial, não podendo dar-se-lhe outro destino, (...)”.*

Dois meses depois, a 28 de novembro de 1912, Adriano Moreira de Castro, enquanto presidente da Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Paredes, pagou o valor do terreno existente na freguesia, uma vez que era sua intenção construir uma escola para rapazes e raparigas. Após lhe ter sido concedida a respetiva autorização, as obras foram iniciadas de imediato.

O conjunto projetado englobava a escola e as habitações para os professores, como se pode verificar na planta anexa à ficha técnica existente no arquivo particular da Castrália. A planta e o alçado da escola apresentam o conjunto a edificar e as respetivas divisões para ambos os sexos. De acordo com a planta, o primeiro piso seria ocupado por um armazém. No segundo e terceiro pisos, localizar-se-iam as salas de aulas e as habitações dos professores. Este projeto englobava duas salas de aulas: uma para o sexo

masculino e outra para o sexo feminino, bem como um átrio e espaços de higiene. Ambas as salas situavam-se no segundo piso. As habitações para os professores eram compostas por quartos, sala de jantar, cozinha e espaços de higiene. As fachadas principal e posterior seriam iluminadas por janelas de duas folhas, encimadas por um lintel em granito. A fachada principal seria coroada com um frontão rodeado de motivos naturalistas (folhagens e ramos de árvores) e no friso estaria escrita a seguinte frase: *Depois do Pão, a Educação a primeira necessidade do povo.*

De imediato, iniciou o processo de pedido de autorização para construir a escola, que deveria estar pronta no prazo de cinco anos. A Comissão Administrativa do Concelho de Paredes concedeu-lhe as autorizações necessárias e o brasileiro comprometeu-se a comportar todos os custos necessários à construção do edifício. Nos anos seguintes, preocupou-se em adquirir o material escolar necessário, desde as carteiras às cadeiras, e mesmo material pedagógico. As carteiras escolares, assim como os mapas, as lousas, os tinteiros e demais material didático foram encomendados pelo brasileiro na Oficina de Material Escolar de Albino de Mattos, localizada na freguesia de Freamunde, concelho de Paços de Ferreira.

De acordo com documentação recolhida, Adriano Moreira de Castro encomendou uma grande variedade de produtos para esta escola que se prontificou a equipar.

Assim, para além de vinte e oito carteiras e duas secretárias de castanho, em estilo inglês e estrados, o brasileiro encomendou álbuns de leitura, coleções de mapa de Portugal e das colónias, de quadros da História de Portugal, uma esfera terrestre e dois mapas do corpo humano.

Mas, é visível a preocupação com a preparação das alunas para as atividades domésticas, tendo encomendado duas mesas de costura. Esta ordem de encomenda foi realizada a 15 de julho de 1917, tendo sido despachada duas semanas depois, de acordo com a missiva que este recebeu de Albino de Mattos.

“(...) Tenho, porem, a maior satisfação em fazer os preços que fiz a V. Ex.cia porque é um benemérito da instrução e porque esses benefícios são feitos aos povos d’um concelho, a que eu tenho ligado a minha vida de professor primário e que amo tanto como esta, de Paços de Ferreira, onde vivo actualmente. Se a escola for inaugurada solenemente desejava dever a V. Ex.cia, o favor de me avisar, porque queria ir assistir à

De acordo com a ata da sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal, do dia 1 de Outubro de 1917, Adriano Moreira de Castro, representado pelo vice-presidente João Bernardo, procedeu à entrega do relatório de contas e das chaves da escola "(...) que segundo o seu critério mandou construir no logar da Estrada da mesma freguesia [Louredo] em terreno d'este município, o qual se acha mobilado, faltando-lhe apenas colocar um relógio na fachada principal, concluir uns melhoramentos no terreno destinado a recreio das creanças, (...)".

Neste mesmo ofício, Adriano Moreira de Castro apelou para a necessidade de vistoriar o edifício e informou, ainda, que realizou um seguro contra o fogo de todos os bens existentes no interior. Os elementos presentes na sessão da Comissão Executiva concordaram em informar o Ministério da Instrução Pública desta atitude de beneficência deste brasileiro, assim como resolveram exarar um voto de reconhecimento desta benfeitoria e conceder-lhe total liberdade para que pudesse concluir as obras que faltam para a inauguração da escola.

A 23 de Janeiro de 1918, foi publicada a doação no Diário do Governo:

"Atendendo a que o cidadão Adriano Moreira de Castro, da Casa da Castrália, da freguesia de Louredo, concelho de Paredes, fez construir na referida freguesia, lugar da Estrada, em terreno municipal, um amplo edifício escolar para a instalação das escolas de ambos os sexos, a do sexo masculino já existente e a do sexo feminino a criar, oferecendo-o generosamente à câmara devidamente mobilado e provido do competente material de ensino, perfazendo tudo um donativo de valor superior a 6.000\$; Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro de Instrução Pública, louvar o referido cidadão pela sua valiosa oferta, que significa da sua parte um desvelado amor pela instrução popular. Paços do Governo da República, 21 de Janeiro de 1918 - O Ministro da Instrução de Instrução Pública, José Alfredo Mendes de Magalhães."

No dia 6 de Outubro, reuniu-se na sala de sessões da Junta de Freguesia de Louredo, um grupo de cidadãos, entre eles Adriano Carneiro Bessa, António Pacheco Machado e Fortunato Coelho Pinto, para elaborarem um voto de louvor por tão generoso e altivo melhoramento, o qual consistia na entrega de uma cópia da ata da sessão extraordinária da Junta de Freguesia.

A escola foi solenemente inaugurada a 6 de Outubro de 1918, após uma grandiosa recepção organizada pelo brasileiro e na qual estiveram presentes as principais

personagens do concelho, entre elas o presidente da Câmara Municipal de Paredes, António Francisco Branco, José Coimbra Pacheco, proprietário da Estância de Saúde de Louredo, e o futuro bispo de Angra do Heroísmo e posteriormente do Porto, D. António Augusto de Castro Meireles, sobrinho de Adriano Moreira de Castro. O Ministro da Instrução Pública, Dr. Alfredo de Magalhães, não esteve presente nesta inauguração, mas enviou um cartão felicitando Adriano Moreira de Castro por esta iniciativa.



Figura 5 - Primeira página do Jornal de Notícias noticiando a inauguração da Escola n.º 1 de Louredo (Arquivo Particular da Castrália)

Aquando da inauguração da escola foram proferidos diversos discursos, destacando-se, aqueles que foram proferidos por D. António Augusto de Castro Meireles e pelo representante do presidente da Câmara Municipal de Paredes. Para além da imprensa local e nacional, estiveram presentes personagens de todo o país que quiseram prestar uma homenagem ao ato filantrópico deste brasileiro. No final da inauguração, foram descerrados dois quadros a óleo representando o casal de beneméritos, Adriano Moreira de Castro e Gregória Pacheco de Castro, pintados por José de Brito, professor da Academia de Belas Artes do Porto.

O jornal República, no dia 12 de Outubro de 1918, publicou um artigo sobre o brasileiro e a inauguração da escola, salientando sobretudo a defesa da instrução como um valor republicano - Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo (frase transcrita na fachada principal da escola). Desta forma, Adriano Moreira de Castro é exaltado como um modelo dos

ideais republicanos, assentes sobretudo na instrução e na educação do povo. Este brasileiro defendia o alargamento da instrução a todas as classes sociais, ajudando para tal os mais necessitados através da concessão de bolsas de estudo, ou mesmo da dádiva dos materiais necessários, como é ainda recordado por algumas pessoas da freguesia.

Após a inauguração do edifício, Adriano Moreira de Castro instituiu donativos anuais para que os jovens mais necessitados pudessem frequentar a escola, mas também criou prémios de mérito escolar, que eram atribuídos na festa de Natal que se realizava na escola. Esta atitude de beneficência ficou registada numa pequena placa em mármore colocada na frontaria do edifício, onde se encontra a seguinte inscrição: “1918, A Adriano Moreira de Castro, Benemérito doador, os seus conterrâneos agradecidos.”

A escola, para além de se tratar de um espaço para o ensino das letras, constituiu um local de atividades culturais, como saraus promovidos pela Tuna de Cristelo ou a comemoração de dias importantes na História de Portugal, como o dia 1 de Dezembro. Em 1935, foi organizada uma grande festa na escola de Louredo, para comemorar este dia. Nesta festa, participaram crianças de várias escolas das freguesias circundantes: Beire, Gondalães, Vila Cova, Besteiros e Sobrosa. Os prémios escolares criados aquando da inauguração da escola eram atribuídos durante estas festas. No entanto, é de salientar que, do edifício construído no início do século XX, pouco resta atualmente, mas este sofreu obras de grande



Figura 6 - Placa em mármore colocada na fachada principal da Escola n.º 1 de Louredo (foto autora)

envergadura que destruíram o interior. Apesar desta intervenção na escola, a memória prevalece em relação à atitude de beneficência.

Em 1936, Adriano Moreira de Castro recebeu o título de Cavaleiro da Ordem da Instrução Pública conferido pelo General Óscar Carmona, pois este empenhou-se no fomento da instrução pública na sua localidade: (...)

“Construir, pois, mais um edifício escolar, onde se

possam educar e instruir os nossos filhos – que serão os homens de amanhã – é uma acção benemerente e benfazeja, pelos relevantíssimos serviços que se prestam principalmente aos pobres e ignorantes, e ainda à nação, que é poderosamente beneficiada pelo desenvolvimento da instrução popular, e que se deve sentir, portanto, orgulhosa e desvanecida com actos de grandeza e de generosidade como o que V. Ex.as tão nobremente acabam de praticar. Abrir uma escola é fechar uma cadeia, disse o grande Victor Hugo. E essa frase encerra uma grande verdade porque, se é certo que o homem instruído pode degenerar em criminoso, (...), a idiosincrasia e as circunstancias, não é menos certo que dificilmente poderá praticar actos de indignos aquele a quem as escolas souberem transformar, de quasi mero instrumento mecânico, em homem perfeito e completo, na sua plenitude do seu desenvolvimento orgânico, intelectual e moral. (...)”

Referências Bibliográficas:

AA. VV. (2009) - *As Escolas Conde de Ferreira – Marco Histórico da Instrução Pública em Portugal*. Sesimbra: Assembleia Municipal de Sesimbra.

ALVES, Jorge Fernandes. (2004) - O brasileiro oitocentista – representações de um tipo social, in Vieira, BMD (org.), *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no século XIX*. Lisboa: ISCTE, pp. 193-199.

ALVES, Jorge Fernandes, (1994) - *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: edição de autor.

ARROTEIA, José Carlos (1985) - *Atlas da Emigração Portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração – Centro de Estudos.

BÁRBARA, A. Madeira - *Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal – da reforma pombalina à 1ª república*. Lisboa: Assírio e Alvim.

CARVALHO, Joaquim Manuel Fernandes de (2004) - *A Indústria do Mobiliário Escolar em Paços de Ferreira – o caso da Fábrica*.

FERNANDES, José Manuel (2003) - *Português Suave – Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.

JORGE, Ricardo, (1930) - *Brasil! Brasil!*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, pp. 23-24.

NETO, Alda (2011) - *As Casas de Brasileiros no concelho de Paredes*. Dissertação de mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

ROCHA-TRINDADE Maria Beatriz e Caeiro, Domingos (2000) - *Portugal-Brasil: Migrações e Migrantes (1850-1930)*. Lisboa: Edições Inapa, pp. 11-15.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1986) - Reflexos culturais da emigração portuguesa para o Brasil. In *Análise Social XXII*(90): 139-156.

AS CAMÉLIAS CENTENÁRIAS DO “PALACETE DA GRANJA”

CASA DA CULTURA DE PAREDES

Artur Micael Amaral, Arquitecto
M. Conceição L. Bessa, Fncionária Pública



Joaquim Bernardo Mendes proprietário regressado do Brasil com fortuna, filho de agricultores da região de Paredes e Penafiel, decidiu construir a sua habitação na Quinta do Souto, em Paredes, nos finais do século XIX.

O palacete, do então conhecido “brasileiro Joaquim Bernardo Mendes”, era designado pelo povo como o ‘Palacete Mendes’ e uns anos depois como a ‘Casa do Visconde de Paredes’. Após a sua morte e com a implantação da república, passou a ser conhecido como o ‘PALACETE DA GRANJA’. A construção foi concluída na década de 1890.

Um pouco de História

Nos finais do século XIX e princípios do século XX, muitos portugueses emigraram para o Brasil. Joaquim Bernardo Mendes seduzido pelas grandes mudanças na área da política, da economia e na sociedade brasileira - com a abolição da escravatura em 1888 (Lei Áurea) - considerou oportuno tentar também a sua sorte naquelas terras. O seu “regresso ter-se-á efectuado, provavelmente, no

início do último quartel do século XIX, uma vez que surgem referências à presença deste emigrante em eventos organizados nos concelhos de Paredes e de Penafiel neste período. Joaquim Bernardo Mendes deslocou-se então para o concelho de Paredes onde se fixou definitivamente. Envolveu-se no governo do concelho de Paredes, tendo-se tornado Presidente da Câmara Municipal de Paredes no início do séc. XX.”



*Azulejo Pombalino,
Século XVIII. Fábrica
de Massarelos, Porto*

Paredes Recebe o Rei d. Carlos

O rei D. Carlos chegou a Paredes no comboio real no dia 12 de Junho de 1896.

“Na gare, o administrador, a câmara, juiz, delegado, escritvães, algumas senhoras, os bombeiros

voluntários. Fora da estação, na rua que vai dar ao palacete do brasileiro sr. Joaquim Bernardo Mendes, muito povo. A rua embandeirada até ao palacete que é muito bonito e em aparência de opulento.”



Joaquim Bernardo Mendes
1º Visconde de Paredes
Nomeado a 2 de Junho de 1895

“El rei pouco se demorou, seguindo logo para o palacete Mendes. As musicas seguiram até ao palacete Mendes, que é a pequena distancia da estação. (...)”

“O palacete estava ricamente adornado. Fica no centro de um jardim, que me pareceu muito bonito. A entrada, até

à escadaria que dá acesso ao palacete, tapetada de folhas de rosas, lançadas pela ranchada de aldeãs.

Será que:

O tapete de “folhas de rosas” (!?), a que se refere o repórter de “O Primeiro de Janeiro”, foram naturalmente confundidas com as folhas das cameleiras (ou com as pétalas das camélias) que já existiam em quantidade no jardim do palacete...?

Elrei subiu logo para o 1.º andar, onde está a sala de visitas, ricamente mobilada. Ali, foram-lhe apresentados o dono da casa e varias pessoas gradas.

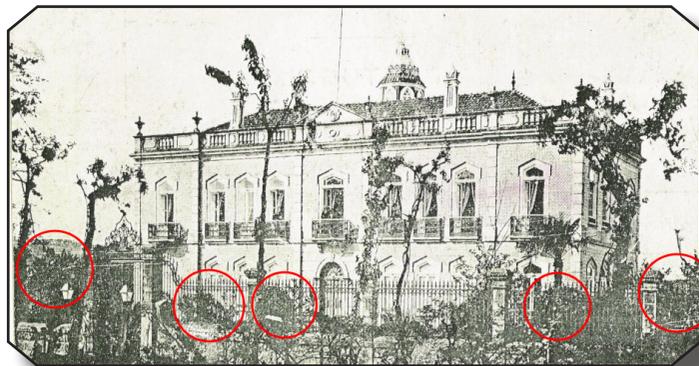


Fotografia parcial do Palacete da Granja - 1904

S. M. assomou a janela e foi muito cumprimentado pelo povo (...) - “O Primeiro de Janeiro - nº139”

A habitação de estilo ‘brasileiro’ foi rodeada de um jardim, logo após a sua construção, com plantas, algumas exóticas, numa tentativa de reproduzir o ambiente que recordasse a Joaquim Bernardo Mendes e à sua mulher Deolinda Francisca Guimarães da Silva Mendes, as terras brasileiras de S. Salvador da Baía.

O jardim assume grande importância na vida quotidiana da família do 1º Visconde de Paredes. Desse jardim, que não teve durante do século XX os cuidados necessários à sua manutenção, restam ainda 19 centenárias japoneiras, algumas dotadas de belas flores, que devem ser preservadas pela sua raridade.



Na fotografia tirada nos finais do sé. XIX verifica-se a existência de arbustos que, devido à sua localização, correspondem necessariamente às japoneiras actuais. No início do século XX muitas plantas preenchiam já o jardim frontal e lateral do Palacete do Visconde de Paredes.

“Em 1906, os jardins do Palacete foram palco de um baile de máscaras organizado pela Viscondessa de Paredes.” - Alda Neto

A fachada principal do muro, com gradeamento e dois caramanchões nos extremos, tem um grande portão em ferro forjado com motivos geométricos e florais.

O rei D. Manuel II visitou, em 1909, a sede do concelho de Paredes e esteve no Palacete da Granja tendo sido recebido pelo 1º Visconde de Paredes, na “sala de visitas ricamente mobilada.”

“Em 1911, o Visconde de Paredes adoeceu gravemente, vindo a falecer a 16 de Maio do mesmo ano.” - ‘As Casas de Brasileiros’ - Alda Neto

Ao longo do séc. XX o interior do edifício sofreu alterações assim como o seu jardim envolvente:

- Em 1930 D. Rosalina Mendes, filha do 1º Visconde de Paredes, aluga o edifício à Câmara Municipal de Paredes para instalação dos seus serviços;

- Posteriormente viria a ser ocupado pelo Colégio Antero de Quental e a seguir pelo Liceu até meados dos anos 80, do séc. passado, obrigando a novas alterações do espaço interior do palacete;

- O Palacete da Granja fica, nos anos seguintes, votado ao abandono;

- O Provedor Abílio Seabra da Misericórdia de Paredes adquire o Palacete da Granja e oferece-o à Santa Casa da Misericórdia;

- O palacete é alugado à Câmara Municipal de Paredes que após obras de recuperação e adaptação possíveis, é destinado a um espaço cultural;

- A Casa da Cultura de Paredes é inaugurada a 28 de Junho de 1997.

As Camélias Centenárias do Jardim do Palacete da Granja

No espaço à volta do Palacete da Granja, após a sua construção em 1890, foi criado um jardim muito bonito e opulento. Esse espaço verde envolvente ao Palacete, nos finais do século XIX e princípios do século XX, tornou-se muito atractivo o que permitiu à Viscondessa de Paredes, D. Deolinda Francisca Guimarães Nolasco da Silva Mendes a realização de um baile de máscaras.

A Câmara Municipal de Paredes, consciente do valor patrimonial do Palacete da Granja, considerou importante a sua recuperação.

No início dos anos 90, assinou um protocolo com a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes o que possibilitou ao município valorizar o Palacete do 1º Visconde de Paredes.

Hoje é a CASA DA CULTURA DE PAREDES.

Actualmente, do primitivo jardim, existem 19 japoneiras centenárias. As suas camélias são de valor inestimável. Estão intimamente ligadas à história do Palacete do 1º Visconde de Paredes. Fazem parte da 'memória' da cidade.

São Pétalas

Sonho... durmo...

Debaixo de uma Japoneira,

Risos de felicidade brotam num silêncio.

É a infância em mente.

Pétalas, pétalas, surgem da brisa suave do vento

Rodopiando num silêncio,

De um simples murmúrio

Como se lágrimas caíssem dum orvalho diferente.

São flores de Camélias, ou simples pétalas...

Não importa, deixem que a minha mente

Sonhe... ou durma

Debaixo da simples Japoneira.

De: MConceição Bessa / 2007

Referências Bibliográficas:

WEB CAMELLIA REGISTER - International Camellia Society (ICS)

JOURNAL NUMBER 49 - International Camellia Journal 2017

SOCIEDAD ESPAÑOLA DE LA CAMELLIA - www.cameliagalicia.com

NOMENCLATURE PHOTOGRAPHIQUE DES CAMELLIAS - www.camellias.pics

CAMELIAS FLAVIUS - <http://www.cameliasflavius.com>

STIRLING MACOOY - The Illustrated Encyclopedia of Camellias

FERREIRA, Veiga e CELINA, Maria - O Mundo da Camélia

OLIVEIRA, Nuno Gomes e ASSUNÇÃO, António - Guia das Camélias do

Parque do Conde das Devesas

CAMELLIA - Publicación de la Sociedad Española de la Camelia, nº 15 e nº 25

NETO, Alda - As "Casas de Brasileiros" Dois exemplos do Vale de Sousa

(documents.tips)

FERREIRA, Rafael Telmo da Silva - <http://aoencontrodo passado.blogspot.com>

sapo.

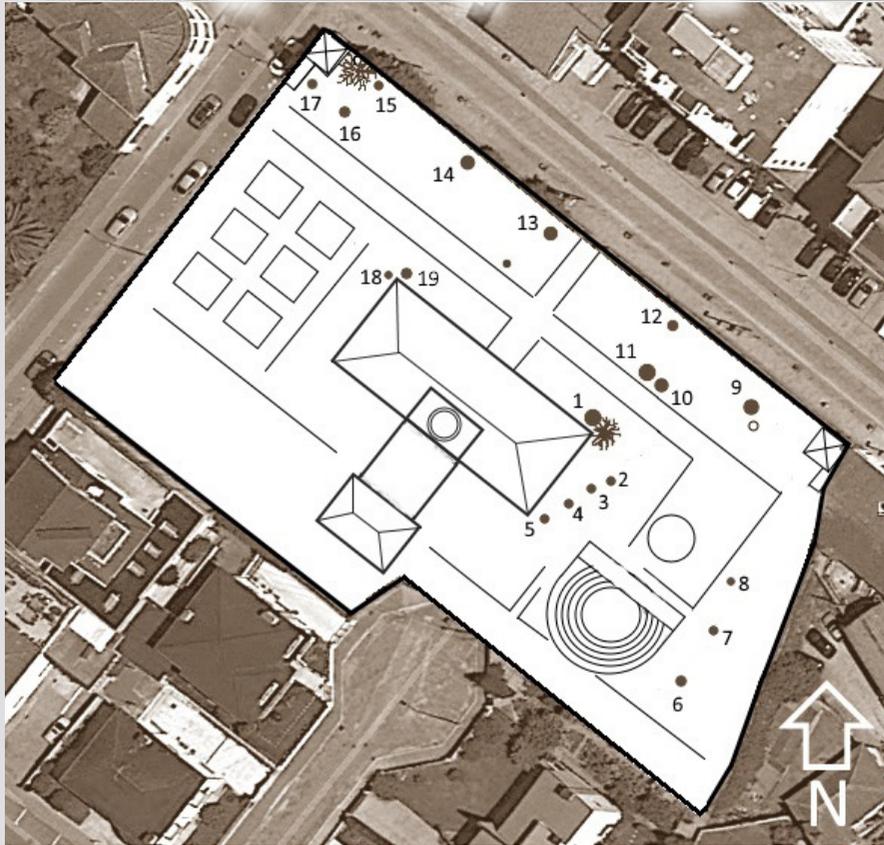
JARDIM DO PALACETE

Actualmente, do primitivo jardim, existem 19 japoneiras centenárias.



DA GRANJA - CASA DA CULTURA DE PAREDES

As suas camélias são de valor inestimável. Estão intimamente ligadas à história do Palacete do 1º Visconde de Paredes. Fazem parte da 'memória' da cidade.



- | | |
|---------------------------------|----------------------------------|
| 1. Pomponia Estriata Portuensis | 11. Paeonia Rosea Portuensis |
| 2. Coquettii | 12. Albertii |
| 3. Pompone | 13. Gigantea |
| 4. Arcozelo | 14. Oca |
| 5. Manchada | 15. Eugénia De Montijo |
| 6. Anemoniflora Rubra | 16. Anémoma Varieg. Portuensis |
| 7. Takanini | 17. Orandakô |
| 8. Chardonneret | 18. (C. Japónica Sem Referência) |
| 9. Bella Romana | 19. Speciosissima |
| 10. António Bernardo Ferreira | |



JOSÉ GUILHERME PACHECO

Texto de **Cristiano Marques da Costa**, Engenheiro informático

Investigação: Arquivo Municipal de Paredes

O mais emblemático dos edis paredenses nasceu no Rio de Janeiro, Brasil, a 10 de Fevereiro de 1821.

À época, aquele território fazia parte do designado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, estando, desde as Invasões Francesas, a Corte Real portuguesa sediada naquela cidade.

Era filho de Manuel Albino Pacheco, da Casa das Vinhas, Nevogilde, Lousada, e de Ana Maria Felizarda, também conhecida por Ana Maria de Jesus Cordeiro Pacheco, nascida em Minas Gerais, Brasil, mas com ascendência em Miranda do Douro, Portugal.

Tendo ocorrido a Revolução Liberal de 1820, a Família Real resolve deixar o Brasil e regressar a Lisboa, em Abril do ano seguinte. A família de José Guilherme regressa também a Portugal em Março seguinte, com destino ao Porto. O Brasil haveria de proclamar a sua independência em Setembro desse mesmo ano. Manuel Albino Pacheco era um abastado proprietário e influente político, destacando-se por ter feito parte de três câmaras municipais: foi presidente da Comissão Municipal de Aguiar de Sousa, vereador da Câmara Municipal de Paredes e presidente da Câmara Municipal de Lousada, concelhos a que a sua freguesia pertenceu. Em 1830, reedificou a capela de Nossa Senhora da Ajuda, em Nevogilde, onde ficou sepultado, juntamente com a sua esposa.

Passando a sua infância na Casa das Vinhas, José Guilherme resolve regressar ao Brasil após a Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), onde permaneceu alguns anos. De novo em Portugal, prossegue os seus estudos, matriculando-se em 1847 na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, concluindo o curso em 1852. Passa a exercer advocacia no lugar das Paredes, freguesia



de Castelões de Cepeda. Rapidamente se torna uma pessoa influente, como se depreende pela reunião da Câmara Municipal de Paredes de 11 de Outubro de 1854, em que lidera vários movimentos populares que pediam a manutenção do concelho de Paredes, dado que havia rumores de que se projectava a supressão do município. De facto, no ano seguinte, ocorre uma nova reforma administrativa que extingue vários concelhos, mas Paredes mantém-se intocável. A 21 de Dezembro de 1854, casa na antiga igreja de Castelões de Cepeda com Joana Augusta de Magalhães Pacheco, filha

do major José Luís de Magalhães e de Maria Rita Febrónia, da Casa do Beco, freguesia e concelho de Penafiel.

Deste casamento nasceram pelo menos cinco filhos: Sofia, Abel Augusto, Sofia Clotilde, Henrique Manuel e António José, todos naturais de Castelões de Cepeda.

Em 1856, disponibiliza-se para advogar gratuitamente todas as questões da Câmara de Paredes, o que, de resto, sucedera em várias ocasiões.

É notável a ascensão política de José Guilherme. Nos três biénios de 1858 a 1864, é nomeado vogal da Junta de Paróquia de Castelões de Cepeda e sua anexa Madalena. Simultaneamente, consegue ser eleito em 1860 deputado da Nação Portuguesa, pelo Partido Regenerador, sendo proclamado a 16 de Fevereiro.



Praça José Guilherme

A 2 de Janeiro de 1864, torna-se presidente da Câmara Municipal de Paredes, sendo reeleito por três vezes. Teve por vice-presidentes António de Sousa Freire Malheiro, Francisco de Lemos da Silva Peixoto e João José de Sousa

Machado. Exerceram o cargo de fiscal Joaquim de Meireles, Justino Machado Coelho Soares de Moura e Albino Coelho da Rocha. As suas vereações foram completadas por José Luís Gaspar, José Bernardo Coelho Barbosa, Luís Barbosa de Leão Coelho Ferraz, Francisco José de Sousa Brandão, António José de Sousa, Francisco Caetano Fernandes de Sousa Meireles, José Coelho da Silva Barbosa, Maurício José Pacheco, António Rodrigues Moreira, José Joaquim de Sousa e Vicente Luís de Vasconcelos.

Uma das primeiras medidas da Câmara presidida por José Guilherme foi a aquisição de mais terreno para o Cemitério Municipal, cuja construção se arrastava havia uma década.

Em Abril de 1865, a Câmara reclama a construção das estradas de Vila Nova de Famalicão a Paredes por Santo Tirso e Paços de Ferreira, assim como

de Paredes a Lousada, Margaride, Fafe, Lixa, Arnóia, Freixieiro e Mondim de Basto. Paralelamente, pediu uma estrada a sair da Ponte da Pica, na estrada do Porto a Amarante, passando pelo centro de Rebordosa e por Vilela, para Freamunde e Barrosas, em substituição da designada de Valongo a Paços de Ferreira. Foi igualmente solicitada outra estrada a sair das imediações da ponte de São Martinho do Campo para Entre-os-Rios, passando por Terronhas, Recarei e Casconha, para substituir a indicada de Valongo a Pedorido. Finalmente, pediu-se uma estrada de Paredes para Melres, passando por Cete, Parada, Recarei e Alvre. Este ambicioso plano rodoviário viria a ser a base de várias vias construídas nas décadas seguintes.

Em Agosto do mesmo ano, ocorreu uma epidemia de *cholera morbus*, pelo que o Governo Civil proíbe expressamente os enterramentos no interior das igrejas e nos adros devassos. A Câmara de Paredes, reconhecendo a impossibilidade de construção de cemitérios (apenas existia o de Recarei), determinou que se lançasse cal viva sobre os cadáveres a fim de se conter a epidemia.

Tendo-se deslocado a Lisboa, José Guilherme consegue em Outubro a criação de uma escola masculina em Gandra (Casais), outra em Mouriz (Mogueira), outra na Sobreira (Igreja), outra comum para Besteiros, Cristelo, Gondalães e Louredo (Carreiras Verdes), e uma para meninas em Duas Igrejas (Ladário), mas que viria a ser instalada em Sobrosa (Trás das Eiras), sendo indispensável que as juntas de paróquia pusessem uma casa ao dispor. Foi, até então, a maior criação simultânea de escolas no concelho.

A 23 de Janeiro de 1866, José Guilherme propôs que se pedisse ao Governo de Sua Majestade o traçado do caminho-de-ferro do Douro pela ribeira do Rio Sousa, cortando os concelhos de Gondomar, Paredes, Penafiel, Lousada e Felgueiras, convidando as respectivas câmaras a reunir no dia 18 de Fevereiro em Penafiel. Nesta reunião, todas as câmaras concordaram com a ideia, acrescentando que deveria ser construída uma estação entre Paredes e Penafiel, perto da Ponte do Sousa, seguindo pelo concelho de Lousada, em cujas proximidades (deste ou do de Felgueiras) deveria bifurcar-se, partindo uma linha para o Alto Minho por Felgueiras, Guimarães e Braga, e outra para a Régua, pelo Marco, Baião e Mesão Frio.

A Câmara de Paredes não esteve representada pelo presidente, mas sim por Francisco de Lemos da Silva Peixoto, dado que José Guilherme fora, entretanto, nomeado em Novembro de 1865 para o cargo de Governador Civil de Angra do Heroísmo. Exerceu essa função durante um ano, entre Fevereiro de 1866 e igual mês de 1867. Oficialmente, manteve-se como presidente da Câmara Municipal de Paredes, embora ausente, tendo presidido às sessões durante esse período o referido Francisco de Lemos da Silva Peixoto e também Francisco Caetano Fernandes de Sousa Meireles.

Em Maio de 1866, o Governo Civil volta a insistir na criação dos cemitérios. Nesse sentido, as diversas Juntas de Paróquia reúnem e constataam que os povos do concelho demonstravam inteira aversão aos mesmos. Concluíra-se que a ocasião era imprópria para uma mudança que se adivinhava conflituosa – semelhante ao que sucedera vinte anos antes na chamada “Revolta da Maria da Fonte” –, pelo que tudo se manteve inalterado.

A 5 de Junho, a Câmara concorreu ao legado do Conde de Ferreira, que atribuiu uma escola a cada sede de concelho.

Apesar de ausente em Angra do Heroísmo, José Guilherme sugeriu a construção de três escolas: uma para meninos, outra para meninas e outra para latim, mandando elaborar a respectiva planta, recorrendo aos compatriotas no Brasil para custear as despesas com a construção.

Terminando o mandato de Governador Civil de Angra do Heroísmo em Fevereiro de 1867, José Guilherme é condecorado com o título de comendador da Ordem de Cristo pelo rei D. Luís I, em agradecimento pelos bons serviços prestados nos Açores. Regressando à presidência da Câmara em Fevereiro de 1867, traz consigo os primeiros donativos que recolhera para a construção da escola. Nos meses seguintes, é adquirido o terreno e começam os alinhamentos para a construção da praça que hoje tem o seu nome.

Em meados de 1867, estava no poder aquele que ficaria para a História como o “Governo da Fusão”, uma coligação presidida por Joaquim António de Aguiar. A pasta dos Negócios do Reino era ocupada por Martens Ferrão, amigo de José Guilherme e por várias vezes eleito deputado por Paredes. Pretendendo uma profunda reforma administrativa, o Governo reformulou a divisão dos distritos e concelhos, criando as paróquias civis, uma primeira tentativa de criação de freguesias independentes das paróquias eclesiásticas. Neste sentido, a Câmara de Paredes pronuncia-se pela supressão dos concelhos de Valongo e de Paços de Ferreira, repartindo-se as suas freguesias



Exéquias de José Guilherme Pacheco à saída da igreja paroquial de Castelões de Cepeda

pelos concelhos vizinhos. A proposta de Paredes seria a de ficar com 31 paróquias eclesiásticas, agrupadas em 6 paróquias civis, o que viria a acontecer com a publicação do Decreto de 10 de Dezembro de 1867. De acordo com este normativo, foram anexadas ao concelho de Paredes duas paróquias de Valongo e cinco de Paços de Ferreira, concelhos extintos por esta reforma administrativa.

Como corolário desta importante vitória de José Guilherme, que conseguiu que o parecer da Câmara de Paredes vingasse, faltava apenas a elevação do

Julgado à categoria de Comarca. A 26 de Dezembro, já se preparavam as comemorações, tendo a câmara deliberado acompanhar os habitantes nos festejos e iluminar o Paço Municipal por três dias aquando da publicação no Diário de Lisboa de tão ansiado desejo. Contudo, a 1 de Janeiro de 1868, rebenta no Porto a revolução que ficaria conhecida por “Janeirinha”, que provoca a queda do Governo no dia 4 e a revogação da reforma administrativa no dia 14. Paredes perde as freguesias que conquistara e Paços de Ferreira e Valongo regressam à categoria de concelho. A elevação a comarca fica pendente por mais alguns anos.

Apesar desta reviravolta, o prestígio de José Guilherme continua a aumentar, sendo agraciado pelo rei D. Luís I com a Carta de Título de Conselheiro, a 10 de Janeiro de 1868, por serviços públicos prestados.

Em Fevereiro, é aprovado o pedido de criação de uma estação telegráfica na vila, pedida ao Governo apenas três meses antes.

Em Abril, José Guilherme é eleito procurador à Junta Geral do Distrito do Porto pelo concelho de Paredes, sendo reeleito em 1870 e em 1872.

O ano de 1868 fica, ainda, marcado por nova epidemia



Exéquias de José Guilherme Pacheco no Cemitério Municipal de Paredes

“de bexigas”, com especial incidência no Sul do concelho.

Durante aquele ano, continuam a chegar à Câmara avultados donativos para as escolas, mas também inimizades e difamações. Surgem na imprensa artigos muito críticos à actuação da Câmara Municipal de Paredes e, sobretudo, ao seu presidente.

Em 1869, José Guilherme apresenta novos planos de estradas para o concelho, entrou em funcionamento a estação telegráfica, são criados dez cursos nocturnos,

são reconstruídas as pontes das Pias e das Areias, ambas sobre o Rio Sousa, e é concluído o edifício escolar Conde de Ferreira. Contudo, as calúnias a seu respeito sobem de tom, surgindo vários artigos ofensivos nos diários portuenses.

Com base nesta situação, o Governador Civil do Porto dirige-se a Paredes, a 4 de Novembro, com a intenção de realizar um “inquérito constitucional” à actividade da Câmara. Neste sentido, reúnem-se na sede do concelho mais de 700 cidadãos, que saem em defesa do executivo e afirmam publicamente que a administração municipal era “regular e justa”. Na sequência desta extraordinária manifestação de apoio, o prestígio de José Guilherme aumenta consideravelmente, granjeando também o apoio dos governantes distritais.

Em 1870, a Câmara dá início à construção das pontes de Penhas Altas e de Soutelo, ambas em Lordelo, e da ponte de Centeais, em Castelões de Cepeda. Começa a construção das estradas de Paredes a Lousada, de Paredes a Arreigada e de Paredes a Lordelo por Cristelo. As críticas nos jornais persistem, a ponto de a vereação resolver intentar uma acção contra o cronista, e que seria paga por cada um dos seus membros e não pelo erário público.

A 25 de Abril de 1871, José Guilherme toma posse do lugar de contador da Relação do Porto, cargo para que fora nomeado por decreto de D. Luís I. Tal impede-o de continuar a exercer as funções de presidente da Câmara Municipal de Paredes.

No dia 5 de Outubro do mesmo ano, a Câmara resolve atribuir à nova praça das escolas a designação oficial de “Praça do Conselheiro José Guilherme”, consagrando-lhe aquele que é, ainda hoje, o espaço público mais nobre do concelho.

Sendo novamente eleito deputado pelo círculo de Paredes, assumiu o seu lugar em Lisboa a 4 de Abril de 1872. Foi reeleito para as legislaturas de 1875, 1880, 1882 e 1887, sempre pelo círculo de Paredes, permanecendo vários anos em Lisboa enquanto membro da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa.

Regressou a Paredes para reassumir a presidência da Câmara a 2 de Janeiro de 1878. Contudo, no mesmo dia em que toma posse, refere a necessidade de partir imediatamente para a capital a fim de ocupar o seu lugar no parlamento, pelo que entrega a presidência ao vice-presidente, João José de Sousa Machado. Em Junho, volta à presidência, mas termina definitivamente o seu mandato a 18 de Agosto. Ainda neste ano, é reeleito procurador à Junta Geral do Distrito do Porto pelo

concelho de Paredes, acabando por se tornar presidente daquele órgão, ocupando o lugar até 1886. Além do nível político, assumiu um papel muito relevante na sociedade portuense de finais de Oitocentos. A 1 de Dezembro de 1881, foi eleito secretário da comissão provisória de organização da Associação dos Albergues Nocturnos do Porto, em sessão presidida pelo rei D. Luís I. É nesta qualidade que subscreve os primeiros estatutos, redigidos no ano seguinte, que assina juntamente com o bispo do Porto, cardeal D. Américo Ferreira dos Santos Silva. Destacou-se também enquanto presidente da Associação Liberal Portuense, tendo dirigido uma alocução ao rei D. Luís I aquando da sua visita à Cidade Invicta, ocorrida a 9 de Julho de 1883. Fixando residência no Porto a partir de 1878, José Guilherme teve a sua morada no número 681 da Rua de Santa Catarina, freguesia de Santo Ildefonso,



Escultor Henrique Moreira junto da estátua de José Guilherme Pacheco

local onde viria a falecer a sua esposa, a 10 de Fevereiro de 1883.

A título de curiosidade, refira-se que José Guilherme perdeu o pai no dia em que completava 41 anos, e enviuvou no preciso dia do seu 62.º aniversário.

Em 1889, subiu ao poder o Partido Progressista,

que guerreou José Guilherme e o desgostou profundamente. Os seus amigos resolvem fazer-lhe uma recepção festiva, que tem lugar a 3 de Setembro, dia em que regressava de Guimarães a Paredes. É recebido em apoteose no Visalto, lugar da freguesia de Sobrosa situado no limite norte do concelho, onde fora erguido um arco triunfal. Aí se concentram mais de 10 000 pessoas que o acompanham até Paredes, com grandes manifestações de júbilo por todo o caminho, coroado de outros arcos triunfais. Os relatos da época aludem a mais de 30 000 pessoas na vila de Paredes, oriundas dos concelhos de Paredes, Valongo, Penafiel, Paços de Ferreira, Lousada e Porto, onde se destacavam grandes personalidades.

Pouco depois, veio a falecer, de hepatite crónica, no dia 7 de Dezembro de 1889, no número 7 da Rua da Conceição, freguesia da Vitória, cidade do Porto, onde passara a residir. É sepultado no cemitério de Agramonte, onde jazia sua esposa.

Imediatamente surge em Paredes uma comissão com o objectivo de promover a sua trasladação para o Cemitério Municipal. A 1 de Outubro de 1890, a Câmara cede terreno para a construção do respectivo mausoléu, no centro do cemitério. Quatro anos depois, a 3 de Julho de 1894, uma majestosa e solene trasladação devolve o corpo de José Guilherme à terra que o amou e idolatrou. O acto foi acompanhado por grande número de pessoas.

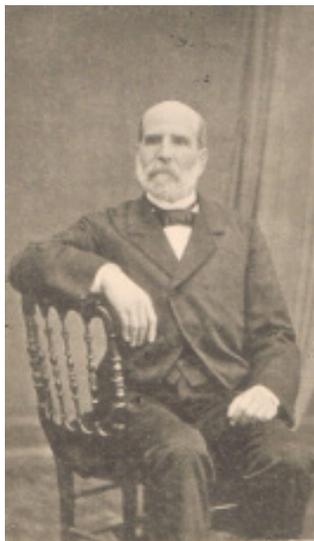
A ideia do levantamento de uma estátua a tão ilustre figura surgiu na mesma altura, tendo a tentativa mais eminente ocorrido em 1911, embora não se concretizando por força do radicalismo de alguns republicanos. Só sob a presidência de José Correia Abreu Pinto Cabral se retoma a ideia, concretizada em 1928, sendo erguida no centro da praça que ostenta o seu nome.

É de salientar que, apesar das vicissitudes dos tempos, o seu retrato continua, desde 1875, a ocupar o lugar principal do Salão Nobre dos Paços do Concelho.

O epíteto de “rei de Paredes”, pelo qual é vulgarmente conhecido, traduz bem o sentimento de quase devoção que gerações de paredenses lhe devotaram. Nenhuma outra figura conseguiu igualar o prestígio de José Guilherme Pacheco, indubitavelmente o mais conhecido e admirado presidente da Câmara Municipal de Paredes.

JOSÉ BARBOSA LEÃO

António Aresta, Professor de Filosofia na Escola Secundária de Paredes



José Barbosa Leão (1818-1888), natural de Parada de Todeia, concelho de Paredes, distrito do Porto, cujos 200 anos do seu nascimento passam discretamente num país de distraídos, foi uma personalidade cosmopolita com uma vida invulgar colocada ao serviço de grandes causas.

Formado pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, ingressa no Exército como

Cirurgião servindo em várias unidades militares. Adere à rebelião da Patuleia em 1846 marchando para Lisboa integrando as forças do Conde das Antas. Contudo, estas foram derrotadas pelas tropas do marechal Saldanha em Torres Vedras e José Barbosa Leão foi aprisionado e conduzido para a fragata 'Diana'.

O cárcere durará cerca de meio ano, até Junho de 1847, tendo sido libertado após a assinatura da Convenção de Gramido.

Estava aberto o caminho para o exílio. Primeiro, o Brasil onde permanece um ano e meio. Depois o Norte da Europa, a França e a Bélgica onde se especializa em medicina militar e presta provas de doutoramento na Faculdade de Medicina de Bruxelas.

Regressa a Portugal em 1851 sendo reintegrado como Cirurgião-Mor do Exército.

Em 1854 estava colocado no Batalhão de Caçadores N.º 8, sediado em Leiria.

Por sua iniciativa foi instalado um hospital militar junto ao quartel, conforme o que tinha observado em Bruxelas.

É em Leiria que aprofundará a sua consciência cívica e os seus interesses pela cultura popular e pela educação. Colabora no jornal 'O Leiriense' e assina [juntamente com D. António da Costa, António Rodrigues Cordeiro, Cândido Cau da Costa e Augusto Sousa Bastos] uma

petição dirigida à Rainha e dela retenho este parágrafo: "... os países livres garantem hoje o direito da instrução a todas as classes e por que a gratuidade do ensino se acha em muitos deles constituída em dogma". Ideias muito avançadas para o tempo.

É em Leiria que começam a germinar outras duas utopias, a reforma pela ortografia sónica e o iberismo económico, que não cabe aqui desenvolver.

Em seguida, teve duas experiências na administração colonial ultramarina ao mais alto nível. Entre 1856 e 1857 desempenha o cargo de secretário do Governador-Geral de Moçambique, Vasco Guedes de Carvalho e Menezes. Regressando a Portugal, funda com José Luciano o 'Jornal do Porto', um interessante periódico de natureza política e cultural. Escreveu aí importantes textos doutrinários.

Em 1860 é nomeado secretário do Governador-Geral de Angola, Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes, cargo que exercerá até 1863. Ainda hoje tem muito interesse ler a documentação de 1862 relativa à supressão do tráfico de escravos.

Nos Relatórios Anuais desses Governadores, por ele coordenados e redigidos, podemos seguir os trabalhos administrativos e políticos em que esteve envolvido. Alarga os horizontes e viaja por Goa e Bombaim, visita Áden e o Egipto. Deslocou-se também a Cabo Verde e a S. Tomé e Príncipe.

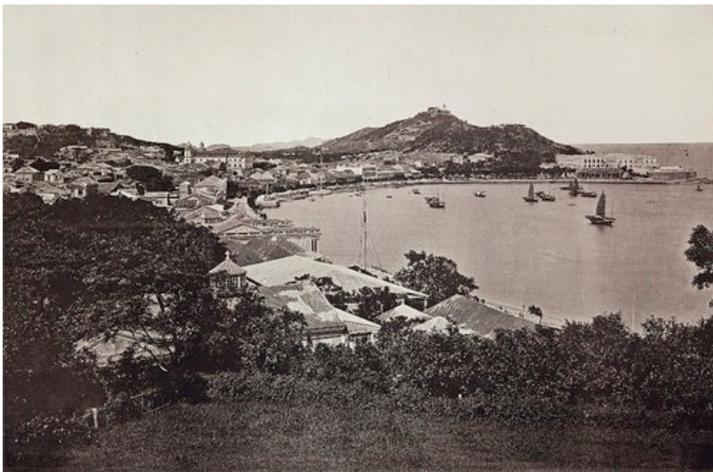
De novo em Portugal, funda com Teixeira de Vasconcelos o 'Jornal de Lisboa'. É um homem fascinado pela imprensa, sobretudo pelo poder da imprensa. Tem colaboração assinada no 'Jornal do Comércio', no 'Braz Tisana' e no 'Penafidelense'.

O seu pensamento sobre a questão colonial era invulgarmente claro: "Disse o meu último adeus às colónias em 1867, dando por concluídas as minhas longas viagens nas quais se contavam duas voltas completas à roda de África. Ao desembarcar em Lisboa, lembrando-me de que 20 anos antes tinha embarcado no Porto saindo a primeira vez para fora da pátria, como me senti mudado quando comparei o meu modo de pensar nas duas épocas! Como eu apreciava diversamente as nossas cousas! Até

1847 eu só tinha examinado Portugal olhando para ele de dentro, à luz do fogo patriótico dos verdes anos; em 1867 tinha-o examinado olhando para ele de fora, e tinha experimentado como os de fora nos tratavam e consideravam, e os 20 anos decorridos tinham dado à razão bastante império sobre a paixão. Por isso, como me senti desiludido, triste e desanimado!”

É neste contexto de enorme clarividência que afirma: “Devemos às colónias a civilização e o progresso; é a obrigação que contraímos com a conquista. Paguemos pois a dívida, pondo à disposição delas gente que as saiba governar”. Porque, insiste, as colónias “não pedem nada à metrópole senão quem as saiba governar lá e cá”.

Propõe a venda da Guiné e de Timor, visto que “não tinham futuro algum, que em lugar de proveito só nos dariam perda, a segunda de dinheiro e vidas, a primeira de vidas senão também de dinheiro”, e embora o “lirismo de certos poetas faça de Timor um paraíso e uma Califórnia possível”. E quem as compraria? “À Guiné competirão a França e a Inglaterra; e talvez mais alguém, a confederação da Alemanha do Norte, por exemplo. A Timor concorrerão todos os que não têm um ponto naquela parte da Oceania; e a Holanda que tem a outra metade da ilha, só no último caso deixará de cobrir o lanço”.



Mas, Macau é incluída nesta operação de alienação porque representa um enorme problema moral e por lhe parecer que politicamente é insustentável.

Prevê que esta proposta audaciosa “vai decerto levantar os clamores de meio mundo”, Macau, “a Paris da China (em outro tempo), vendida!... E porque não? Macau não nos pede nada, é verdade; dá mesmo 32:000\$000 anuais para o tesouro pagar os juros dum empréstimo que contraiu. Mas porque motivo o seu cofre está de ordinário assim

cheio?”.

José Barbosa Leão é expedito na resposta: “Sabe-todo o mundo: é porque o seu comércio é um ninho de contrabandistas e o seu porto um valhacouto de piratas; é porque legalizando o jogo e organizando a escravatura branca com essa emigração de chins que a autoridade fiscaliza e protege, tiramos dessas fontes a máxima parte da receita da colónia”.

Este pensamento ousado é de 1868, governava Macau o almirante António Sérgio de Sousa, cuja opinião não é conhecida.

O ministro Rebelo da Silva promulga a nova Carta Orgânica das Províncias Ultramarinas, procurando estreitar e apertar todos os nós da rede ultramarina, em evidente contraciclo com as teses de José Barbosa Leão.

Em face da enorme ameaça estrangeira sobre o império chinês, José Barbosa Leão reflecte: “Não está pois segura a prosperidade de Macau, pelo contrário: está-lo-á porém a conservação da colónia? Ninguém o pode dizer. Deixamos lá introduzir a influência francesa pelos jesuítas e irmãs da caridade; e os nossos ‘fiéis aliados’, os ingleses, incitam, como é público, os chineses contra nós. O governo chinês recusou-se a assinar o tratado com Portugal”. E continua o seu raciocínio: “Será isto pois garantia de conservação para a colónia do pobre pequeno reino do ocidente da Europa, cujo domínio o celeste império nunca reconheceu?”, terminando com esta nota de grande desânimo, “Saiba-se que Macau não representa para Portugal uma única memória verdadeiramente gloriosa”, não esquecendo que “praticamos ali o primeiro acto glorioso, a defesa do forte de Passaleão”. A solução para este problema seria a venda da colónia: “Ora, Macau há-de ser pretendidíssima; sem falar de mais ninguém, a França e os Estados- Unidos hão-de levar o lance até à maior altura”.

Esta polémica proposta incendiou a política portuguesa, agitou o parlamento e a imprensa e abalou os fundamentos da monarquia constitucional.

José Barbosa Leão, perante a legião dos seus adversários e opositores, reiterou as suas ideias desta forma: “E agora perguntarei aos que aí se mostram tão cheios de patriotismo, tão ansiosos pelas grandezas e glórias de Portugal: vendidas aquelas três partículas,

o nosso domínio colonial deixaria de ser grandioso? Deixaria de oferecer campo para se empregarem todos os recursos materiais e morais, que nos seja possível pôr em acção? Decerto não: porque conservamos a Índia, o teatro das nossas maiores glórias; e na África austral ficam-nos um litoral extensíssimo e sertões infindos, de que poderemos formar no futuro um império gigante com um pé no Atlântico e outro no Oceano Índico". Não era isto a antecipação do 'Mapa cor-de-rosa'?

Coloca um ponto final na sua argumentação: "se o domínio colonial não pode realmente viver sem os sacrifícios da metrópole, tem esta de abandoná-lo; porque será forçosamente a sua ruína. As colónias,

"Análise do Orçamento ou a Questão Financeira Resolvida", 1868;

"Considerações Sobre a Ortografia Portuguesa", 1875;

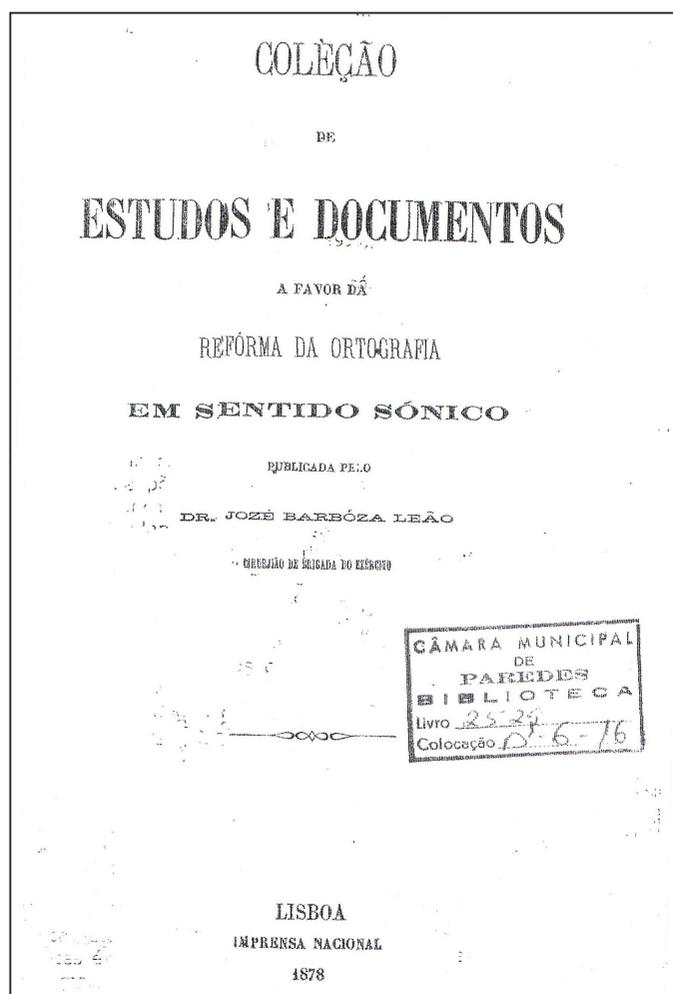
"Colecção de Estudos e Documentos a Favor da Reforma da Ortografia em Sentido Sónico", 1878;

"O Futuro de Portugal", 1881.

Há ainda um enorme conjunto de ensaios dispersos na imprensa a aguardar que possam ser reunidos em volume. Iberista convicto, José Barbosa Leão foi eleito deputado em 1879, representando o círculo de Luanda.

Os seus coevos valorizaram as ideias e o percurso cívico e cultural deste erudito médico militar.

Camilo Castelo Branco imortalizou o seu amigo num generoso parágrafo do seu livro "Cavar em Ruínas", publicado em 1866. D. António da Costa, na "História da Instrução Popular em Portugal", cuja 2ª edição é de 1900, cita José Barbosa Leão pelo seu trabalho pioneiro em Leiria. Cândido de Figueiredo nas "Figuras Literárias", de 1906, dedica-lhe um honroso capítulo. E o seu irmão Manuel Barbosa Leão, cónego de Cedofeita, publica em 1889 as "Cartas e Publicações Relativas ao Falecido Dr. José Barbosa Leão", reunindo um assinalável conjunto de depoimentos.



"Em Sentido sónico", Livro publicado por JBL em 1878.

como já indiquei, só devem reclamar bom governo da parte da metrópole; e devem oferecer os recursos precisos a esse governo".

Estas propostas não vingaram e a História seguiu o caminho que nós hoje sabemos.

José Barbosa Leão foi publicando uma obra invulgar:

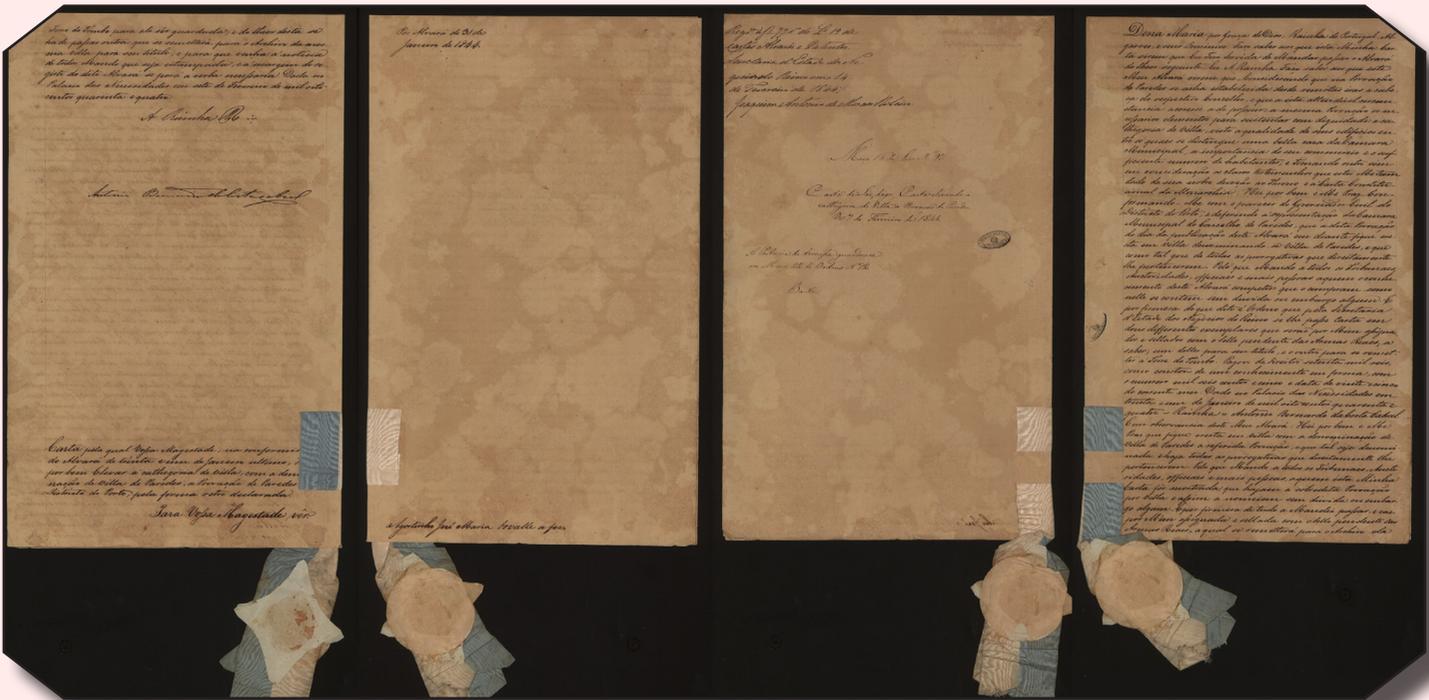


Hoje, 200 anos depois, deveríamos fazer um pouco mais! Por mim, dei a conhecer também José Barbosa Leão num texto publicado, com algumas modificações em relação a este, no Jornal Tribuna de Macau, N.º 5584, de 16.10.2018.

*O autor reserva-se o direito de não usar o Acordo Ortográfico.

SÉRGIO DE MORAIS ALÃO E A SOBREVIVÊNCIA ADMINISTRATIVA DO CONCELHO DE PAREDES

Cristiano Marques da Costa, Engenheiro informático



Cópia da Carta Régia de 7 de fevereiro de 1844 assinada por D. Maria II que faz a elevação de Paredes a Vila

O concelho de Paredes, nascido da reforma administrativa de 1836, encontrou, desde logo, várias adversidades à sua subsistência. O facto de no seu território se encontrarem três antigas sedes municipais (Baltar, Louredo e Sobrosa), motivou constantes resistências por parte das vereações cessantes em aceitar a nova jurisdição.

Há registo de diversos litígios entre aquelas juntas de paróquia e a nova Câmara de Paredes, especialmente no domínio da jurisdição sobre as antigas casas municipais. Em 1843, a câmara paredense solicita e obtém autorização para a demolição da casa do foral de Baltar, intenção que não se concretiza. Paralelamente, foram sendo criadas escolas naqueles edifícios, o que obstaculizava a pretensão de os reverter à sua função original.

Sendo sucessor do concelho de Aguiar de Sousa, cuja sede tinha sido transferida para o lugar das Paredes, na

freguesia de Castelões de Cepeda, o centro político do novo município permaneceu situado na mesma povoação, da qual passou a tomar o nome. Apesar de dispor de um excelente edifício dos Paços do Concelho, ficava localizado num dos extremos do território, numa pequena localidade e que nem era das freguesias mais populosas. Neste sentido, houve tentativas para transferir a sede do concelho para Baltar, fundadas no argumento da centralidade geográfica.

Em simultâneo, a instabilidade política nacional continuou a introduzir sucessivas alterações à divisão do território, suprimindo e restaurando concelhos, pelo menos até 1855. Neste período, Paredes sofreu várias ameaças à sua autonomia, devido a algumas tentativas de desanexação de freguesias ou do seu fraccionamento pelos concelhos limítrofes.

A 5 de Julho de 1840, deu entrada na Câmara dos Deputados uma representação da Junta de Paróquia e mais autoridades da freguesia de Sobrosa, solicitando a restauração do respectivo concelho. Ao nível da justiça, destaca-se a supressão do círculo de jurados de Paredes, que a partir de 6 de Junho de 1842 passou a formar um só círculo com a Comarca de Penafiel. Este contexto contribuiu para que a consolidação do território e a manutenção da sua sede na povoação das Paredes fosse uma das prioridades da nova municipalidade. Uma diligência muito significativa foi a proposta de elevação da sede à categoria de vila. Esta ambição foi vista como o garante da sobrevivência do concelho, dado que projectaria a sua importância perante o seu próprio território, mas também sobre os limítrofes.

A 28 de Junho de 1843, a Câmara decide solicitar à rainha a elevação de Paredes à categoria de Vila, na sequência da sugestão apresentada pelo tabelião do julgador, Augusto César de Magalhães, que, estando presente na sessão, disse: «Que como Deputado dos Póvos d'esta Povoação de Paredes vinha em seu nome rogar a Camara pedisse a Sua Magestade a Rainha se dignasse ellevar esta povoação à cathegoria de Villa (...)». Vendo com bons olhos esta proposta, a Câmara acolheu-a e deu-lhe seguimento, chegando ao seu término em menos de um ano, graças aos esforços tidos junto do poder central. Por alvará de 31 de Janeiro e Carta Régia de 7 de Fevereiro de 1844, D. Maria II acedeu ao anseio dos paredenses e elevou a sede do concelho à categoria de vila.

Em sessão de 29 de Maio, a Câmara Municipal começou a tratar dos festejos que se deveriam fazer para a recepção da Carta Régia em Paredes. Na reunião seguinte, a 12 de Junho, ficou determinado que «(...) o dia da apresentação da Carta Regia devia ser sem duvida hum dia de Jubilo e regozijo para os habitantes d'esta nova Villa e (...) que por parte da Camara houvesse tambem mostras evidentes d'esse regozijo, convocando-se para esse fim Muzica enstrumental e foguetes (...) he bem conhecido o interesse que pela boa conservação do Municipio tem tido o Procurador a Junta Geral do Districto Sergio de Moraes Alão, a cuja instancia ainda agora a povoação de Paredes foi elevada a Cathegoria de Villa e por isso designando o dia dezanove do corrente para elle vir em pessoa apprezentar a Camara o Diploma Regio que confirma a elevação, forçoso era a Camara o brinda lo com um

Jantar (...)»

No dia combinado, Sérgio de Moraes Alão compareceu nos Paços do Concelho de Paredes, onde discursou:

«(...) Senhores = Cumpre-me ter a onra de vos apresentar hoje o rezultado da Comissão que por vós me foi encarregada. Como por inspiração divina concebestes vós o sublime pensamento de solicitar do Governo de Sua Magestade a Rainha que a Séde d'este Municipio / a povoação de Paredes / fosse elevada a Cathegoria de Villa para obstar ao genio d'ambição, que traiçoeramente se preparava nos Concelhos limitrofes com o unico fim de retalhar este antigo, rico e outrora florescente Concelho; ao mesmo tempo que dentro de seus lemites alguns ambiciosos sollicitavão tambem a transferencia de sua Séde para a povoação de Baltar; factos estes que assás se comprovão dos documentos existentes na Secretaria da Junta Geral do Districto e na Comissão da devizão territorial em Lisboa, que vós não desconheceis. Sobre este objecto tive eu a onra de ser por vós consultado, e pelo Senhor Admenistrador d'este Concelho, a quem com antecipaçaõ tinha eu prevenido d'este recurso, como unica taboa de salvaçaõ; e então qual seria a minha resposta? que esta Illustrissima Camara representasse sem demora, e que eu me encarregava da competente direcçaõ. Assim aconteceu; e no curto espasso de quinze dias a Vossa representaçaõ, Senhores, deu entrada na Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, baixou ao informe de Sua Excelencia o Governador Civil do Districto do Porto, e do Senhor Admenistrador d'este Concelho e tornou a dar entrada na Secretaria d'Estado dentro do mesmo prazo! Em seguida tornou ella a baixar ao informe de Sua Excelencia o Procurador Geral da Coroa, onde mais prolongada devia ser a demora por isso que d'esta Repartiçaõ apenas he praxe estabelecida sahirem os papeis pela ordem se sua antiguidade; eu aproveito esta occasiã para mencionar os relevantissimos serviços prestados pelo Excellentissimo Conselheiro Joze Joaquim d'Almeida Moura Coutinho, Juiz da Relaçã de Lisboa e Deputado ás Cortes / de todos vós bem conhecido / que tomou a seu Cargo não só deligenciar huma favorável resposta de que tanto dependia o bom exito d'este negocio; mas tambem a sua abreviatura, o que com effeito conseguio; sendo por isso que elle deve merecer a Vossa Consideraçã, e que eu tenho a honra de rogar-vos que o seu nome seja inscripto na Acta como referencia a esta circumstancia em testemunho do vosso reconhecimento. Concluidos estes tramites restava a decisã de Sua Magestade a Rainha, e por esta occasiã

proprio foi expedir o Decreto respectivo, e isto prova de sobejo a estima que lhe merecem os habitantes deste Municipio. Em consequencia pois, Senhores, a esta Illustrissima Camara cabe a gloria de ser a Fundadora da Villa de Parêdes no periodo de sua gerencia e a mim a onra de ser o Portador do Régio Alvará que assim o confirma.»

De seguida, interveio o presidente da câmara, José Coelho da Silva Júnior, seu sobrinho, que finalizou o seu discurso afirmando «Que a Camara recebia com saptisfação o Titulo por que Sua Magestade se dignou ellevar a povoação Capital deste Concelho a Cathegoria de Villa e agradecia ao Portador do Titulo Sergio de Moraes Alão os intresses que tomou a seu Cargo pela ellevação d'este Municipio, sendo elle o principal cooperador em alcançar o Alvará de Sua Magestade de trinta de Janeiro d'este anno: bem como agradecia ao Excellentissimo Conselheiro Joze Joaquim d'Almeida Moura Coutinho, Juiz da Relação de Lisboa, e Deputado às Côrtes os serviços que igoalmente prestou a este respeito; = mandando que seus nomes sejam inscriptos na Acta para a todo o tempo constar, e este Municipio lhes tributar a sua gratidão (...)»

Decorridas quatro décadas, o semanário "O Paredense", na edição de 1 de Abril de 1888, apresentou uma proposta de atribuição toponímica: "Rua do Sergio / Lembramos há annos que Sergio de Moraes Alão, major da praça do Porto e nosso procurador á Junta Geral do Districto, foi um homem dedicado por esta terra e quem mais trabalhou para elevar a povoação de Paredes á cathegoria de villa. Dissemos que tendo a camara a dar um nome a varias ruas novas que abriu, devia uma d'ellas chamar-se rua do Sergio."

O homem que há 175 anos desenvolveu esforços pelo triunfo da povoação de Paredes, ante as ameaças à sua subsistência enquanto concelho, é um paredense nato. Sérgio de Moraes Alão nasceu a 9 de Setembro de 1780 na Casa de Subouteiro, freguesia da Madalena. Era um dos filhos de Pedro Jerónimo de Moraes Alão, natural de Santo Ildefonso, cidade do Porto, e de Maria Teresa Eufrásia, natural da Madalena.

Casou na igreja paroquial de Castelões de Cepeda, a 24 de Abril de 1806, com Joana Maria Coelho da Silva, filha do capitão João Caetano Coelho da Silva e Luísa Maria de São José, residentes na Casa do Ermo, junto à capela de Nossa Senhora da Guia. Teve pelo menos dois filhos, José Maria e Maria de Jesus de Moraes Alão, ambos nascidos no Subouteiro, em 1807 e 1809, respectivamente.

Militar de carreira, Sérgio de Moraes Alão foi capitão

ajudante do Regimento de Milícias de Penafiel, cidade onde subscreveu o auto de aclamação de D. João VI, como rei absoluto, a 4 de Junho de 1823. Esta manifestação ocorreu na sequência da Vilafrancada, movimento a que aderiram as autoridades eclesiásticas, militares e civis e o povo penafidelense. Mais tarde, transfere-se para o campo oposto, aderindo à causa liberal. Por este motivo, foi pronunciado réu por rebelião, por alvará de 6 de Junho de 1829.

A 14 de Junho de 1831, estando na cidade de Angra ao serviço do Governo da Regência (liberal), estabelecido na ilha Terceira, foi por este nomeado para uma comissão encarregada da administração dos bens e rendimentos de pessoas fiéis ao Governo de Lisboa, absolutista.

Sérgio de Moraes Alão foi um dos membros do Exército Libertador, também conhecido como os «Bravos do Mindelo», que desembarcaram a 8 de Julho de 1832 e deram início ao prolongado Cerco do Porto. Surgindo, então, como capitão de Infantaria do Arsenal Real do Exército, posteriormente ascendeu às patentes de major e tenente-coronel. No âmbito político, destacou-se como procurador à Junta Geral do Distrito do Porto, eleito pelos concelhos de Paredes e Paços de Ferreira, função que exerceu durante quase toda a década de 1840.

***O autor reserva-se o direito de não usar o Acordo Ortográfico.**

Referências Bibliográficas:

Actas da Câmara Municipal de Paredes.

Borboleta Duriense, n.º 141 (1823). Porto: Imprensa do Gandra.

Carta Régia de D. Maria II (7 de fevereiro de 1844). Elevação de Paredes a Vila. (Cópia).

Decreto de 14 de Junho 1831. Collecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o Governo da Regencia do Reino estabelecida na Ilha Terceira desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro 1832 - 1ª Serie - 2ª Ed. augmentada de Diplomas (1836). Lisboa: Imprensa Nacional, p. 114-116.

Decreto de 6 de Junho 1842. Diário do Governo n.º 134 (1842). Legislação Régia.

Diário da Camara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa (1840).

Gazeta de Lisboa, n.º 145, de 22 de Junho (1829). Lisboa: Impressão Regia, p. 602-603.

Lista Geral dos Officiaes do Exercito Libertador referida ao dia 25 de Julho de 1833 (1835). Lisboa: Typ. de A. J. C. da Cruz, p. 73.

O Paredense - Semanario Litterario e Noticioso (1 de Abril de 1888).

Sérgio de Moraes Alão: <https://ahm-germil.exercito.pt>.

PAREDES NO REINO DA «TRAULITÂNIA» EVOCAÇÃO NO CENTENÁRIO DA «MONARQUIA DO NORTE» (1919-2019)

Ivo Rafael Silva, Investigador (CEI-ISCAP)



Figura 1 – Bandeira monárquica exposta nos actuais Paços do Concelho de Paredes

Na sequência de uma rebelião «democrática» deflagrada em Outubro de 1918, o Governo de Sidónio Pais determinara a constituição de Juntas Militares com o objectivo de defender e consolidar a sua «República Nova». Esses autênticos centros polarizados de poder eram, naturalmente, chefiados

por conservadores, e após a morte de Sidónio (14 de Dezembro de 1918), mostrar-se-iam determinados em não permitir qualquer deriva da República no sentido do regresso ao jacobinismo inicial.

A nomeação de um governo presidido por João Tamagnini

Barbosa desagradara às chefias do Exército, mesmo sendo aquele um sidonista, o que levava a que algumas unidades de Lisboa se sublevassem, tomando posições em Monsanto.

A Junta Militar do Norte, por seu turno, mostrava a mesma insatisfação através de proclamação pública, tendo o Governo enviado ao Porto dois emissários com o intuito de suspender a actividade daquele corpo militar. Contudo, tais delegados regressariam a Lisboa sem terem podido cumprir a sua missão.

Os acontecimentos foram-se precipitando, com sucessivas acusações e protestos contra o Governo. Ocorrem movimentações revoltosas civis e militares em Lisboa, Almeirim e Covilhã, mas que redundam em fracasso. Neste contexto, terá sido o coronel Artur da Silva Ramos, chefe da Junta Militar do Norte, a sugerir e promover o avanço definitivo dos oficiais no sentido da restauração da Monarquia.

Enquanto se verificavam hesitações a sul, a 19 de Janeiro de 1919, com o apoio de contingentes de Infantaria 6 e 8, Cavalaria 9, Artilharia 5 e 6 e outras forças militares, é proclamada a Monarquia «na pessoa de El-Rei D. Manuel II» na varanda do edifício do Governo Civil do Porto. É, desde logo, nomeado um Governo Provisório, sob a presidência de Henrique de Paiva Couceiro, o eterno caudilho do restauracionismo realista (MADUREIRA, 2003:167).

Vários municípios do distrito portuense (e não só) aderem ao movimento. No dia 20, Fernando de Almeida Cardoso de Albuquerque, conde de Mangualde e recém-nomeado governador civil do Porto, envia um telegrama ao médico paredense António Cabral da Silva Torres, dando-lhe instruções para que tomasse posse imediata da Administração do Concelho de Paredes (AMP). Ocupava então o cargo, o major José Augusto Saraiva Júnior.

A Câmara Municipal de Paredes era já presidida e composta por monárquicos e conservadores, pelo que a sua franca adesão à proclamação realista fora feita com naturalidade. Belmiro Augusto de Oliveira manteve-se na presidência e o restante executivo sofreu poucas alterações. Dá-se a saída do vice-presidente José de Araújo Moreira Lopes, de Bitarães, substituindo-o no cargo António Francisco Branco, de Castelões de Cepeda.

Segue-se a transcrição integral da acta da magna sessão proclamatória:

«Aos vinte de Janeiro de mil novecentos e dezenove, n'esta vila de Paredes e Paços Municipaes achando-se reunido em grande número o povo d'este concelho, foram por este proclamados para fazer parte da Comissão Administrativa Municipal d'este concelho, os Excelentíssimos Senhores: - Comendador Belmiro Augusto d'Oliveira, António Francisco Branco, António Ferreira Pacheco Brandão, Alberto Lino d'Azeredo Lobo, António Maria Barbosa de Bessa, Manoel Ferreira Leal, José Joaquim Ferreira Gaspar, Manoel Martins Dias, Manoel Jorge da Costa, Manuel Martins Moreira, Arlindo Pinto de Meireles, Fortunato Coelho Pinto, Arnaldo Primo d'Oliveira e Arlindo da Costa Pinto, respectivamente efectivos e substitutos dos quais se achavam presentes os Excelentíssimos Senhores Comendador, Brandão, Lobo, Gaspar e Leal que logo prestaram juramento de fidelidade ao régimen agora restaurado e tomando em seguida a presidência o senhor Comendador fez a seguinte proclamação = Meus Senhores = Sinto-me verdadeiramente satisfeito por, no desempenho do cargo de presidente da Câmara Municipal de Paredes, vir perante Vossas Excelências testemunhar o meu grande respeito e admiração pela conduta nobre, leal e patriótica que o Exército e compatriotas nossos tomaram hontem na grande cidade do Porto. Portugueses de sempre, tendo como aspiração a dignidade e o progresso do seu paiz, vendo que a ruins normas obedeciam os processos governativos, resolveram commumente que a essa situação pervertida se pusesse termo e num ímpeto de Amor e dedicação pela Pátria, viessem solenemente, triunfantemente à luz do dia anunciar em público pela voz da Força do Direito e da Civilização que a Monarchia estava proclamada em Portugal, em nome da nossa dignidade social e em nome da nossa História as suas tradições gloriosas. Eu reproduzo n'estas palavras o espírito entusiasta que assistiu a um grande e sublime acto e para Vossas Excelências como bons e leais cidadãos eu apelo para que me acompanheis d'alma e coração, apoiando um viva à Monarchia que d'esta forma fica aqui proclamada. Viva a Pátria, Viva a Monarchia, Viva Sua Magestade El-Rei D. Manoel, Viva Paiva Couceiro, Viva o Exército Portuguez. Estes vivas foram entusiasticamente correspondidos hasteando-se em seguida a bandeira azul e branca que foi delirantemente aclamada. Em seguida foi resolvido reunir-se esta Comissão na próxima sexta-feira, vinte e quatro do corrente pela uma hora da tarde para deliberar sobre diversos assuntos de expediente que se acham pendentes. E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavrou esta acta que vae ser assignada por todos depois de lida por mim.»

Após a sessão, Belmiro de Oliveira endereça um telegrama ao governador civil do Porto, dizendo: «Informo V. Ex.cia que acaba de ser proclamada monarquia nesta vila tendo povo saudado entusiasticamente estas gloriosas instituições» (RCECMP, AMP).

Não há muitas outras indicações acerca da reacção local aos acontecimentos, mas sabemos, todavia, por testemunho de Ilissínio Duarte (VP, 30/07/2008) que a Banda de Música de Recarei desembarcou na estação de S. Bento entoando o «Hino da Carta».

No dia 24 de Janeiro, o executivo monárquico de Paredes reúne pela primeira vez de forma ordinária. A sessão principia pela formalidade do juramento de «fidelidade ao Rei, obediência à Carta Constitucional e à Junta Governativa do Reino» (Acta de 24/01/1919, AMP). A primeira determinação aprovada teve que ver com a moeda. Estabelecia-se que o preço dos códigos das posturas municipais seria «expresso em reis» e não em escudos.

Passou-se depois à leitura do expediente, merecendo destaque os telegramas circulares do governador civil do Porto.

Com base em radiogramas chegados de Lisboa, a autoridade distrital dizia estar «assegurado o triunfo da restauração monárquica» também na capital, facto que se provaria depois não corresponder manifestamente à verdade. Aliás, Aires de Ornelas, comandante das forças realistas bivacadas em Monsanto, apresentaria a rendição nesse mesmo dia.

Outra das decisões a merecer destaque prendeu-se com a data definida para as sessões camarárias. Expressava-se agora o respeito pelos feriados e dias santificados, o que não acontecia durante a vigência republicana.

Para a parte final da reunião, ficariam as naturais saudações à regência. O vogal Barbosa de Bessa afirmava sentir-se «perfeitamente bem por ver que ainda se encontram homens honrados e dignos de aplauso e nestas circunstâncias está a ilustre Junta Governativa do Reino, a qual apesar de todos os contratemplos tem seguido aquelas palavras proferidas pelo malgrado presidente senhor doutor Sidónio Pais que à hora em que estava a expirar disse: - Morro e morro bem. Salvem a Pátria sem distinção de instituições, e por

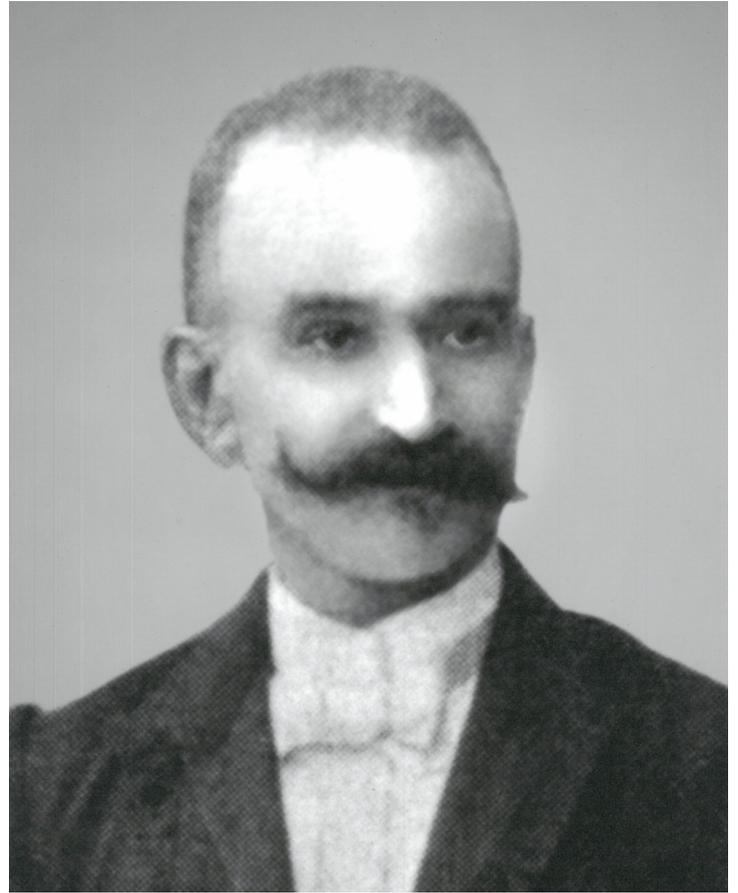


Figura 2 - Belmiro Augusto de Oliveira, presidente de Câmara durante os 25 dias da «Monarquia do Norte»

isso como a mencionada junta assim cumpriu o seu compromisso, propunha que se lhe telegrafasse saudando-a pela resolução tomada» (Acta de 24/01/1919, AMP). A proposta fora unanimemente aprovada e, em seguida, encerrada a sessão.

A segunda - e que seria também a última - sessão monárquica da Câmara Municipal de Paredes, teria lugar quinze dias depois, a 7 de Fevereiro. Entre outras deliberações, foi decidido solicitar ao Governo Civil um retrato do Rei D. Manuel II, para ser afixado na sala das sessões do município. A terminar, a aprovação de pagamento ao pároco de Castelões de Cepeda, P.e Marcelino da Conceição, pelas exéquias de Sidónio Pais.

Importa ainda acrescentar que, durante este período, as hostes monárquicas trataram de enclausurar no aljube do Porto alguns republicanos paredenses. Entre eles, Álvaro Pereira da Silva Carneiro, futuro director d'O Novo Paredense, e Álvaro do Nascimento, futuro administrador do concelho (O Novo Paredense, 23/03/1924).

Em inícios de Fevereiro, o poder monárquico do Porto via-se já perigosamente cercado pelos republicanos. Entre

as unidades militares e civis que conspiravam contra os couceiristas estavam Luís de Agatão Fayard (republicano histórico de Gondalães) e o tenente Djalme de Azevedo (MARTINS 2008:70-71).

A intentona realista caminhava previsivelmente para o fim. A partir de Lisboa, o Governo conseguia fazer com que a própria Guarda Real se submetesse às suas ordens, enquanto as forças da República iam avançando com facilidade e sem confrontos de maior (RAMOS 2001:528). No dia 13 de Fevereiro caía, por fim, aquela que seria a última tentativa de restauração monárquica da História de Portugal. Pela sua maior predominância na região norte do país, a este período de 25 dias de regência militar e política, se dera o nome de «Monarquia do Norte». Os republicanos parodiaram-na, rotulando os seus promotores e defensores de «trauliteiros» e a sua vigência governativa de «Traulitânia».

As bandeiras verde-rubras voltavam aos edifícios das Câmaras Municipais. Depois da «República Nova» sidonista e da «Monarquia» restaurada, regressava a República dos radicais, com forte influência dos democráticos de Afonso Costa. Entrava-se agora na «Nova República Velha».

São esses republicanos radicais que, regressados ao poder municipal, vão consagrar na toponímia paredense o dia do fim da «Traulitânia». O histórico republicano António Augusto Gonçalves de Carvalho, na altura já retirado de cargos públicos, solicitou a um vereador a mudança de designação da rua que tinha o seu nome (em frente ao edifício dos Paços do Concelho) para «13 de Fevereiro de 1919», o que foi aprovado. Na mesma sessão camarária, com data de 1 de Março, foi ainda deliberado «mandar colocar nos seus respectivos lugares as placas da designação das ruas e Avenida que a comissão cessante mandou substituir pelas



Figura 3 - António Augusto Gonçalves de Carvalho pediu que a rua que tinha o seu nome passasse a consagrar a data da queda da Monarquia do Norte

antigas, inutilizar os símbolos reais que a última comissão, indevidamente instalada, mandou colocar sobre os escudos (...)» e pedir contas das despesas das comissões paroquiais realizadas durante o «quarteirão» monárquico (Acta, 01/03/1919, AMP).

A rua «13 de Fevereiro de 1919» manteve essa designação até Junho de 1940, altura a partir da qual passou a chamar-se rua «Dr. José de Magalhães».

**O autor reserva-se o direito de não usar o Acordo Ortográfico.*

Bibliografia:

MADUREIRA, A. *A Questão Religiosa na I República: contribuições para uma autópsia*. Lisboa: Horizonte, 2004.

MARTINS, R. *A Monarquia do Norte*. Lisboa: Bonecos Rebeldes, 2008.

RAMOS, R. (coord.) *História de Portugal: A Segunda Fundação* (Vol. 6). Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

ROSAS, F. e ROLLO, M. F. (coord.) *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2009.

Periódicos:

A Voz Portucalense, 30/07/2008

O Novo Paredense, 23/03/1924

Siglas:

AMP – Arquivo Municipal de Paredes

RCECMP – Registo de Correspondência Expedida da Câmara Municipal de Paredes

O CONCELHO DE PAREDES E AS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

Maria Antónia Silva, Arqueóloga



1. Nós e o Património Arqueológico

As localidades encerram em si um conjunto de acontecimentos e pontos de referência que nos ligam às origens. O recurso aos métodos e técnicas de investigação em Ciências Sociais e Humanas, designadamente nas áreas da Arqueologia, História e Património, aplicadas a uma localidade, permite-nos encontrar a melhor forma de identificar o processo evolutivo da ocupação humana de um território.

Como técnica superior de Arqueologia do Município de Paredes tem surgido a oportunidade de colaborar e contribuir na descoberta da diversidade de abordagens culturais, nas potencialidades do conhecimento do concelho, na construção de memórias do nosso passado e, sobretudo, como conhecê-lo e dar a conhecer.

Na verdade, quando compreendemos a realidade que nos rodeia, consciencializamo-nos da nossa identidade cultural, sentimo-nos pertença do lugar e estabelecemos de forma ativa uma ligação entre o

passado e o presente, sentimo-nos, por conseguinte, uma continuidade.

Atualmente, as nossas origens encontram-se materializadas nos vestígios arqueológicos que assumem uma dimensão material através do património Arqueológico, a partir do qual poderemos aproximarmo-nos do passado, olhando-o, interpretando-o e tocando-o. Para que produza esse efeito, torna-se imperativo que a comunidade local reconheça esse património arqueológico, porque pela sua especificidade encontra-se, na maior parte das vezes, oculto na paisagem, não sendo reconhecido pela maioria das populações que com ele coabitam.

Deste modo, se consideramos que os valores patrimoniais assentam nos “monumentos”, cuja palavra deriva do verbo latino “*monere*” que significa «lembrar», somos, portanto, chamados à responsabilidade de conhecer e dar a conhecer os monumentos que testemunham o passado e

as raízes históricas e culturais do nosso território.

No concelho de Paredes, os vestígios arqueológicos podem não ter uma dimensão de “monumentalização”, mas são sempre testemunhos culturais da presença humana, com interesse científico, que nos ligam a um passado longínquo, memória que o arqueólogo recupera no tempo. Efetivamente, esse tempo pode ser ontem, mas nesta abordagem centramo-nos nas evidências arqueológicas mais antigas, até agora identificadas, isto é, da Pré-história à Romanização.

2. As evidências arqueológicas do concelho de Paredes e a linha do tempo

A consulta das fontes documentais, bibliográficas e cartográficas; a realização de trabalhos de prospeção, acompanhamento arqueológico e, pontualmente, escavação arqueológica permitiu-nos identificar e inventariar sítios arqueológicos que nos permitiram construir uma linha do tempo, com cerca de seis mil anos, para a ocupação do território do concelho de Paredes.

Deste modo, o atual inventário, ainda longe de estar completo, reúne os elementos que já eram noticiados, embora não localizados com precisão, assim como novos registos, incluindo achados fortuitos.

Assim, as primeiras evidências da presença humana remetem-nos para as comunidades agro-pastoris, que se sedentarizaram e se fixaram, durante o período do Neolítico. Apesar de ainda não termos identificado os seus habitats, são testemunho os monumentos megalíticos, o mesmo será dizer, os seus monumentos funerários, também conhecidos por antas ou dólmenes. Estas câmaras funerárias compostas por grandes esteios, eram cobertas por terra e pequenas pedras, formando um montículo artificial que se evidenciava na paisagem, o qual se designa por “mamoas”. Deste tipo de monumento destacamos o Dólmen do Padrão, em Baltar, conhecido desde os anos 30 do século passado (CORRÊA 1930, CRUZ, GONÇALVES 1994), cujas pinturas rupestres patentes nos seus esteios, o projetaram no meio científico nacional e internacional. Ainda podemos observar, na freguesia de Baltar, a Mamoas de Ramos, com uns túmulos de dimensões significativas. Em Aguiar de Sousa conhece-se a Mamoas de Brandião, profundamente vandalizada no passado, cuja referência toponímica encontramos na documentação medieval, (JORGE 1982). Após trabalhos arqueológicos de limpeza, este sítio arqueológico encontra-se musealizado e preparado como recurso pedagógico-didático (SILVA

2005). Os trabalhos de prospeção registaram, ainda, mais duas Mamoas na freguesia de Vandoma, a de Trevoares e a de Moinhos (PDMP 2014).

Ainda no campo das práticas de enterramento pré-históricas, anotámos o achado da sepultura da Coca, na freguesia de Cete, que nos revela uma evolução cultural das comunidades, nas práticas e rituais religiosos e funerários (JORGE, SANCHES, JORGE 1988-1989).



As evidências arqueológicas correspondentes a locais de habitação surgem-nos no período da Idade do Bronze à Idade do Ferro, manifestas numa ocupação de pontos altos, com condições naturais de defesa e controlo visual, conhecidos como Castros e, conseqüentemente, Cultura Castreja. Não obstante, ainda não ter havido escavações arqueológicas, a geomorfologia dos sítios associada aos achados de superfície

permitiu-nos identificar nove castros, alguns deles com provável ocupação de longa duração. Na serra de Santiago identificou-se um povoado fortificado cujas evidências, tais como fragmentos cerâmicos e um machado de pedra polida, apontam para uma ocupação durante a Idade do Bronze. O achado de uma ponta de lança de bronze, nos finais da década de 50, do século



XX, na Gralheira, Baltar, nas imediações do Castro do Muro de Vandoma testemunha o conhecimento e domínio da prática metalúrgica (SILVA, M. A. D. et al 2018). O carro votivo encontrado em Vilela, nos anos 40 do século passado, é uma

peça de bronze, extraordinariamente trabalhada, representando valores simbólicos e ritualistas, tornando-se numa importante evidência arqueológica de práticas religiosas e votivas de origem celtibera (CARDOZO 1946, CUADRADO 1955, SILVA 1986).

Porém, noutros castros a recolha de fragmentos de tégula, imbrices e cerâmica comum doméstica revelam que foram intensamente romanizados, como é o caso do Castro de Cristelo, enquanto o Castro do Muro de Vandoma evidencia uma muralha com cerca de quatro



quilómetros de perímetro por três de largura, cujos achados de superfície revelam uma ocupação desde o Bronze Final até à Idade Média (SILVA 1963, SILVA 1966, SILVA 1994, SILVA, RIBEIRO 2001c).

A partir do século II a.C., com a conquista da Península Ibérica pelos romanos, o território será alvo de um reordenamento do povoamento, bem como de um processo de aculturação, com consequentes alterações socioeconómicas, políticas e religiosas.

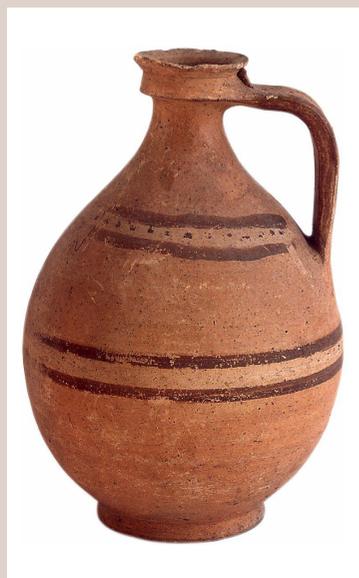
O interesse na expansão territorial do Império Romano e a busca de riqueza conduziram os romanos às jazidas auríferas de Castromil, Serra da Quinta, Banjas, Santa Iria, Facho e Pias, nas freguesias da Sobreira e Aguiar de Sousa, onde a intensiva mineração do ouro, a céu aberto e subterrânea ficou visível nas numerosas cortas, poços e galerias perfazendo cerca de duas centenas de sítios, entretanto, identificados (LIMA et al. 2011a, LIMA et al. 2011b, LIMA et al. 2011c).

Nesta altura, emergem novos e distintos aglomerados populacionais, de origem romana, as populações deslocam-se para áreas abertas, de baixa altitude e

surtem novas tipologias de povoamento, com destaque para as propriedades agrícolas e suas edificações, designadas por villae. Associado aos trabalhos mineiros de origem romana recensearam-se três sítios arqueológicos identificados como povoados/oficinas, onde aparecem à superfície mós rotativas, apiladores, cerâmica doméstica comum, sigillata, cerâmica de construção (tégulas e imbreces), lucernas e moedas de Augusto e de Constantino (SOEIRO 1984, SILVA, FÉLIX 2008).

De acordo com os achados e referências bibliográficas podemos imaginar o atual território de Paredes densamente ocupado por população romana e/ou romanizada. Apesar de não podermos afirmar de forma perentória, estamos em crer que podemos apontar para a existência de uma villa, na freguesia de Parada de Todeia (CORRÊA 1923-1924) e outra no lugar da Valdeira, freguesia de Sobreira (AA.VV. 2018).

Como prova de concentração populacional, durante os primeiros séculos da nossa Era, é o número de necrópoles romanas, até agora identificadas, que se distribuem pelo nosso território de norte a sul do concelho, designadamente em Baltar (SOEIRO, 1988/89, SILVA e RIBEIRO 2000), Mouriz (SOEIRO 1988/89), Parada de Todeia (CORRÊA, 1923/24; SOEIRO 1985/86), Vandoma



(SILVA 1992) e Sobreira (AA.VV. 2018). Com a identificação e o estudo destes antigos locais de enterramento ficamos a conhecer melhor as suas práticas funerárias, assim como os hábitos e usos e costumes do dia-a-dia, através da diversidade dos objetos que se recuperaram, tais como, jarros, bilhas, tigelas, pratos, de cerâmica, objetos de adorno, entre outros. Dois pequenos

altares de granito – as Aras de Santa Comba – na freguesia de Sobreira, considerados por uns como altares votivos e por outros altares funerários, testemunham a religiosidade e reforçam a forte romanização, neste território (VASCONCELLOS 1921-1922, TRANOY 1977, SILVA 1986, REDENTOR 2011).

Estes lugares de memória, por vezes impercetíveis ao comum do cidadão, bem como os artefactos produzidos e



pelo Homem, devem ser conservados para a preservação da nossa identidade.

3. Notas finais

O Município de Paredes enquanto importante orgânica na administração e organização do território, tem como função promover ações para identificar, proteger, valorizar, divulgar e difundir os valores simbólicos e identitários do seu território. A realização de exposições com as peças arqueológicas e visitas orientadas aos sítios, com carácter turístico cultural, mas, também, com carácter pedagógico, poderão ser meios para dar a conhecer à população a história do seu lugar e a importância dos vestígios arqueológicos. Deste modo, ao conhecermos quem somos, de onde vimos e para onde vamos faz-nos sentir herdeiros de um passado e responsáveis pela conservação, proteção e valorização dos valores culturais.

Bibliografia:

AA.VV. (2018) – *Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto. Estudos prévios*. Porto: Associação de Municípios do Parque das Serras do Porto. P. 209 – 211.

CARDOZO, M. (1946) – Carrito votivo de bronze, del Museu de Guimarães (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Instituto Diego Velázquez. n. 62, 28p.

CORRÊA, A. A. M. (1923-1924) – A necrópole de Parada de Todeia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Vol. XXVI, p.1-16

CORRÊA, A. A. M. (1930) – O Dólmen do Padrão (Vandoma). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Vol. XXVII, p.1-11

CRUZ, D. J., GONÇALVES, A. A. H. B. (1994) – Novas pinturas no Dólmen do Padão (Baltar, Paredes, Porto). In *Actas do Seminário O Megalitismo no Centro de Portugal*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, 1994. p.383-393

CUADRADO, E (1955) - El Carro Ibérico III Congreso Nacional de Arqueología (Espanha), p.116-134

JORGE, V. M. O. (1982) – *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1982. Dissertação de Mestrado

JORGE, V. O., SANCHES, M. J., JORGE, S. O. (1988-1989) – Nótula sobre dois vasos pré-históricos encontrados em Coca (Paredes). *Portugália*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1988/1989. Nova Série – Vol. IX-X.

LIMA, A; FÉLIX, N.; DIAS, A.; SILVA, M. A. (2011a) - Mineração Romana no Concelho de Paredes (Portugal). In. *Actas del quinto Congreso Internacional sobre Minería y Metalurgia Históricas en el Suroeste Europeo* (León-2008). León: SEDPGYM, p. 463-470

LIMA, A.; MATIAS RODRÍGUEZ, R. FÉLIX, N.; SILVA, M.A. (2011b) - A Mineração Romana de ouro no Município de Paredes: o exemplo da Serra de Santa Iria e Serra das Banjas. In. *Actas do VI Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu* (Vila Velha do Ródão - 2010). Abrantes, p. 125-142

LIMA, A.; MATIAS RODRÍGUEZ, R.; FÉLIX, N.; SILVA, M.A. (2011c) - Contribuição para o estudo da mineração romana de ouro na Serra das Banjas. In: MÁRTINS, C. M. B.; BETENCOURT, A. M. S.; MARTINS, J. I. F. P.; CARVALHO, J. (Coord) - *Povoamento e exploração dos recursos mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. Braga: CITEM/APEQ.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL. *Dossier de património*. Paredes. 2014

REDENTOR, A. (2011) – *A cultura epigráfica no conventos Bracaraugustanus: percursos pela sociedade brácara da época romana*. Coimbra: FLUC. 2Vol. (Dissertação de Doutoramento).

SILVA, A. C. F. (1986) – *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 1986.

SILVA, A. C. F. (1994) – Origens do Porto. *História do Porto*. Porto: Porto Editora, p.46-117.

SILVA, J. (1966) – Os recintos fortificados e a cultura castreja. *Lycerna*. Porto. Vol. V, p.1-11 (Separata)

SILVA, M. A. (1992) – A Necrópole de Vandoma – Concelho de Paredes. *Revista de Ciências Históricas*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Vol. VII, p.7-14 (Separata)

SILVA, M. A., FÉLIX, N. (2008) – Mineração Romana no Concelho de Paredes. *Actas do I Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa. Oppidum*, Número especial. Lousada: Câmara Municipal de Lousada. p. 67-81.

SILVA, M. A., RIBEIRO, F. (2000) - *Necrópole Romana do Calvário [Peneiração das terras revolvidas]*. Baltar -Paredes. Relatório Final. Texto dactilografado.

SILVA, M. A., RIBEIRO, F. (2001) - *Trabalho Arqueológico [Identificação da Muralha] e Topográfico no Castro do Muro de Vandoma*. Baltar/Vandoma - Paredes. Relatório Final. Texto dactilografado.

SILVA, M.A.D., et al (2018) – Archaeometalurgical analysis and archaeological contextualization of a bronze spearhead from Gralheira (Muro mountain range, Baltar, Paredes, North Portugal). In *atas: Arqueología en el valle del Duero*. Del Paleolítico a la Edad Media.6. Porto. Valladolid: Glyphos Publicaciones. P.204-213

SOEIRO, T. (1985-1986) – Contribuição para o Inventário Arqueológico do Concelho de Paredes (Porto). *Portugália*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova Série – Vol. VI-VII, p. 107-115.

SOEIRO, T. (1988-1989) – Contribuição para o Inventário Arqueológico do Concelho de Paredes (Porto). *Portugália*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova Série – Vol. IX-X, p. 109-111.

SOEIRO, T. (1984) – Monte Mózinho - Apontamentos Sobre a Ocupação entre Sousa e Tâmega em Época Romana. *Penafiel - Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel. 3ª Ser., 1, p. 108-121.

TRANOY, A. (1977) – A Propos des «Callaeci» de Pline: Epigraphie et Peuplement. *Bracara Augusta*. Braga. Vol. XXXI, 1977

VASCONCELLOS, J. L. (1921-1922) – Inscrição Romana de Santa Comba (Paredes). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Vol. XXV, p.248-249

“LINHA D’OURO”

Rui Guedes, Escritor
Nélson Melo, Ilustrador

Passavam poucos minutos das dezassete horas quando a professora Maria Antónia chegou à estação de Paredes. Mantinha a esperança de chegar ao local pretendido ainda com a luz do dia. Desceu à plataforma e agarrou as duas malas no interior do comboio, pousadas junto à porta da carruagem. Ajeitou o vestido comprido e o casaco de malha azul, sentindo a brisa fresca que os dias de setembro costumam trazer. Abandonou a estação e procurou um táxi. Não foi difícil a escolha pois, àquela hora, só um velho Opel e o seu motorista estavam disponíveis. Dirigiu-se até ela e segurou nas malas, carregando-as e arrumando-as na bagageira previamente aberta. Abriu a porta e indicou à jovem professora o lugar para se sentar, fechando-a de seguida para dar a volta ao automóvel e ocupar o lugar do condutor. – Então para onde é a ida, menina? – Perguntou-lhe, rodando a chave na ignição. – Para Castromil! – Respondeu a professora Maria Antónia, olhando para os braços e sacudindo com as mãos alguns pêlos agarrados à malha do casaco. Depois de um breve silêncio, o motorista rodou subitamente a cabeça e pousou o braço direito sobre o encosto do banco. – Para onde?

Há muito que se tornara habitual ver o Sr. Abel andar à volta das plantas e das árvores que nasciam no terreno junto ao caminho que levava à estrada principal. Acreditava que as espécies semeadas, regadas, enxertadas e cuidadas eram o futuro do mundo ou, pelo menos, do seu mundo. Ao invés da sua rotina diária, esperava sentado no muro de pedra pela professora há muito aguardada no lugar onde se acabara de erigir a escola primária. Levantou-se e começou a tocar na roseira brava que saltava por cima do muro, acariciando os rebentos avermelhados e evitando tocar nos espinhos que os protegiam. Escutou finalmente o ruidoso motor do velho Opel, antes de o ver surgir depois da curva. Aproximou-se do local onde estacionara e abriu a porta do banco traseiro. – Menina Maria Antónia? – Sim, sou eu! – Sou Abel. Bem-vinda a Castromil! Julguei já não a ver hoje! – A jovem recém-chegada explicou-lhe, a caminho da casa onde ficaria alojada, as incidências ocorridas quando

da sua chegada à estação de Paredes, estranhando desde logo por que desconhecia o motorista aquele lugar e o tempo que demorou a descobri-lo. O Sr. Abel misturava sorrisos com apreensão, dizendo-lhe que aguardava a sua vinda no comboio até à estação de Recarei-Sobreira. A professora surpreendeu-se ao descobrir que havia uma estação ali tão perto, distando apenas uns oitocentos metros do portão onde se detiveram.

Fora da pequena casa de pedra existe um quinteiro onde se juntam a água da chuva nos dias de inverno, a poeira nascida nas tardes abrasadoras de verão e os latidos do rafeiro preso pela coleira ao grilhão de ferro pregado na casota. Lá dentro, debaixo do teto de colmo sobre as traves de madeira, dormem três irmãos abraçados sob os lençóis listados de flanela e a velha manta de retalhos. O sol ainda não nasceu, mas já cheira ao pó misturado com água dentro da cafeteira amassada sobre a chapa de ferro do fogão a lenha, aceso desde a madrugada e prestes a servir o líquido ao qual o Avô, insistentemente, vai dando o nome de café. Os pedaços de pão do dia anterior são deixados sobre a toalha, junto aos copos que servem todas as refeições. Afinal de contas, o importante é que o líquido chegue às bocas quente, frio ou morno, consoante as circunstâncias dos dias que, para quem pouco ou quase nada tem, sabem sempre a côdea dura e a borra de café. Já acordados, lavam a cara na pia de esmalte pousada no metal que serve de toalheiro. A roupa cai-lhes sobre o corpo, o mesmo corpo e a mesma roupa todos os dias. Comem sofregamente e agarram as sacolas de lona preparadas antecipadamente pelo Avô. Saem de casa e atravessam o quinteiro até ao portão. Voltam-se e acenam na direcção do velho espreitando pelo postigo da porta de madeira: “Encontrem o brilho, e brilhem...” – Pensava o avô enquanto afagava a cabeça do cão seguro pelas patas no peitoril da janela. É o primeiro dia de escola para o Tomás, para a Bruna e para a Francisca.

O Avô havia servido na segunda guerra, lá num país do norte da Europa, combatendo a tirania e aqueles que, à custa dos que tombavam, recolhiam o ouro dos seus corpos ainda quentes e o vendiam, estabelecendo-se e enriquecendo sem vergonha que os despojasse. Para

ele, da terra brotava a riqueza maior que um homem poderia ter: o fruto da lavoura e o ouro retirado das covas profundas onde mergulhara mal terminara o conflito. Regressou com a riqueza que tinha levado, juntando-lhe a menina de olhar doce e cabelo dourado que um dia casaria e lhe daria, finalmente, o seu verdadeiro tesouro: os seus netos. Voltara para o seu país e procurou o lugar de Castromil para morar. Ouvira dizer, durante as campanhas

militares e na escuridão das minas, que fora um local de exploração aurífera durante as invasões romanas, e que haveria algures umas covas abandonadas onde encontraria o precioso metal. Procurou durante anos, mas o único metal encontrado foi aquele que pendia na ponta do cabo de madeira, enxada e gadoalha preciosa para o ganha-pão nos dias que se seguiriam. A filha casou e deixou-lhe os três netos para cuidar,



tudo por lhe haver sido dito que, lá no país para onde emigraria com o seu marido, não lhes eram permitidas as crianças embrulhadas em vestes domingueiras naquele dia junto à plataforma de embarque. Trazia no peito a vontade de ter três filhos. A fortuna não lhos concedeu, mas a ventura de uma filha sã permitiu-lhe os três netos e a vontade expressa de lhes atribuir uns nomes aprendidos nas terras onde a neve não derrete. Por ser a sua alma gémea, e por ter sido o primeiro, deram-lhe o nome de Tomás. O segundo filho calhou-lhes uma menina de cabelo cor de fogo: Bruna, como se passaria a chamar. Quando já nada o fazia prever, e de uma tarde de descanso e carícias junto ao Rio Sousa, brotou o espírito livre encarnado na agilidade, destreza e vivacidade da pequena Francisca.

Depois de sair de casa do Sr. Abel, onde ficara instalada no pequeno quarto que lhe fora destinado por preceito da sua função, e antes da hora prevista para o início das aulas, a professora Maria Antónia já se encontrava na escola. Tinha aberto as portas e janelas do edifício de pedra, fechado durante os meses de Verão e acumulando os odores próprios de uma casa sem lida e sem vida. Pousou a pasta de couro sobre a secretária e, de seguida, encaminhou-se para as escrivaninhas de madeira onde se sentariam os seus alunos. Sobre elas deixou pousado o material que os acompanharia durante os próximos períodos letivos: três sebentas negras e três lápis de carvão. Aqueles três irmãos que haviam atravessado o quinteiro de terra e cruzado o portão, dirigindo-se agora para a escola, eram os seus únicos alunos. Cedo aprenderam as regras e o comportamento devido, tal como as tarefas de limpeza, manutenção e conservação do edifício que lhes foram atribuídas e que teriam lugar após o final do tempo de aulas. Sob a supervisão da professora, tudo era arrumado e acondicionado no devido lugar. As escrivaninhas e a secretária eram limpas diariamente e, todas as sextas-feiras, era esfregado o soalho de madeira com água e sabão rosa. Tudo se podia limpar e em quase tudo se podia tocar, exceto no pequeno baú pousado em cima de uma mó gasta de granito, fechado com a chave guardada dentro da gaveta da professora. Nele encerrado, o que havia sobrado de um passado que não mais voltaria, restando a memória e os instrumentos que em momento algum seriam usados: um martelo, um pico, cunhas metálicas e de madeira, uma bateia e uma pequena lucerna, sequiosa da porção de azeite suficiente para a incandescer.

Quando a professora Maria Antónia pediu à Francisca que lhe fosse buscar a bolsa dos lápis pousada sobre a sua secretária, jamais recordara a gaveta aberta e o molho de chaves que a ténue luz entrada pela janela fazia brilhar. Juntamente com o porta-lápis trazido para debaixo do telheiro onde decorria a aula de desenho, o tilintar abafado pela fralda da blusa enrolada na saia, escondendo o molho prateado e a curiosidade própria da menina que sussurrava ao ouvido dos outros dois irmãos mal terminou o dia. Encostados ao muro da escola, aguardavam o momento certo para regressar ao seu interior através da janela deixada encostada propositadamente. Bastaria que a professora Maria Antónia saísse pelo portão e caminhasse em direcção à casa do Sr. Abel, certa que o dia terminara como tantos outros e nada mais relacionado com assuntos da escola lhe invadisse o pensamento, e sem que as três crianças encostadas ao muro àquela hora lhe causasse estranheza. Assim que o Tomás pousou os pés no soalho, um ligeiro arrepio percorreu-lhe o corpo esguio, esquecendo por momentos uma secretária sem professora e as duas irmãs aguardando impacientemente que a porta das traseiras se abrisse. O som do ferrolho fê-las empurrar a porta, encontrando-se finalmente juntos na escuridão de uma sala de aula e dentro de um segredo prestes a ser desvendado.

Deitados sobre o colchão de palha, os três irmãos falavam entre si e tentavam entender a riqueza escondida num baú sobre uma mó gasta de granito. A Bruna passava a mão ao de leve sobre o lençol e perguntava que objetos eram aqueles votados ao esquecimento, guardados na arca de madeira ao canto da sala de aulas, esquecendo por momentos que as paredes de casa eram feitas de silêncio e que, sentado na cadeira de baloiço junto à lareira, um velho homem de barba e cabelos brancos fingia um sono que o instinto do rafeiro enroscado aos seus pés não conseguia farejar. Mal adormeceram, o Avô pegou na saia da Francisca e agitou-a num brusco movimento, saltando do emaranhado de tecido o pequeno molho de chaves que caiu ao chão. Tirou a sebenta negra e o lápis de dentro da sacola do Tomás, abrindo-a sobre a mesa e escrevendo de seguida “Encontrem o brilho, e brilhem...”, ficando a ponta de carvão pousada sobre o último ponto das reticências. Vestiu o casaco, enfiou uma vasilha de barro com azeite dentro do bernal e agarrou na trela, prendendo-a à coleira do rafeiro. Abriu a porta, olhou uma última vez para a cama onde dormiam os seus netos e saiu, atravessando o quinteiro até ao portão.

No tempo que seguiu, muitos acorreram a Castromil para se inteirarem da notícia que abalara a freguesia da Sobreira. Uma aurora indecifrável arrastara o Avô e não mais o trouxera, assim como o rafeiro levado pela trela e o baú subtraído à mó gasta de granito na sala de aula.

O Sr. Abel sugerira que a professora Maria Antónia tomasse as providências necessárias para enviar as crianças para junto dos pais, poupando-os ao frenesim da presença dos agentes da autoridade na aldeia. A jovem professora assim o faria, mas entendia que deveriam aguardar pelo resultado das buscas iniciadas para encontrar o seu Avô. Aproveitou para informar o Sr. Abel da sua intenção de cuidar dos pequenos até ao final do ano letivo. Os pais haviam sido contactados e revelado ser-lhes impossível abandonar o país onde estavam emigrados, assim como necessitariam do tempo devido para economizar o suficiente para a viagem. Apesar da relutância inicial, o Sr. Abel aceitou albergar os três irmãos numa divisão contígua ao quarto onde estava instalada a professora Maria Antónia, que deles cuidou como se seus fossem, instruindo-os e incentivando-os para as coisas do ler e aprender até ao dia em que escutou o ruidoso motor do velho Opel antes de o ver surgir depois da curva, levando o Tomás, a Bruna e a Francisca até à plataforma onde se despediram, e onde o apito saído da cabine do maquinista os fez julgar não mais se encontrar.

Quando as máquinas irromperam pelo mato, despejando a terra removida dos terrenos encostados à linha do caminho-de-ferro, foi como se um trovão esperado caísse sobre o lugar de Castromil. Era há muito previsto aquele dia, desde que fora iniciada a obra de duplicação da Linha do Douro e a consequente renovação da estação de Recarei - Sobreira. Escolheram uns montes junto aos campos de cultivo para acumular os sedimentos trazidos pelos camiões.

A empreitada era orientada por uma jovem engenheira, destacando-se entre os restantes operários pela agilidade, destreza e vivacidade com que distribuía as tarefas e supervisionava os afazeres. Assim que solicitada, deslocava-se ao gabinete da arquiteta responsável pela obra para receber as indicações necessárias e contemplar as madeixas cor de fogo debaixo do capacete branco de plástico. Pela janela do quarto, uma mulher vislumbrava todo aquele movimento, prendendo o cabelo branco com uns finos ganchos de metal. Meneava a cabeça e recordava a azáfama do súbito desaparecimento de um velho homem, muitos anos antes, quando fora professora.

Levou as mãos à cara quando a lagarta da giratória se afundou na terra que acabara de ruir, surgindo uma cavidade no solo a sugerir a entrada de uma gruta. A engenheira aproximou-se apressadamente e ordenou que parassem os trabalhos, espreitando para o poço a céu aberto destapado pela saída da máquina.

Apontando uma lanterna para o fundo escuro, iluminou-se uma ampla galeria e a ideia de quem lá poderia descer. O espeleólogo prendeu a corda ao arnês e ajeitou o foco de luz do capacete.

Desceu esguio pela entrada do poço e desapareceu, fundindo-se como alma gémea na escuridão e pousando as botas sobre o chão lamacento da mina. Antes de avançar, sentiu a ponta das cordas que caíam a seus pés e o ruído dos dois corpos que desciam para se juntarem a si. Seguiam os três ao longo da passagem estreita, recordando a sensação vivida anos antes, encostados ao muro da escola aguardando o momento certo para invadir a sala de aula.

Depois de uma curta caminhada, alcançaram uma galeria ampla e verificaram que ali terminava o túnel. Apontando as lanternas na mesma direção, descobriram o que parecia ter sido um baú de madeira, sobrando apenas a sua ferragem e uma ou outra ripa podre. Encostado a ele, cunhas metálicas e de madeira e uma bateia. Num orifício da parede pendia uma pequena lucerna, sequiosa da porção de azeite que a vasilha vazia não permitia incandescer. Mais à frente, um corpo sem pele e músculos sentado no chão, de cabeça voltada para o teto da cavidade com o martelo pousado sobre a mão despida. Uma coleira envolvia as ossadas enroscadas aos seus pés, farejando o bernal vazio desfeito pela humidade.

Quando os olhos se encheram de luz, um ligeiro clarão iluminou a galeria e os seus rostos de espanto.

No ponto mais alto da mina, pepitas reluzentes desenhavam a frase dita à saída para a escola e deixada escrita num caderno sobre a mesa.

No lugar de Castromil ainda se pode entrar pela cavidade do solo e avançar pela passagem estreita até à ampla galeria. Na altura certa, apontando as lanternas para o teto, vêem-se as letras gravadas a ouro que nos dizem: "Encontrem o brilho, e brilhem...", firmes como o sonho de três pequenos irmãos e como a ponta do pico cravada sobre o último ponto das reticências.

“LIVROS, UMA PAIXÃO”

Donzília Martins, Licenciada em História

“Ama como a estrada”.

É este poema de Mário Cesariny um dos mais pequenos poemas da literatura portuguesa.

Contudo, o mais pequeno de todos, que eu conheço, é do grande poeta Fernando Pessoa: “**Eu quero. E tu?**”

Destes dois, pequenos grandes poemas, podíamos partir para um romance infinito, para a maior e mais bela lição de vida, para um caminho sem paredes, para um céu sem limites, para um rio sem margens, para uma estrada de volta ao mundo e até, imaginem, se podia viajar numa nave espacial e ir incendiar as estrelas a fim de nelas se acenderem as palavras.

Pois é isto que os livros nos transmitem: Criação.

“**Viver não é necessário. Necessário é criar**”, citei de novo Pessoa.

Hoje proponho-me criar (quem sou eu para criar), um pequeno conto, com palavras de livros feitas de folhas lisas, brancas, macias, espalhadas à toa em cima da mesa.

Serão elas, as folhas, o pulmão que respira, dando ar a quem só tem um, o coração que palpita a quem vive no sonho, as pernas que fazem caminhos, os braços que serão asas, as estradas que não têm fim, as casas plantadas em qualquer parte, porque há sempre uma esquina, uma porta, uma janela em cada livro que se abre, ou o autor pretende abrir. Uma janela aberta para o mundo.

E por que escolhi hoje ser livro?

Porque a eles tudo devo, porque sem eles não estariam aqui as minhas palavras, as minhas emoções, os meus sentimentos ou a minha alma, nem o meu sonho de pensar que também posso criar laços, ligando-me a vós, amigos criadores e leitores.

Assim começa: Um dia, numa casa em Trás-os-Montes, vivia uma mulher que não sabia ler, só lia letras “redondas” como ela dizia, mas que adorava livros.

Era a mulher mais séria do mundo, mas se visse um livro ou uma folha de papel escrito em qualquer lado perdido, pegava.

Era uma paixão.

Bastava-lhe olhar para ler o que lá dizia!

Pouco lia, mas adivinhava e, na sua imaginação de querer e no desgosto de não saber, criava histórias e contos a partir das palavras que não sabiam falar, nem tão pouco comunicar com ela.

Mas as letras estavam lá. Ela sabia, porque as “redondas” lia, só não entendia a sua linguagem. Então criava, dando-lhes vida.

E quem eram os receptores?

Os seus netos, em especial a neta mais velha, a quem ela aquecia, em todas as noites de inverno, a camisa de flanela às florinhas e que fazia balão na chama da lareira.

Um dia a menina fez uma pergunta:

- Ó avó por que é que a gente se despe à noite, se tem de voltar a vestir-se de manhã?

A avó, que era uma mulher corajosa e muito trabalhadeira, achou que aquela pergunta era de criança preguiçosa e tratou logo de inventar histórias de diligência para que o trabalho e a vontade forte criassem raízes no coração da menina, fingindo que lia.

Foi assim que através de contos imaginários, fez nascer um grande amor pelos livros. Uma noite muito fria de Inverno, a avó contou sonhos de encantar, até a neta adormecer.

No sonho da menina apareceu um livro, como se fora uma fada que falava e que em cada noite vinha dialogar



com ela.

As manhãs nasciam frias, mas o sonho continuava no
quentinho dos lençóis de linho fabricados lá em casa.

- Olá, eu sou um livro com corpo e alma. Se quiseres,

podes brincar comigo.

A menina soergueu-se. O lugar da avó estava vazio.

Já tinha abalado com a madrugada para o campo. Fora

regar, ou apanhar figos que, depois de secos, seriam o mata-bicho dos trabalhadores. Eram estendidos em tabuleiros com palha, postos a secar ao sol.

Quando o tempo virava chuva, aquecia o forno que havia lá no prédio (campo) e punha-os aí para acabarem de secar.

Outras vezes ia ripar a flor do trevo para a abada do avental, cuja semente, depois lançada à terra, se transformaria em nova planta verde e flor lilás e não em rosas como as moedas da rainha santa.

A menina ficava só com o seu livro imaginário por companhia. Ainda não sabia ler, mas imaginava, folheando. Acariciava-lhe as folhas macias, a pele morna e inventava-lhe a voz das palavras partilhadas, com a tira de sol que pela janela entrava e se deitava no chão. Saltava da cama e sentava-se no raio de luz. E os três brincavam.

Quando o sol fugia e as gotas de chuva fustigavam a janela, eram os rios de água que por ela escorriam que entravam no quarto para a afagar.

O orvalho ria, as paredes cantavam e a menina sonhava.

As barras da cama de ferro, em volúpias harmoniosas, faziam canções e poemas, orquestrados pela queijeira de pauta musical, pendurado nas ripas do teto e pelos cobertores dobrados no caibro e pelo livro que ele segurava na mão, no colo e no coração.

Tão musicais os sons que lhe entravam na alma! Por baixo do soalho, na loja, o reco ouvia e também sorria: rom, rom, cué, cué...

A manhã subia. Na companhia do livro, fazia garatujas, numa folha de papel amarelecido, com um lápis de carpinteiro que o pai tirara de trás da orelha e lhe dera para ela desenhar.

Pelas dez horas a avó chegava. Abria de mansinho a porta do quarto que deixara fechada à chave, pensando que a menina, que ainda não chegava ao

trinco da porta, ainda dormia.

Sorria.

A magia acabava de deixar entrar o amor.

A menina lavava-se no lavatório de esmalte azul ao canto do quarto e vestia-se.

- Também quero ir contigo, dizia-lhe o livro agarrado às saias.

- Anda, dizia-lhe ela num sorriso cúmplice.

Na cozinha comia o caldo de cebola que a avó deixara pronto antes de abalar.

Que cheirinho! Que delícia!

Também havia o leite da vaca taurina lá de casa que abastecia os ricos da vila.

Os livros a sério só lhe vieram fazer companhia mais tarde, quando na escola aprendeu a ler.

Alguns anos depois consolava-se de quinze em quinze dias quando ia à praça trazer da biblioteca Gulbenkian uma pilha de livros.

No meio deles, à conversa, perdia a noção do tempo. Voava nas nuvens.

Então a avó chamava:

- Apaga o candeeiro que estás a gastar muito petróleo.

A menina baixava a luz, metia os livros debaixo do cobertor de lã, partilhava os sonhos com o livro, e no silêncio ciciava-lha baixinho:

- Espera por mim, volto já. Não vás embora, nem te feches.

O livro sorria por ter assim uma amiga tão fiel.

- Vai. Sempre estarei à tua espera em qualquer lugar do mundo.

Entretanto a voz da avó despertava-a outra vez:

- Levanta-te, vem depressa para me ajudares.

Só agora recolhia o livro.

Soprava a luz do candeeiro e olhava o livro pousado agora na mesinha-de-cabeceira, até virar a esquina da sala, levando com ela o livro no coração.

EPILEPSY DANCE (DANCE TO THE RADIO) - PARA IAN K. CURTIS -

Nuno F. Silva, Poeta

Nem sequer ensaiaste
para a última dança.

Quiseste apenas
que a luz deixasse
de possuir o peso
do texto e do som.

Que o corpo deixasse
de reagir ao desassossego.
com o espasmo violento

Que se calassem as perguntas
para as quais
a manhã nunca nos trouxe resposta.

Subiste
numa cadeira
para o silêncio
absoluto.



TAMBÉM UMA MAGNÓLIA (PARA DANIEL FARIA)

Aires Montenegro, Professor e escritor

Quando colhi na tua voz
a voz da magnólia
não podias já levar-me a ela
revelar-me sem a distância da palavra.

No meu jardim
eu sabia de outras magnólias
pássaros pousados
antes e depois dos longos voos
e a flor da magnólia era o voo dos pássaros
e era o pássaro que voava
e era a voz que queria falar de magnólias
e era o poema que aí vinha
e era a tua magnólia sem eu saber que o era
por não ter vindo nunca a minha casa
nem nunca ter visitado o meu jardim.

As magnólias do meu jardim nasceram de uma só
vinda de longe ao colo de um vaso
rendado da infância das mãos que o trouxeram.
Dormiu descansada o tempo devido
à sua bíblica multiplicação
não sabendo ir eu ainda além das magnólias
nem poder vesti-las em poema
ou ler nelas a página de um livro.

Agora sei:
uma magnólia não traz no ventre apenas outras magnólias
traz também, do Outono, o céu plúmbeo
derramando lágrimas sobre os campos
o vento frio das tristezas adormecidas no Inverno
a geada que as amortalha
as madrugadas de fé
a consolação dos aflitos
a dor dos que sofrem em silêncio.

As magnólias são círios ao redor da minha casa.

Das muitas que agora cobrem o meu jardim
eu digo apenas magnólia
e todas me falam a saudade das tuas mãos ausentes
e têm todas o teu nome escrito a seiva
no caule
nas folhas
no sanguíneo violáceo das corolas.

A magnólia brinca com o sol
e dobra-se à passagem do poema.



À CONVERSA COM LOUREDO DA SERRA

Henedina Barbosa, Poeta
Albino Serafim, Créditos Fotográficos

Ver-te, rever-te desse morro chamado Serra de S.Tiago, onde a Mãe Natureza acalentou mimos, é deslumbramento, é extasiar perante um punhado de casario, que desfruta de paisagens soberbas, bons ares e luz resplandecente quando o sol sai para a rua. Os mais velhos são nichos de sabedoria, são monumentos vivos a acarinhar, realçando profissões que o tempo d'hoje e a vontade das gentes destronou.

No contacto com eles avivo memórias e transcrevo vivências do séc. XX, já tão destruídas e maltratadas, por uma sociedade tecnologicamente avançada e convencida de que é através desse avanço tecnológico, que cobre todas as necessidades do ser humano. Mas não, a essência tem de continuar a ser estimada. Desde o Ventre que nos deu vida até à Mãe Natureza que nos sustenta. As construções mais relevantes, pela audácia do tempo, pela criatividade, pelo assombro exigem empenhamento da comunidade na preservação, acautelando o desmoronamento total. É urgente que a aldeia desperte desse estado de dormência em que tem estado em relação a este património que também é seu.

Se uma árvore deve ser cuidada porque com ela respiramos e dela nos alimentamos, também o trabalho árduo de Homens, que fizeram a diferença, deve ser respeitado, através da perseverança na luta pela recuperação e conservação de espólio único. Como um velhinho se cuida também se cuida o património, ou não?

Vem dançar comigo

Por entre quelhas,
Onde a luz é maior
Estradas novas e velhas
Forca e Pelourinho
Resilientes à erosão
Contam segredos
Dos beirais ao moinho
Crescem as pernas
Folgo entre gente e casario
Dissipam-se os medos
Vem dançar comigo
Até ao lugar dos rochedos
Rajada que perdura
Em bençãos e sorte
Da Castrália saudade
Casa da meninice
Passando pelo Sanatório
Saboreando traquinice

Setembro de 2018

Louredo da Serra

Linhas, cores, aromas
Serpenteámos amor
Verde, granito, água
Enxurrada em louvor

Choros, passos, paisagem
Regaços de desalento
Entrelaçados d'esperança
Naco de pão bolorento
Num colorido fraternal
Alinhamos na dança
Louredo circunstancial

Promessas de agarrar o céu
Perfume enleia roseiral
Atrás da sombra o teu corpo
Ilusão divinal

Setembro de 2018



Sanatório

Varanda da Saúde
Ares da Serra
Que o vento ampara
O corpo mirra
O animo se enterra
Filhos de longe
Trazem tosse galopante
Falando mais alto
Que a voz dum gigante
Passaram doentes, moribundos,
mortos
Passaram cantigas, risos, vidas
refeitas
São, curados da maleita
Vidas com sentidos opostos
Tuberculose disseminou
Dilacerados corações
Ceifou até ao tutano
Famílias, multidões
Louredo foi morada
Ex Solar da Venda
Foi desespero, foi prenda
Foi coberta, cobertor e alento
Ao todo desamparado
Carregando audaz sofrimento

Outubro de 2018

Mirante

Balaustrada estendida
 Para o adro da Igreja Matriz
 Rostos de garra esculpida
 Nos feitos que a Castrália nos diz
Igreja de São Cristóvão de Louredo
 Baluarte de luz que à harmonia
 convida
 Altares revestidos a talha dourada
 Ex-libris dos Louredenses
 Maravilhosamente restaurada

Forca

Haste granítica
 De metafórico arvoredado
 Onde passeiam remotas histórias
 Enigmas de luzeiro ou degredo

Louredo, casa secular

Onde aprendi a pensar
 Era no **Pelourinho**
 Encontro de carroças e cestos
 Com coelhos e galinhas
 Também galos e capões
 Que se ia "mercar"
 Em aguerridos leilões
 Fontenários, Capelas

Frontarias brasonadas

Da Matriz saem andores
 O povo perfila na procissão
 Viva Louredo de todos os tempos
 Gente de inefável paixão

Novembro de 2018

**Tremoceira**

Em dia de festa
 Semente amarela lampeja
 Entre blusa de linho
 Lá vai a tremoceira
 Com açafate de vime
 Galgando à sua maneira

Na panela de ferro
 Coze tremoço demolido
 Ensacado em serapilheira
 Suaviza na água corrente da
 ribeira
 Miragaia
 Nas mãos da tremoceira
 Amarelão marisco dos pobres
 Avental rendado
 Copinho de vidro grosso
 Tremoço arredondado
 Petisco
 De manhã, à merenda, ao sol posto

Fertilizante natural
 Dá ao húmus riqueza em azoto
 Tremoço de sal salteado
 Que bem que cai no gotto

Novembro de 2018

Louredo pródigo

*Paisagens deslumbrantes
 Gentes férteis de arrojo
 Aldeia a calcantes*

*Já o sino se demora
 Nas horas do entardecer
 Canta a nora sem parar
 Gado sôfrego a beber*

*Acendem-se os cavacos
 Na panela de ferro o feijão
 Já o caldo é presigo
 Completa a refeição*

*Traje de folclore
 Rendas, socos e cordão
 Bolo, boneco de barro
 Toalhas de linho bordado
 Tudo é leiloado
 Faz-se grande festão*

*Já a concertina afinou
 O vira bem repimpado
 Leiloa-se a preceito
 Pares tomam o seu jeito
 Esgalha-se desafio dobrado*

*Ó gente da minha terra
 Onde o cheiro das estações
 Marca a paisagem da serra
 Tinge os vossos corações*

*Sob o traçado do lenço
 A dor que sonegas
 Lava as lágrimas
 No sorriso do filho que carrega*

Novembro de 2018



PRÊMIO DE ARTES PLÁSTICAS “HENRIQUE SILVA”

REGULAMENTO

1. A Câmara Municipal de Paredes, com o objetivo de estimular e contribuir para o aparecimento de novas obras no domínio das Artes Plásticas, promove o Prémio de Artes Plásticas “Henrique Silva”.
2. O Prémio de Artes Plásticas “ Henrique Silva” destina-se a distinguir obras inéditas e consistirá na atribuição, ao premiado, do valor pecuniário de 250 euros (duzentos e cinquenta euros)
3. O júri poderá ainda atribuir dois Diplomas de Menção Honrosa. A todos os concorrentes será atribuído um Diploma de Participação.
4. Serão admitidas a concurso quaisquer obras no domínio das Artes Plásticas.
5. Os trabalhos do concurso devem ser entregues na Casa da Cultura de Paredes – Av^a da República, 176 – 4580 Paredes, até final do mês de Junho, do ano a que respeita o Prémio. No momento da receção das obras, será assinado um auto de receção, em duplicado, com o qual o autor deverá proceder ao levantamento posterior das obras.
6. As obras a concurso, devidamente assinadas e identificadas no verso, devem ser acompanhadas do auto de receção, em duplicado, no qual constará: nome, morada, telefone, um breve currículo artístico no máximo de ½ página A4, ficha técnica da obra, uma fotografia a cores por cada obra, indicando a posição correta e aceitação expressa das condições deste regulamento.
7. Todas as obras a concurso serão publicadas na Revista Cultural do Município, impressa ou digital.
8. De entre as obras apresentadas a concurso, proceder-se-á a uma seleção com vista a uma posterior exposição, pelo que todos os trabalhos apresentados devem estar em condições de serem expostos. A exposição decorrerá, num período previamente agendado, durante os meses de Julho e Agosto, no edifício da Casa da Cultura de Paredes.
9. O júri responsável pela seleção das obras a concurso será constituído pelos seguintes elementos: um representante da Câmara Municipal de Paredes, sem direito a voto, que presidirá e três elementos de reconhecido mérito na área das Artes Plásticas.
10. As decisões do júri serão tomadas por unanimidade ou por maioria.



11. O Prémio poderá não ser atribuído se o júri entender que as obras apresentadas não reúnem a qualidade exigida.

12. Os membros do júri e os elementos da Câmara Municipal responsáveis pela organização do concurso não poderão concorrer a este Prémio.

13. A Câmara Municipal de Paredes dará conhecimento público das obras e dos autores premiados, através dos canais de comunicação do município.

14. A Câmara Municipal de Paredes não garantirá a devolução das obras, caso estas não sejam levantadas nos 60 dias posteriores à data de atribuição do Prémio, pelo que reverterão para o acervo do Município.

15. A organização não se responsabiliza por perdas, estragos, roubos e danos das obras ou por deterioração de obras frescas, nem por causas de força maior ou quaisquer outras, comprometendo-se, no entanto, a tratar, com o maior zelo e cuidado, as obras recebidas. Os concorrentes que desejarem poderão contratar, por sua conta e sob sua

responsabilidade, qualquer tipo de seguro que entendam necessário.

16. Os artistas participantes autorizam a menção dos seus nomes e a reprodução fotográfica das suas obras para a sua promoção e divulgação.

17. Os concorrentes, a partir do momento em que entregarem os seus trabalhos, obrigam-se a aceitar as presentes normas.

18. Todos os casos omissos no presente regulamento serão apreciados e decididos pelo júri, não havendo lugar a recurso da decisão proferida.

Mais informações:

Site: www.cm-paredes.pt

Mail: cultura@cm-paredes.pt

Tel. 255 788 800

PRÉMIO LITERÁRIO “ANTÓNIO MENDES MOREIRA” REGULAMENTO

1. O Prémio Literário “António Mendes Moreira” é promovido pela Câmara Municipal de Paredes, pretendendo contribuir e estimular a produção e divulgação literárias junto da população em geral.
2. O Prémio Literário “António Mendes Moreira” destina-se a distinguir textos inéditos, a editar pelo Município de Paredes e consistirá na atribuição dos seguintes Prémios:
 - 1º Prémio: o valor pecuniário de 250 euros (duzentos e cinquenta euros) e publicação na Revista Cultural do Município (impressa ou digital);
 - 2º prémio: publicação na Revista Cultural do Município (impressa ou digital) e um livro;
 - 3º prémio: publicação na Revista Cultural do Município (impressa ou digital).
3. Nos textos a publicar deverá constar o título do prémio - “Prémio António Mendes Moreira”, o lugar de classificação, bem como o ano da sua atribuição.
4. Os textos concorrentes têm de ser inéditos, escritos em língua portuguesa, respeitando a temática previamente proposta para o efeito.
5. Os textos concorrentes, constituídos no mínimo de duas páginas e máximo de seis páginas, devem ser apresentados em formato A4 impresso e em versão eletrónica no programa word, escritos em Times New Roman, tamanho 12, com espaçamento de 1,5 entre linhas, devidamente paginados, e entregues em envelope fechado, sendo obrigatoriamente assinados com pseudónimo.
6. Os textos deverão ser enviados em envelope fechado para o Município de Paredes, com a indicação de “PRÉMIO LITERÁRIO”, Parque José Guilherme, 4580-229 Paredes, até final do mês de setembro.
7. Os textos deverão ser acompanhados de um sobrescrito lacrado, contendo no interior a identificação completa do autor, aparecendo no exterior somente o pseudónimo. Só será aberto o sobrescrito relativo às obras premiadas, devendo o secretariado do júri destruir os restantes.
8. O júri responsável pela seleção dos textos a concurso será constituído pelos seguintes elementos: um representante da Câmara Municipal de Paredes, sem direito a voto, que presidirá e três elementos de reconhecido mérito na área da literatura.
9. As decisões do júri serão tomadas por unanimidade ou por maioria.
10. O Prémio poderá não ser atribuído se o júri entender que as obras apresentadas não reúnem a qualidade exigida.
11. Os membros do júri e os elementos da Câmara Municipal de Paredes responsáveis pela organização do concurso não poderão concorrer a este Prémio.
12. A Câmara Municipal de Paredes dará conhecimento público da obra e autor premiados nos canais do município destinados para o efeito.
13. A Câmara Municipal de Paredes não garantirá a devolução das obras não premiadas, caso estas não sejam levantadas nos 60 dias posteriores à data de atribuição do Prémio.
14. Os concorrentes, a partir do momento em que entregarem os seus trabalhos, obrigam-se a aceitar as presentes normas.
15. Todos os casos omissos no presente regulamento serão apreciados e decididos pelo júri, não havendo lugar a recurso da decisão proferida.

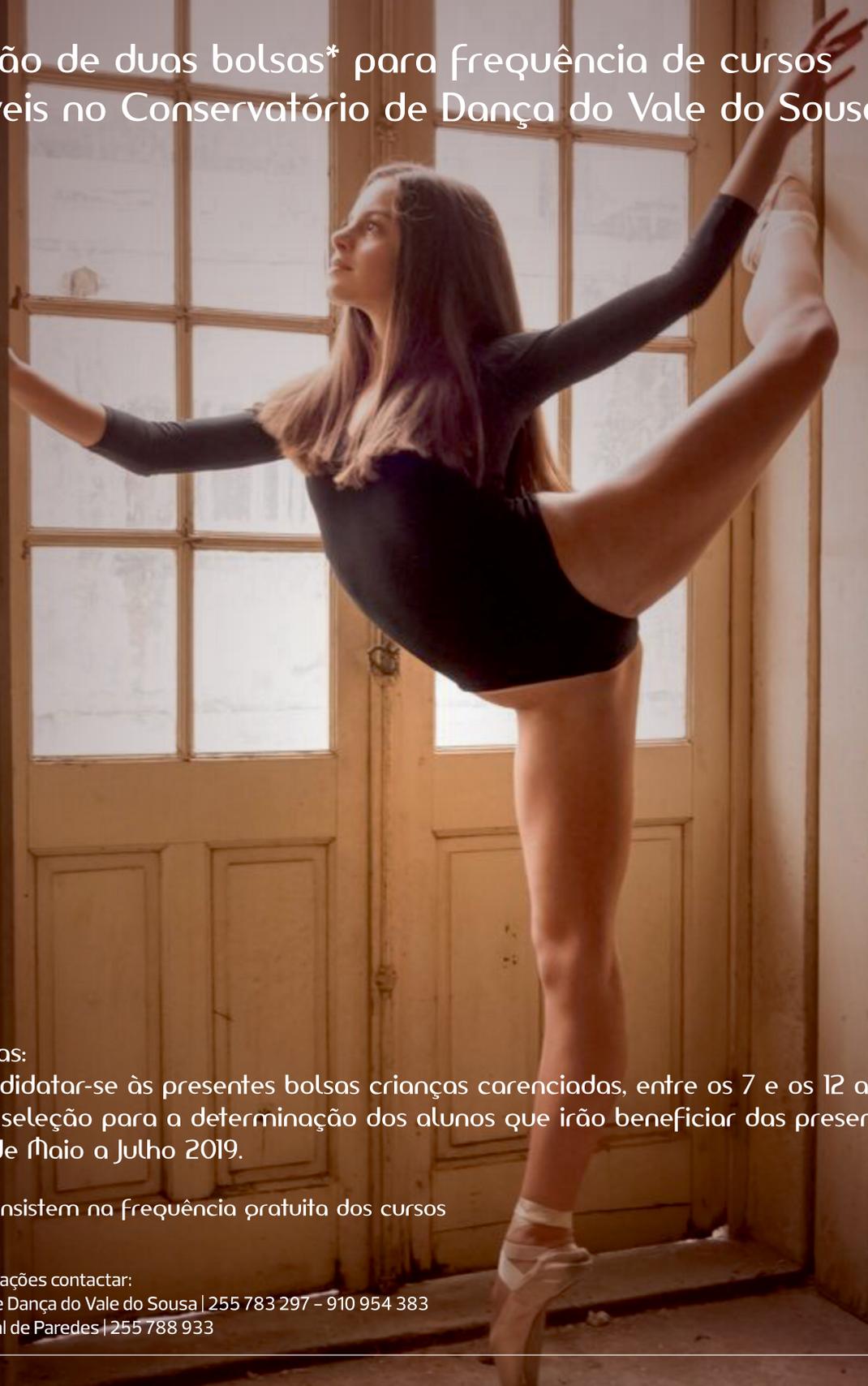
Mais informações:Site: www.cm-paredes.ptMail: cultura@cm-paredes.pt

Tel. 255 788 800

**Temática para 2019:
“Noites Negras”**

BOLSA DE ESTUDO PARA DANÇA

Atribuição de duas bolsas* para frequência de cursos disponíveis no Conservatório de Dança do Vale do Sousa



Candidaturas:

Podem candidatar-se às presentes bolsas crianças carenciadas, entre os 7 e os 12 anos de idade. A prova de seleção para a determinação dos alunos que irão beneficiar das presentes bolsas decorrerá de Maio a Julho 2019.

*As bolsas consistem na frequência gratuita dos cursos

Para mais informações contactar:

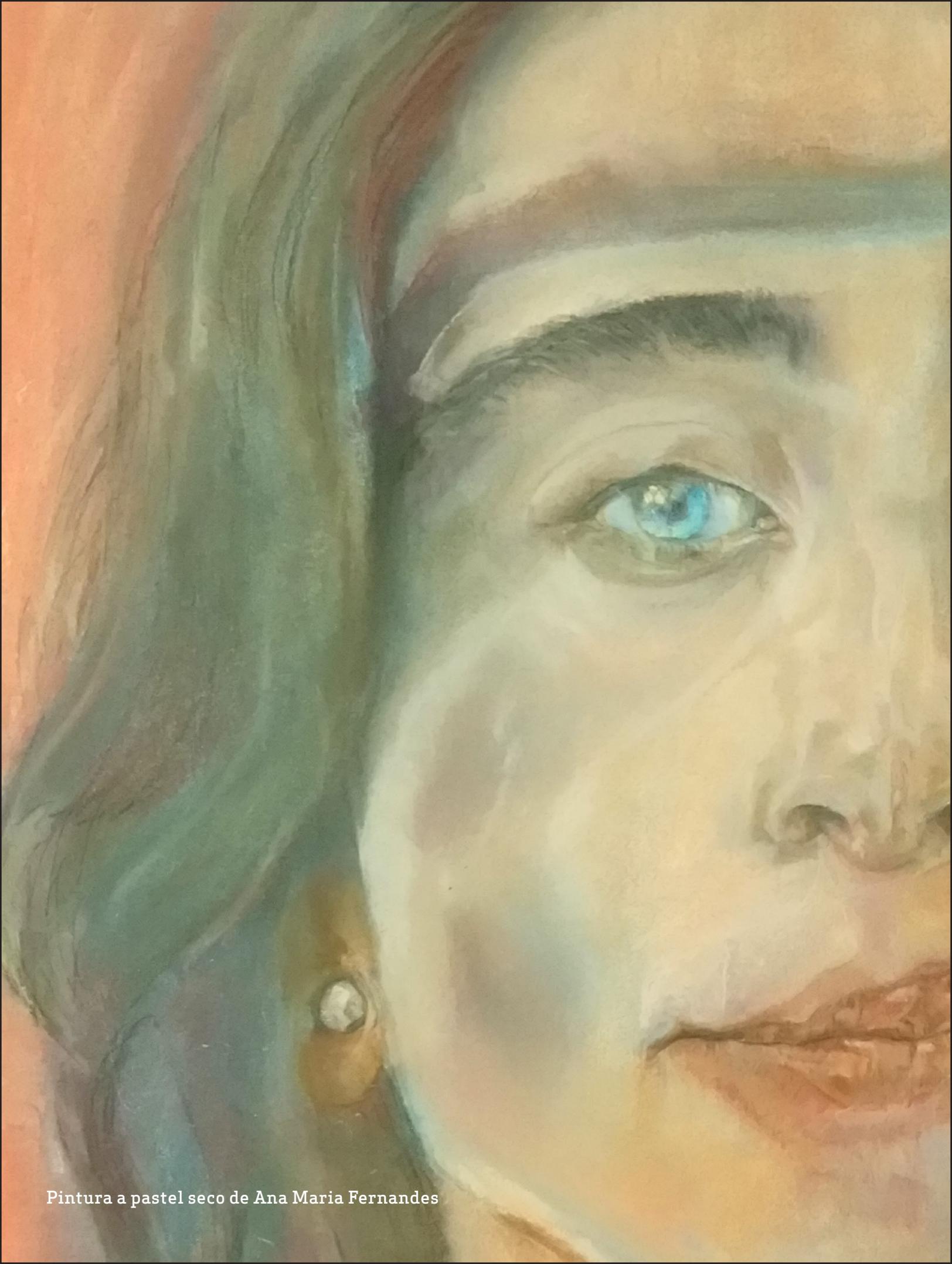
Conservatório de Dança do Vale do Sousa | 255 783 297 - 910 954 383

Câmara Municipal de Paredes | 255 788 933

CONSERVATÓRIO DE
DANÇA
DO VALE DO SOUSA



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES



Pintura a pastel seco de Ana Maria Fernandes